



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**O estudo do economês nos jornais “O Estado” e “Correio  
do Estado” de Mato Grosso do Sul**

Kárita Cristina Francisco

Brasília  
2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

## **O estudo do economês nos jornais “O Estado” e “Correio do Estado” de Mato Grosso do Sul**

Kárita Cristina Francisco

Brasília  
2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

## O estudo do economês nos jornais “O Estado” e “Correio do Estado” de Mato Grosso do Sul

Kárita Cristina Francisco

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

**Orientadora:**  
Área de Concentração:  
Linha de Pesquisa:

**Profa. Dra. Marisa Bräscher Basílio Medeiros**  
Transferência da Informação  
Arquitetura da Informação

Brasília  
2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação  
Departamento de Ciência da Informação e Documentação Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

---

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título: O estudo do economês nos jornais “O Estado” e “Correio do Estado” de Mato Grosso do Sul**

**Área de Concentração:** Transferência da Informação

**Linha de Pesquisa:** Arquitetura da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ciência da Informação**.

Dissertação aprovada em:

Aprovado por:

---

Profa. Dra. Marisa Bräscher Basílio Medeiros  
Presidente – Orientador (UnB/PPGCINF)

---

Profa. Dra. Albana Xavier Nogueira  
Membro Interno - (Uniderp)

---

Profa. Dra. Lígia Café  
Membro Externo – (UFSC)

---

Profa. Dra. Rúbia Vasques  
Suplente – (Uniderp)

Dedico esse mestrado a minha família, a meus amigos, companheiros de trabalho e, sobretudo, a mim, por ser ele fruto do meu esforço e trabalho.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus por ter me acompanhado até agora em minha vida, em especial, nesta árdua batalha.

Agradeço do fundo do meu coração a meus pais, Jaime e Neide, a minha irmã Sara e meu cunhadinho Arlindo pelo apoio incondicional e por terem me ajudado a seguir um caminho de aprendizado e de corretude.

À minha querida orientadora, Marisa Bräscher Basílio Medeiros, pela ajuda, paciência, pela defesa, sempre, de seus orientandos e por acreditar em nosso trabalho.

Aos demais professores, que, cada um a seu modo, contribuíram e ofereceram uma luz num momento de dúvida.

Aos meus superamigos da Arquitetura da Informação, Gilza e André, pela paciência, pela troca, pela amizade, ajuda e compreensão sempre – além das risadas, confraternizações, surtos...

Aos meus queridos amigos Inara, Márcia, Sérgio e Jenner pelo companheirismo, pelos infundáveis fins-de-semana juntos, pelas infinitas madrugadas, pelo ânimo fundamental na hora do desespero e pelo grupo de auto-ajuda.

Grupo esse que se propôs a trabalhar e surtar juntos... viajar juntos a Brasília, a confraternizar os bons e maus momentos...cada um foi uma peça fundamental no quebra-cabeças “mestrado”. Todos são peças raras - em todos os sentidos - unidas pelo “tal” destino.

As minhas amigas, por me ajudarem a suportar a abdicação da diversão.

À Ludimila, pelo apoio incondicional, por me ajudar na vida.

À Maristela Cantadori, minha amiga, que me ajudou muito em meu trabalho, compreendendo a minha ausência.

As minhas coordenadoras e alunos, pois sem a compreensão deles, este trabalho nunca chegaria ao fim.

Agradeço também a mim, por não ter desistido do meu propósito, pelo meu esforço, por abrir mão de tantos cuidados, sentimentos em razão de um objetivo maior.

A todos que passaram pelo meu caminho...aos que ficaram e aos que continuaram sua caminhada, com certeza, todos tiveram um papel importante em minha vida.

E por fim, agradeço ao próprio mestrado, por me fazer repensar sobre o doutorado...será que emplaca?

[...] Depois de algum tempo, você aprende a diferença, a sutil diferença entre dar a mão e acorrentar a alma.

E começa a aceitar suas derrotas com a cabeça erguida e olhos adiante, com a graça de um adulto e não com a tristeza de uma criança.

E aprende a construir todas as suas estradas no hoje porque o terreno do amanhã é incerto demais para os planos e o futuro tem o costume de cair em meio ao vão [...].

[...] Aprende que verdadeiras amizades continuam a crescer, mesmo a longas distâncias.

E o que importa não é o que você fez na vida.

E que bons amigos são a família que nos permitiram escolher.

Aprende que não temos que mudar de amigos se compreendermos que os amigos mudam[...].

[...] Aprende que as circunstâncias e os ambientes têm influência sobre nós, mas nós somos responsáveis por nós mesmos.

Começa a aprender que não deve comparar-se com os outros, mas com o melhor que pode ser.

Descobre que leva muito tempo para tornar-se a pessoa que quer, e que o tempo é curto.

Aprende que não importa aonde já chegou, mas onde está indo, mas se você não sabe para onde está indo, qualquer lugar serve.

Aprende que, ou você controla seus atos ou eles o controlarão, e que ser flexível não significa ser fraco ou não ter personalidade, pois não importa quão delicada e frágil seja uma situação, sempre existem dois lados[...].

[...] Aprende que o tempo não é algo que possa voltar atrás.

Portanto, plante seu jardim e decore sua alma, ao invés de esperar que alguém lhe traga flores.

E você aprende que realmente pode suportar... que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais.

E que realmente a vida tem valor e que você tem valor diante da vida.

Nossas dádivas são traidoras e nos fazem perder o bem que poderíamos conquistar, se não fosse o medo de tentar.

*William Shakespeare*



## SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	xii
Resumo .....	xiv
<b>CAPÍTULO I INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 Contextualização .....	2
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA .....	4
1.3 QUESTÃO DE PESQUISA .....	6
1.4 OBJETIVOS .....	6
1.4.1 OBJETIVO GERAL.....	6
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	6
1.5 JUSTIFICATIVA .....	7
<b>CAPÍTULO 2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>8</b>
2.1 A Questão da Interdisciplinaridade .....	8
2.2 A Ciência da Informação e as disciplinas da linguagem .....	9
2.2.1 A Terminologia .....	13
2.2.2 As linguagens especializadas.....	14
2.2.2.1 Características.....	15
2.2.2.2 Conceitos, Termos e Denominação .....	16
2.2.2.2.1 Conceito.....	17
2.2.2.2.2 Termo .....	20
2.2.2.2.3 Denominação .....	21
2.2.2.3 Homonímia .....	23
2.2.2.4 Sinonímia.....	23
2.2.2.5 Polissemia.....	24
2.3 PESQUISA TERMINOLÓGICA.....	24
2.3.1 Pesquisa assistemática .....	25
2.3.2 Pesquisa de campos semânticos sem estruturação .....	25
2.3.3 Pesquisa sistemática .....	25
2.3.4 Etapas da pesquisa terminológica.....	27
2.3.4.1 Escolha da área .....	27
2.3.4.2 Delimitação da pesquisa .....	28
2.3.4.3 Estabelecimento da língua de trabalho .....	28
2.3.4.4 Análise da área.....	28
2.3.4.5 Escolha da documentação.....	29
2.3.4.6 Coleta e análise de termos .....	29
2.3.4.7 Princípios de coleta de dados .....	30
2.3.5 Compilação.....	31
2.3.5.1 Princípios de compilação.....	31
<b>CAPÍTULO 3 O TEXTO JORNALÍSTICO .....</b>	<b>32</b>
3.1 Linguagem Jornalística.....	34
3.2 Fontes .....	36
3.3 <i>Off</i> .....	38
3.4 A reportagem especializada.....	40
3.5 O trabalho jornalístico .....	41
3.5.1 Jornalistas de economia.....	44
3.6 As Editorias .....	45

3.6.1	Editoria de Economia .....	46
3.6.1.1	Surgimento do Jornalismo Econômico .....	46
3.6.1.2	Década de 1920 e 1930.....	46
3.6.1.3	Década de 1970 .....	48
3.6.1.4	Os primórdios do economês .....	49
3.6.1.5	Cobertura econômica atual .....	50
3.6.1.6	Traços da ideologia do jornalismo econômico .....	52
3.6.1.6.1	Mentalidade do jornalismo econômico .....	52
3.6.1.7	Linguagem da editoria de economia.....	53
3.6.1.8	Economês .....	55
3.6.1.8.1	Componentes do economês: as siglas e os indicadores .....	57
3.6.2	Personagem.....	58
3.6.3	Furo.....	59
4	METODOLOGIA.....	61
4.1	Coleta de dados.....	63
4.1.1	Dados terminológicos .....	63
4.1.2	Dados relativos aos efeitos do economês na compreensão das matérias de economia.....	64
4.1.3	Dados de entrevistas com jornalistas.....	67
CAPÍTULO 5- ANÁLISE DOS RESULTADOS .....		68
5.1	Análise terminológica.....	68
5.2	Análise dos questionários .....	73
5.2.1	Curso de Letras .....	73
5.2.2	Curso de Jornalismo .....	84
5.2.3	Curso de Economia.....	94
5.2.4	Análise geral : Letras, Jornalismo e Economia .....	105
5.3	Análise das entrevistas.....	109
CONCLUSÃO.....		116
Estudos Futuros .....		119
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....		120
ANEXOS.....		1
Anexo 1- .....		1
Anexo 2 .....		1
Anexo 3 .....		5
Anexo 4- Glossário dos termos econômicos .....		9
Anexo 5- Questionário .....		20
Anexo 6- Roteiro de Entrevista .....		23

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Triângulo do Conceito ( DAHLBERG, 1978 a; 1981) .....	18
Figura 2: Texto de economia do dia 03 de março de 2005. ....	71

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dificuldades em compreender os textos - Letras .....	73
Gráfico 2: Por que teve dificuldade de entender os textos- Letras .....	74
Gráfico 3: Como você classificaria os textos lidos - Texto 1 – Letras .....	75
Gráfico 4: Como você classificaria os textos lidos - Texto 2 – Letras .....	75
Gráfico 5: Como você classificaria os textos lidos - Texto 3 – Letras .....	75
Gráfico 6: Considera importante entender todas as palavras contidas numa matéria- Letras .....	76
Gráfico 7: Existe alguma palavra nos textos que você desconheça o significado- Letras .....	77
Gráfico 8: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente – 1º ano - Letras .....	77
Gráfico 9: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente – 4º ano - Letras .....	78
Gráfico 10: As palavras sublinhadas dificultam o entendimento do texto- Letras ..	79
Gráfico 11: Considera importante que as palavras sublinhadas sejam explicadas na matéria- Letras .....	79
Gráfico 12: - Mesmo não conhecendo o significado de algumas palavras, você acredita que: - Letras.....	80
Gráfico 13: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa – Texto 1 - Letras.....	81
Gráfico 14: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Letras.....	81
Gráfico 15: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Letras.....	82
Gráfico 16: Acredita que para se entender perfeitamente uma matéria de economia existe a necessidade de saber um pouco sobre economia – Letras .....	82
Gráfico 17: Nível de conhecimento necessário para entender perfeitamente uma matéria de economia – Letras .....	83
Gráfico 18: Dificuldades em compreender os textos - Jornalismo.....	84
Gráfico 19: Por que teve dificuldade de entender os textos- Jornalismo.....	85
Gráfico 20: Como você classificaria os textos lidos – Texto 1 - Jornalismo.....	85
Gráfico 21: Como você classificaria os textos lidos – Texto 2 - Jornalismo.....	86
Gráfico 22: Como você classificaria os textos lidos – Texto 3 - Jornalismo.....	86
Gráfico 23: Considera importante entender todas as palavras contidas numa matéria - Jornalismo .....	87
Gráfico 24: Existe alguma palavra nos textos que você desconheça o significado- Jornalismo .....	87
Gráfico 25: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente- 1º Jornalismo.....	88
Gráfico 26: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente- 4º ano Jornalismo.....	88
Gráfico 27: As palavras sublinhadas dificultam o entendimento do texto - Jornalismo .....	89

Gráfico 28: Considera importante que as palavras sublinhadas sejam explicadas na matéria- Jornalismo .....	89
Gráfico 29: Mesmo não conhecendo o significado de algumas palavras, você acredita que: Jornalismo .....	90
Gráfico 30: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Texto 1 - Jornalismo .....	91
Gráfico 31: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Texto 2 - Jornalismo .....	91
Gráfico 32: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Jornalismo .....	92
Gráfico 33: Acredita que para se entender perfeitamente uma matéria de economia existe a necessidade de saber um pouco sobre economia – Jornalismo .....	93
Gráfico 34: O nível de conhecimento necessário para entender perfeitamente uma matéria de economia – Jornalismo .....	93
Gráfico 35: Teve dificuldades em compreender os textos - Economia .....	94
Gráfico 36: Por que teve dificuldade de entender os textos- Economia .....	95
Gráfico 37: Como você classificaria os textos lidos – Texto 1 - Economia .....	96
Gráfico 38: Como você classificaria os textos lidos – Texto 2 - Economia .....	96
Gráfico 39: Como você classificaria os textos lidos – Texto 3 - Economia .....	96
Gráfico 40: Considera importante entender todas as palavras contidas numa matéria- Economia .....	97
Gráfico 41: Existe alguma palavra nos textos que você desconheça o significado- Economia.....	98
Gráfico 42: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente – 1ºano- Economia .....	98
Gráfico 43: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente – 4ºano- Economia .....	99
Gráfico 44: As palavras sublinhadas dificultam o entendimento do texto- Economia .....	99
Gráfico 45: Considera importante que as palavras sublinhadas sejam explicadas na matéria - Economia .....	100
Gráfico 46: Mesmo não conhecendo o significado de algumas palavras, você acredita que: - Economia.....	101
Gráfico 47: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa – Texto 1 - Economia.....	102
Gráfico 48: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Texto 2 - Economia.....	102
Gráfico 49: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Texto 3 - Economia.....	102
Gráfico 50: Acredita que para se entender perfeitamente uma matéria de economia existe a necessidade de saber um pouco sobre economia – Economia .....	104
Gráfico 51: O nível de conhecimento necessário para entender perfeitamente uma matéria de economia – Economia .....	104
Gráfico 52: dificuldades em compreender os textos – Todos os cursos.....	105
Gráfico 53: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente- Todos os cursos .....	107

## **Resumo**

Por meio do estudo terminológico e descritivo, esta pesquisa buscou verificar se o economês compromete o entendimento das matérias de economia pelos leitores, dificultando a disseminação da informação sobre o tema. Para isso, foram aplicados questionários aos alunos de Jornalismo e Letras – considerados leitores leigos e alunos do curso de Economia – considerados leitores iniciados. Para verificar se existe dificuldade por parte dos jornalistas que produzem essas matérias, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelas matérias de economia dos dois jornais analisados “Correio do Estado” e “O Estado”. Os resultados apontam que os termos empregados nos cadernos de economia apresentam relações de sinonímia e homografia. Quanto aos leitores leigos, esses apresentam dificuldades na compreensão das matérias econômicas, em especial, devido aos termos técnicos empregados. Os jornalistas, por sua vez, demonstram preocupação com o leitor no momento da escolha das palavras e dos temas e na confecção das matérias.

**Palavras-chave: economês- Terminologia- entendimento- jornal impresso**

## **Abstract**

By means of the terminologic and descriptive study, this research tried to verify if the “economês” compromises the understanding of the economic newspaper articles for the readers, making the dissemination of the information about the subject more difficult. For this reason, questionnaires were handed to students of Journalism and Linguistic graduation courses - considered unexperienced readers – and students of the Economics graduation course - considered as experienced readers. To verifying if there is any difficulty by the journalists to make economic articles, interviews had been carried out with the journalists responsible for this section in two local newspapers: “Correio do Estado “ and “O Estado”. The results show that the terms used in these economic articles presents relations of synonymy and homography. The readers presented difficulties in the comprehension of the economic articles, specially, due to the terms used. On the other hand, the journalists assert they care about the reader while choosing the appropriate words and subjects while making up the articles.

**Key-words: economês- Terminology- understanding – print newspaper**

## CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa a verificar se o economês<sup>1</sup>, linguagem rebuscada composta por termos técnicos, siglas e números, presente nas matérias dos cadernos de economia de grande parte dos jornais impressos em circulação no país, pode comprometer o entendimento das matérias de economia pelos leitores, dificultando a disseminação da informação e comprometendo a função social do jornalismo.

A discussão sobre o uso do economês e o comprometimento da eficácia do trabalho jornalístico data do surgimento dos cadernos específicos para o tema economia nos jornais impressos, no final da década de 1960.

No contexto atual, num ambiente de inovações tecnológicas que ampliaram a disseminação da informação, entre elas a informação econômica, e que facilitaram a busca e o processamento dessa informação, o economês ainda persiste nas páginas dos cadernos de economia e nos noticiários brasileiros.

Quanto à estrutura, este trabalho está disposto em quatro capítulos. O primeiro capítulo faz a introdução ao tema, contextualizando-o no campo das Ciências da Comunicação, da Informação e das Linguagens. Expõe também o problema da pesquisa, assim como os objetivos gerais e específicos, justificando a relevância do tema em discussão.

O segundo capítulo traz a revisão de literatura e discorre sobre a interdisciplinaridade da Ciência da Informação, em especial com a Comunicação e as Ciências da Linguagem. Apresenta a Terminologia, seu uso pelas linguagens especializadas, assim como a definição de conceito, termo e denominação, além de homonímia, sinonímia e polissemia. Expõe, ainda, sobre alguns passos da Pesquisa Terminológica.

---

<sup>1</sup> *Linguagem utilizada nos cadernos de economia. Recebeu essa denominação do jornalista Carlos Lacerda em 1970 por apresentar grande quantidade de termos técnicos. O economês é a linguagem técnica da área econômica utilizada pelos jornalistas nas matérias de economia.*

O terceiro capítulo apresenta conceitos e características do texto e da linguagem jornalística, assim como fontes, “*off*” e reportagens especializadas. O trabalho jornalístico, em especial do jornalista econômico, também é citado. Um breve histórico do surgimento do jornalismo econômico e do economês, assim como alguns aspectos que envolvem a linguagem empregada no jornalismo econômico são definidos.

O quarto capítulo discorre sobre os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, definindo a escolha da área, os documentos analisados, as fontes de pesquisa e a coleta e compilação dos termos. Além disso, a realização de entrevistas e a aplicação de questionários são explicitadas.

O quinto capítulo mostra a análise dos jornais, assim como dos questionários e entrevistas e a discussão dos resultados.

## **1.1 Contextualização**

A questão da informação jornalística empregada nos jornais diários, em especial, nos cadernos de economia, está relacionada à Teoria da Comunicação, à Ciência da Informação e à própria linguagem.

Para Bordenave (1986) a comunicação humana é parte do processo de informação e a comunicação é um reflexo dos tipos de relações que acontecem na sociedade e entre os homens.

Araújo (1989) coloca a transferência da informação como um processo de troca de mensagens que têm um valor econômico e que não podem ser vistas como isentas de ideologia.

Na Teoria da Comunicação, o objetivo é a transmissão de mensagens, o que exige a presença do emissor, que envia a mensagem; do receptor, que recebe essa mensagem; da existência de um canal, que é uma via de circulação



da mensagem; e de um código, que seria no caso, a linguagem. O receptor identifica este sistema de signos se o seu repertório for comum ao do emissor.

Vanoye (1987) explica a existência de quatro níveis de linguagem, onde variam o vocabulário e a sintaxe, com a linguagem oratória (discursos), linguagem cuidada (cursos), linguagem comum (jornais, televisões) e linguagem familiar (conversa informal, não elaborada). Para o autor, o essencial é ter consciência desses níveis de linguagem na medida em que determinam o bom funcionamento da comunicação.

Vanoye (1987) complementa que a comunicação parte do princípio de que os indivíduos têm um repertório de palavras em comum e as compreendem do mesmo modo. O texto para ele deve ser legível, permitindo uma leitura fácil, o que conduz a uma maior e, sobretudo, mais rápida compreensão da mensagem. Segundo o autor, a construção, a escolha de palavras simples, curtas e a grafia com palavras interdependentes e extensão de frases que não ultrapassem trinta palavras são os dois fatores que podem comprometer a legibilidade de um texto.

Considerando a importância da linguagem no processo de comunicação, no contexto desta pesquisa observam-se os efeitos do uso de uma linguagem especializada em matérias jornalísticas e o quanto este uso interfere na concretização do processo de transferência de informação.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Para funcionar jornalisticamente, uma notícia precisa ser trabalhada e retrabalhada muitas vezes, até chegar em um nível desejável de publicação. Frases herméticas, períodos longos e repletos de adjetivos com palavras inusitadas devem ser sistematicamente evitados. Isso é o que afirma Erbolato (1991), que ressalta que os jornais devem ser lidos com rapidez e facilidade, especialmente levando-se em conta que, entre os leitores, há pessoas de todos os níveis de instrução.

Além do assunto, as pessoas são levadas a se interessar por uma notícia, desde que haja facilidade para a leitura e compreensibilidade do texto, ambas estão interligadas e o êxito dos jornais depende, nesse particular, da aplicação de normas que os levem a atingir referidos fins. Pode-se ser atraído por algo tipograficamente bonito e bem apresentado, mas que não se compreenda (ERBOLATO, 1991, p.120).

Seguindo a afirmação de Erbolato (1991), a retórica e o hermetismo, assim como a gíria, o jargão e o coloquialismo não devem ter espaço nos veículos de comunicação, especialmente no jornal impresso.

Os rebuscamentos, os pedantismos vocabulares e os termos técnicos podem dificultar a leitura e o entendimento do texto, uma vez que o jornal possui muitos leitores. Por se tratar de um veículo não especializado, ou seja, não é destinado a somente um tipo de público ou a uma classe específica, a linguagem empregada e o texto devem ser claros o suficiente para que qualquer leitor o compreenda.

No entanto, de maneira geral, observa-se que os cadernos de economia dos jornais em circulação no País apresentam termos técnicos ou jargões da área econômica, que podem comprometer a compreensão do leitor leigo. Esses termos adequam-se a publicações especializadas, dirigidas a um grupo determinado de leitores.

De acordo com Beting (1973), no Brasil, o jornalismo especializado em economia se vê postado diante de um vasto anfiteatro de leigos, neófitos ou apenas iniciados na esgrimagem do pensamento econômico.

“É preciso, igualmente, promover uma generosa mudança de abordagem: estamos produzindo informação de interesse do governante na direção do empresário e do empresário na direção do governante. Falta-nos responder a uma necessidade gritante do leitor mais amado: a informação do interesse do leitor, da dona-de-casa, a massa realmente leiga e desinformada” (BETING, 1973, p. 40-41).

Ao optar pelo uso do economês, tanto por escolha consciente como pela falta de entendimento dos termos, ou pelo mau uso ou ausência de personagens, o jornalista econômico exclui uma parcela representativa de leitores e não cumpre alguns dos quesitos básicos do jornalismo, como a clareza, a simplicidade dos termos e facilidade de leitura e entendimento pelo leitor.

Ao utilizar a linguagem especializada, o jornalista pode comprometer uma de suas funções, a de informar e transmitir a informação de forma clara, coesa e objetiva, inteligível à população, pois repete o discurso técnico passado pelos especialistas da área. O leitor leigo que, por sua vez, não tem conhecimento da área econômica, pode ter dificuldades para compreender os termos empregados nas matérias.

Além dos termos especializados, a grande quantidade de números, tabelas, índices e gráficos, que a princípio deveriam funcionar como auxílio ao leitor para o entendimento do conteúdo do texto, também podem dificultar ainda mais essa compreensão, uma vez que estes recursos de ilustração seguem o padrão técnico e, portanto, podem ser de difícil compreensão para o leitor leigo.

### **1.3 QUESTÃO DE PESQUISA**

O economês compromete o entendimento das matérias de economia pelos leitores leigos, dificultando a disseminação da informação e comprometendo a função social do jornalismo?

### **1.4 OBJETIVOS**

#### **1.4.1 OBJETIVO GERAL**

Verificar se o economês compromete a redação de matérias sobre economia bem como o entendimento dessas matérias pelos leitores leigos e iniciados, dificultando a disseminação da informação sobre o tema e, desta forma, comprometendo a função social do jornalismo.

#### **1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar o economês na linguagem jornalística, com base na teoria da Terminologia.
- Identificar se o leitor leigo enfrenta dificuldades na leitura das matérias de economia.
- Comparar o nível de compreensão das matérias de Economia do leitor leigo com o nível de compreensão de um leitor iniciado na área de economia.
- Identificar se o conhecimento da área de Economia e, conseqüentemente, de sua terminologia são necessários para o leitor para a compreensão das matérias de economia.
- Identificar se os jornalistas encontram dificuldades relacionadas ao entendimento da terminologia da área de Economia, quando produzem matérias sobre esta área.

## 1.5 JUSTIFICATIVA

A linguagem composta por termos técnicos, ou jargões, dos cadernos de economia dos jornais impressos, ou economês, foge aos preceitos do bom jornalismo, que prega textos claros, simples, objetivos e coerentes.

Para Kucinski (1996) o economês ainda não conseguiu ser substituído pelos jornalistas por uma linguagem mais simples, acessível e de fácil entendimento para a população. Na visão do autor, dada a complexidade das situações de economia, a clareza só pode ser alcançada se o jornalista entender o fenômeno econômico que se propõe reportar ou analisar:

O recurso dos jornalistas que não entendem bem o tema de que estão tratando é o de se protegerem com as palavras difíceis do jargão dos economistas e com expressões do inglês. Daí a disseminação desse vício que se tornou característico do jornalismo econômico brasileiro: o “economês” (KUCINSKI, 1996, p.169).

Deste modo, faz-se necessário mostrar aos profissionais que trabalham nessa área, ou seja, os jornalistas dos cadernos de economia, a importância de ser claro e simples ao escrever o texto de economia. Salientar também, a opinião do leitor, que será ouvido, e mostrar se existe dificuldade durante a leitura desses textos de economia.

Além disso, este trabalho visa a alertar para essas dificuldades do leitor e contribuir para uma reflexão sobre o uso da linguagem jornalística, muitas vezes empregada sem consciência por parte do jornalista. A mecânica da profissão faz com que se deixe de avaliar as escolhas lexicais, como, por exemplo, os termos técnicos de variados cadernos, que não são os mais adequados para um bom entendimento do leitor.

Pode-se, assim, promover o uso de uma linguagem mais adequada e uma reflexão maior por parte dos jornalistas, considerando o leitor, que é o receptor a quem a mensagem se dirige, o foco principal do trabalho jornalístico e que deve ser respeitado e preservado.

## **CAPÍTULO 2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 A questão da Interdisciplinaridade**

Para se falar em interdisciplinaridade deve-se delimitar primeiramente o conceito de disciplina. Na visão de Japiassu (1977, p.61), disciplina é uma progressiva exploração científica especializada numa certa área do domínio homogêneo do estudo. Isto pode ser compreendido através da definição e estabelecimento dos conceitos e teorias, dos objetos de estudo, dos sistemas e dos métodos, a fim de se definir fronteiras.

A interdisciplinaridade é uma das características da Ciência da Informação pontuada por Saracevic *apud* Hawkins (1999, p.1051-1063) como ciência interdisciplinar, relacionada com a tecnologia da informação, além de ter uma forte dimensão social e humana.

A construção de um arcabouço teórico interdisciplinar foi apontada desde o surgimento da Ciência da Informação, porque ela “é um ramo de pesquisa que toma sua substância, seus métodos e suas técnicas de diversas disciplinas para chegar a compreensão das propriedades, comportamento e circulação da informação”( MIKHAILOV et al, 1969; REES, SARACEVIC, *apud* PINHEIRO e LOUREIRO, 1995). Esse arcabouço foi calcado em disciplinas tradicionalmente já estruturadas, como a Biblioteconomia, a Terminologia, a Informática e a Lingüística, na medida em que todas elas relacionam-se diretamente com os problemas da comunicação do conhecimento organizado e transferência da informação (ORRICO, 1999).

Para Novellino (1998), outra característica da Ciência da informação é que ela é responsável por construir teorias e elaborar métodos para a transferência da informação, fundamentando o estabelecimento de canais formais para a comunicação da informação. A ação de transferência da informação engloba representação, recuperação e comunicação.

No que diz respeito ao último ponto, a comunicação ou ações comunicativas, na visão de Novellino (1998, p.138) podem realizar-se : mediante a relação entre falante e ouvinte; entre imagem e aquele que vê/assiste e entre texto e leitor. Para haver a transferência da informação, segundo a autora, existe a necessidade da intervenção, o que significa a criação de mecanismo de representação e recuperação da informação para garantir que a comunicação entre esses atores ocorra efetivamente.

A ação comunicativa é um processo contínuo e renovador de reinterpretação do mundo, mediado por um conhecimento e uma cultura comuns estruturados na linguagem. A questão da interdisciplinaridade toma uma importância no contexto da comunicação, quando esta exercita um tipo de troca de informação que venha a superar a concentração de saber das disciplinas, com a finalidade de compreender melhor o fenômeno (NJAINÉ, 1994, p.24).

Para Gómez (1996), a leitura pragmática da informação é uma nova maneira de olhar os fenômenos e processos da informação, na qual se enfatizam os processos e não os produtos:

“Nós pensamos que a Pragmática nos oferece um caminho para apreender os fenômenos e processos de informação como processos sociais, cognitivos e comunicacionais, onde a prática e a ação de informação (o informar, informar-se e o ser informado) constroem a informação e estabelecem novas redes relacionais de semelhanças e diferenças. E tudo isto porque o enfoque pragmático permite superar um limite que era “transladado” da lógica e da lingüística para os estudos da informação: ter como unidade de análise o enunciado ou a proposição e não os textos, os discursos, a conversação, os jogos de linguagem”(GÓMEZ, 1996, p.50-51).

## **2.2 A Ciência da Informação e as disciplinas da linguagem**

A Ciência da Informação (CI) tem como objeto de estudo “as propriedades e o comportamento da informação, o uso e a transmissão da informação e o processamento da informação para armazenamento e recuperação (BORKO, 1968, p.4). A informação, em qualquer uma de suas faces, compõe o

objeto de estudo de muitas disciplinas fazendo com que a Ciência da Informação tenha realmente um caráter interdisciplinar.

Uma dessas disciplinas é a Lingüística, que oferece grandes atrativos à Ciência da Informação, uma vez que a CI trabalha com os diversos aspectos dos fenômenos informacionais, a Lingüística e a Terminologia surgem como disciplinas que muito auxiliam, por exemplo, na formação de glossários e na semântica.

De acordo com Sparck Jones (1973, p.1), a Lingüística e a Ciência da Informação caminham em mesma direção. No mínimo, ambas estão preocupadas centralmente com textos, de modo que existe uma ligação de interesse entre elas. Seria possível tratar a Ciência da Informação como uma parte da Lingüística Aplicada, baseando-se no fato de que ela trata de registros ou documentos de um tipo ou de outro. Esses documentos consistem principalmente de textos e o texto é objeto da Lingüística.

A Ciência da Informação deve ser interpretada, de maneira muito geral, tendo relações com o armazenamento, recuperação e transmissão da informação de qualquer tipo e de qualquer maneira. Ela está, então, preocupada com uma atividade humana primária. Dentro do campo da Ciência da Informação, assim interpretada, esforços têm sido direcionados à recuperação da informação [...] e esta é certamente a área em que a CI apresenta os maiores desafios à Lingüística (SPARCK JONES, 1973, p.2).

A visão da importância da relação entre Lingüística e Ciência da Informação é clara para Sparck Jones (1973, p.17), que pontua:

São dois os aspectos dessa relação que devem ser considerados: o primeiro é a extensão ao qual a indexação e a recuperação envolvem a linguagem, tendo assim, algumas preocupações iguais a da Lingüística; o segundo é a extensão a que a Lingüística e a Recuperação da Informação fazem referência uma a outra.

A Lingüística pode ser definida como o estudo científico da linguagem. Ela se preocupa, dentre outras, com questões como: que características distinguem a linguagem humana de outras linguagens, e quais são os



mecanismos que tornam possível para os seres humanos comunicarem uma variedade infinita de idéias.

Com relação às contribuições da Lingüística que podem ser consideradas para a Ciência da Informação, Sparck Jones (1973, p.43) enumera:

A. Naturalidade - os documentos estão em linguagem natural e a pessoa que busca informação de uma coleção de documentos considera mais fácil busca-los pela linguagem do discurso diário.

B. Ambigüidade - as sentenças e palavras são ambíguas. A lingüística contribui com o processo de análise sintática e de processos semânticos, que ajudam na redução da ambigüidade.

C. Precisão – uma descrição ou pedido por um documento ou outro tipo de informação, são geralmente imprecisos. Cada vez mais os sistemas tendem a usar a sintaxe para que a recuperação seja mais precisa e mais próxima do que o usuário precisa.

D. Estrutura semântica - todo sistema deve estar preparado para lidar com a ambigüidade e a sinonímia em termos individuais assim como em frases e sentenças. Existem duas linhas que podem lidar com esse problema: uma que estabelece um conjunto de primitivos semânticos e outro que demonstra as estruturas semânticas. A primeira linha, por exemplo, é muito usada para organização de tesouros. Em qualquer uma das linhas, trabalha-se com uma estrutura semântica funcional que é a base de sistema de informação que requer sofisticação lingüística.

E. Desligamento - é desejável, especialmente nos primeiros estágios do trabalho no sistema de informação separar, o quanto possível, a linguagem que deve ser usada para comunicar com o sistema a partir do armazenamento de dados e a operação lógica necessária para manipulá-la. Isto não é somente porque possa ser desejável usar diferentes linguagens em diferentes ocasiões e para propósitos diferentes, mas também porque as

linguagens continuam a se desenvolver enquanto os documentos permanecem imutáveis nos arquivos.

Já a Terminologia, para Sager (1990), enquanto disciplina, apresenta um caráter autônomo, mas também interdisciplinar, ao agregar conceitos e métodos de outras disciplinas e ao ser influenciada pelas áreas técnico-científicas às quais presta serviços. A Terminologia reúne conhecimentos de diferentes ciências, como a Informática (Engenharia do Conhecimento e Inteligência Artificial), as Ciências da Documentação e Classificação, em que colabora na confecção de tesouros, a Conceptologia, a Nomenclatura, além da Lingüística, e que tem papel atuante nos estudos semânticos, lexicológicos e de tradução.

A Terminologia, além de contar com aspectos da Lingüística e da Semântica, também tem muito em comum com os estudos da comunicação, uma vez que alguns aspectos dos estudos da comunicação, como a gramática, a retórica e a lógica, também fazem parte de seu interesse (SAGER, 1990, p.2).

Qualquer aspecto relevante que se possa subtrair da Terminologia deve sustentar-se mais adequadamente no contexto da Lingüística, da Ciência da Informação ou da Lingüística Computacional (SAGER, 1990, p.2).

Cabré (1993, p.37) ressalta que a Terminologia, que só tem sentido com as linguagens de especialidade e com a comunicação, pode responder a consecução de finalidades distintas, todas elas relacionadas com o mundo da comunicação e da informação.

A concepção terminológica da corrente do norte e centro da Europa enfatiza a relação da Terminologia com a Lógica, a Informática e a Teoria da Comunicação e a Informação. Esta insistência é coerente com seus princípios: a Terminologia é antes de tudo um estudo do conceito e dos sistemas conceituais que descrevem cada matéria especializada. O trabalho terminológico consiste, assim, em representar esse campo conceitual e estabelecer as denominações precisas que garantem uma comunicação rigorosa (CABRÉ, 1993, p. 52).

### 2.2.1 A Terminologia

As definições para Terminologia são as mais variadas. Basicamente sempre se chega a dois significados: o de Terminologia como ciência ou como conjunto de termos padronizados de determinada área especializada.

Na visão de Cabré (1993, p.82), a palavra “Terminologia” designa três conceitos diferentes:

- a) o conjunto de princípios e bases conceituais que regem o estudo dos termos;
- b) o conjunto de diretrizes que se utilizam no trabalho terminológico;
- c) o conjunto de termos de uma determinada área de especialidade.

A primeira se refere à disciplina, a segunda à metodologia e a terceira ao conjunto de termos de cada temática específica.

Assim, a Terminologia é o estudo e o campo de atividade que se preocupa com a coleta, descrição, processamento e apresentação de termos, isto é, itens lexicais que pertencem a áreas especializadas de uso de uma ou mais línguas (SAGER, 1990).

Para Cabré (1993, p.34)

A Terminologia não é um objeto que se justifique por si mesmo, nem o trabalho terminológico pode ficar como uma mera recompilação de uma série de conceitos com suas denominações, sem outra finalidade. A Terminologia serve a ciência, a técnica e a comunicação e deve ser conseqüente com esta função.

A Terminologia, assim, só tem sentido com relação às linguagens especializadas e a comunicação e pode desempenhar tarefas com distintas finalidades para essas áreas. Ao considerar a Terminologia como o resultado da intersecção entre a Lingüística e outras disciplinas, tem-se Terminologia como

uma matéria parte das Ciências das Linguagens, uma vez que a linguagem é seu elemento de base.

O trabalho terminológico busca definir de forma precisa o conceito de um objeto, sem ambigüidade, determinando as relações entre eles. Para Dahlberg *apud* Medeiros (1984):

Os conceitos estudados pela Terminologia são agrupados e relacionados quanto à sua estrutura semântica, seja em relação à sua intensão (conjunto de características próprias do objeto de um conceito), seja em relação à sua extensão (conjunto de entidades que possuem as mesmas características (DAHLBERG, 1978, p.148).

A diferenciação entre Terminologia e linguagem comum também pode ser feita por cinco fatores pragmáticos:

- a função básica a que se propõem;
- a temática de que tratam;
- os usuários;
- as situações comunicativas;
- os tipos de discurso.

### **2.2.2 As linguagens especializadas**

Para se falar em Terminologia, há que se falar em Linguagens Especializadas. Isso porque a Terminologia trabalha e desenvolve métodos e princípios aplicáveis à análise dessas linguagens. Enquanto na linguagem comum tem-se um conjunto de regras, unidades e restrições que fazem parte do conhecimento da maioria das pessoas, na linguagem especializada faz-se referência aos subcódigos, grande parte derivados da linguagem comum, caracterizados por algumas peculiaridades “especiais”, próprias de determinada área do conhecimento (MEDEIROS, 1984).

Apesar de restrita, a comunicação entre especialistas e estudiosos de determinada área e com o intuito de descrever a estrutura conceitual do campo a que se referem, as linguagens especializadas seriam então parte derivadas da linguagem comum.

Segundo Kocourek (1991), a linguagem especializada seria:

- conjuntos especializados, seja pela temática, pela experiência, pelo âmbito de uso ou pelos usuários;
- apresenta-se como um conjunto com características interrelacionadas e não como fenômenos isolados;
- mantém a função comunicativa como predominante, acima de outras funções complementares.

No entanto, este tipo de linguagem é mais utilizado por grupos mais homogêneos e menores, em sua maioria, especializados, uma vez que o entendimento da mesma requer conhecimentos especializados não só do emissor, como também do receptor.

As linguagens especializadas possuem características específicas, sendo analisadas e descritas por metodologias das Ciências da Linguagem. Apresentam elementos específicos, os conjuntos de unidades lexicais utilizadas na comunicação entre especialistas de determinado campo do conhecimento (MEDEIROS, 1984).

### **2.2.2.1 Características**

As linguagens especializadas apresentam características que as distinguem de outros tipos de linguagem, como maior precisão entre termo e conceito, fundamentais para a exatidão e eficácia da comunicação científica.

Faulstich (2004) denomina a linguagem especializada de vocabulário técnico. Vocabulário técnico é aquele em que os termos identificam uma atividade

específica. Assim sendo, reconhece-se que um texto pertence a uma determinada área - grupo profissional - pela significação que os vocábulos possuem ou adquirem nele. O conjunto de tais vocábulos constitui a linguagem técnica ou especial (FAULSTICH, 2004, p.48).

Nas linguagens especializadas, por se tratar de áreas técnico-científicas, existe a predominância do uso da linguagem escrita e conseqüentemente, de gráficos, figuras e ilustrações que representam visualmente o conteúdo dos textos. Siglas, fórmulas e outros símbolos também são empregados com o objetivo de elucidar ou sintetizar um termo. Esses artifícios funcionam como suportes da mensagem.

As formas de texto utilizadas nas ciências experimentais e aplicadas se diferenciam das formas de texto utilizadas pelas ciências especulativas, geralmente discursivas, apresentadas sob formas de ensaio. As regras morfológicas e grafemáticas são relevantes nas linguagens especializadas. Nelas são empregadas raízes gregas e latinas, por meio da prefixação, sufixação ou derivação para a formação dos termos da área, especialmente nas línguas que, no Ocidente, participam da tradição cultural greco-latina (SAGER, 1990).

A linguagem técnica ou especial caracteriza-se por introduzir inovações e apropriar-se de modo peculiar de outros termos da linguagem, comum ou geral. As modificações que um grupo sócio-profissional introduz na língua são chamadas de jargão (FAULSTICH, 2004, p.48).

#### **2.2.2.2 Conceitos, Termos e Denominação**

Para que a Terminologia possa realizar sua tarefa e identificar os conceitos pertencentes a campos específicos do conhecimento e atribuir-lhes termos, ela necessita estudar os conceitos, os termos e suas formas, assim como as regras de denominação.

### **2.2.2.2.1 Conceito**

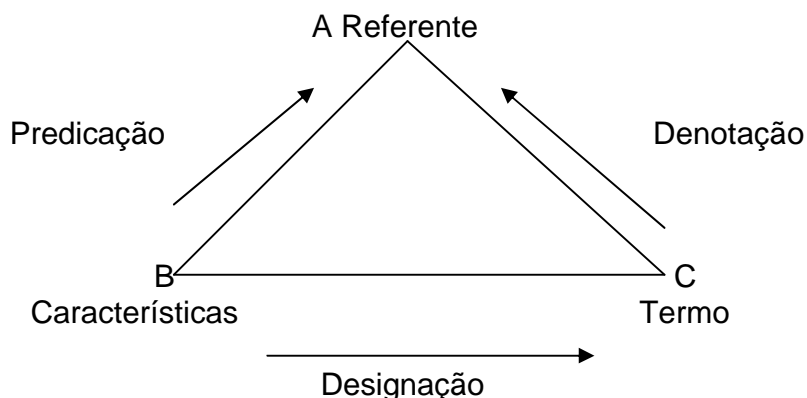
O conceito é a parte relevante do trabalho da Terminologia. Ele é fundamental para as linguagens especializadas, pois a partir da formulação precisa do conceito é que se pode estabelecer o termo. O conceito é a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um signo lingüístico (DAHLBERG,1978).

Segundo Dahlberg (1978a), os conceitos são unidades do conhecimento e não do pensamento. Considerando-se que o conhecimento é a soma das proposições verdadeiras sobre o mundo, e que os conceitos são obtidos através dos enunciados verdadeiros (formulados sobre um referente), esses enunciados não podem ser formulados para referentes sobre os quais não se possui conhecimento.

A formação de um conceito é feita através da identificação, no universo de itens (idéias, objetos, fatos, leis, etc), de um item de referência (entidades, propriedades, atividades e dimensões).Enunciados verdadeiros acerca desse item são formulados e sintetizados sob forma verbal (termo, palavra) que será utilizada no universo do discurso (DAHLBERG, 1978). Deste modo, tem-se conceito como uma unidade do conhecimento sobre um item de referência representado por uma forma verbal.

Eles podem se referir a objetos individuais qualquer fenômeno que pode ser observado pelo homem em determinado momento, e objetos gerais, que são todos aqueles conceitos individuais que possuem certas características em comum.

Quando se referem a objetos individuais, os conceitos são individuais e caracterizam-se pela presença das formas de tempo e espaço (DAHLBERG, 1978 a;1981).



**Figura 1 - Triângulo do Conceito ( DAHLBERG, 1978 a; 1981)**

De acordo com a norma ISO WD 704(1996) “os conceitos ou noções são as construções mentais que servem para classificar os objetos individuais do mundo exterior ou interior através de um processo de abstração mais ou menos arbitrário”. O conceito, que é uma representação mental de um objeto, então, é fruto da seleção de características relevantes que define uma classe de objetos e não objetos individuais.

De acordo com o Vocabulário de Terminologia da ISO (ISO,1982, p.327), as características dos conceitos podem ser:

1- intrínsecas(inerentes): referem-se ao objeto em si, sem estabelecer relação com outros objetos;

2- extrínsecas: referem-se às características que o objeto possui quando relacionado a outros objetos. Dividem-se em:

2.1- características de origem: indicam por quem, de que forma e em que local o objeto passou a existir.

2.2- características de propósito: indicam para que um objeto serve.



Para Dahlberg (1978) para se obter as características dos conceitos, deve-se formular enunciados verdadeiros sobre os atributos predicáveis, necessários ou possíveis, dos objetos. Da mesma forma que existem diferentes espécies de conceitos e de objetos, existem também diferentes espécies de características dos conceitos, sendo identificadas pela autora:

-essenciais: partes necessárias do referente, sem as quais não se pode identificá-lo;

-acidentais: aplicam-se apenas a um grupo de referentes e dependem de fatores externos e acidentais;

-individualizantes: relacionadas somente a determinado referente.

A descrição das características e das relações entre conceitos possibilita a identificação da **intensão**<sup>2</sup>, que é a soma total das características do conceito, e da **extensão**, que é a soma total dos conceitos mais específicos para os quais a intensão é verdadeira (MEDEIROS, 1984).

Ex.: intensão do conceito “casa”:

-edifício;

-feita de pedra ou madeira;

-contendo quartos e salas;

-contendo teto, etc.

Ex.: extensão do conceito “casa”:

-casa de pedra;

-casa de madeira;

---

<sup>2</sup> Grifo do autor

-casa do Presidente etc.

Assim, os conceitos, enquanto unidades abstratas criadas a partir de uma combinação única de características, são relevantes para a Terminologia. Esses conceitos são representados pelos termos, que são designações verbais e unidade fundamental da Terminologia.

#### **2.2.2.2.2 Termo**

Enquanto o conjunto de palavras especializadas de uma determinada área constitui a Terminologia dessa especialidade, os termos são as unidades de base da terminologia, que designam os conceitos próprios de cada disciplina especializada. Eles se diferenciam das palavras se considerarmos os critérios pragmáticos e comunicativos. São conhecidos dos especialistas de cada área do conhecimento e aparecem com freqüência em textos especializados.

Os termos, como as palavras do léxico geral, são unidades sígnicas distintivas e significativas ao mesmo tempo, que se apresentam de forma natural no discurso especializado. Possuem uma vertente sistemática (formal, semântica e funcional), toda vez que são unidades de um código estabelecido e manifestam assim mesmo outra vertente pragmática, posto que são unidades usadas na comunicação especializada para designar os objetos de uma realidade preexistente (CABRÉ, 1993).

Para Kocourek (1991) “o termo é uma unidade lexical definida pelos textos especializados, seu sentido corresponde a um conceito(uma noção) especializada.”

Cabré (1993) salienta que os termos, em sua qualidade de signo, são unidades que apresentam uma cara dupla: a da expressão, explicitada por meio da denominação; e a do conteúdo, que representa a noção ou conceito a que se refere a denominação.

Eles são considerados em conjunto, e de nenhuma forma são unidades isoladas que podem acontecer fora de um contexto específico. São

elementos que fazem parte de um sistema lingüístico especializado e que se materializam num contexto concreto, que corresponde a um termo determinado de especialização. O termo se relaciona com os demais termos de determinado campo especializado e com eles constitui um campo conceitual ou campo de noções (CABRÉ, 1993, p.201).

Ao realizar um levantamento terminológico, o pesquisador identifica primeiramente os termos que constituem a Terminologia de determinada área. As linguagens especializadas utilizam-se, além disso, dos signos lingüísticos pertencentes à linguagem comum (MEDEIROS, 1984). O Vocabulário de Terminologia da ISO adota a denominação “termo técnico” para os termos de uso e significado restrito a especialistas de determinada área. Já as palavras da linguagem comum recebem a denominação de “termos gerais”.

Segundo Medeiros (1984) os termos são diferenciados das palavras da linguagem comum por características específicas e sua ligação a uma determinada área de conhecimento. Na linguagem especializada, a identificação de seu significado é feita por meio do contexto em que está inserido, o que reduz, por sua vez, o risco de ambigüidade.

Para Rondeau (1984, p.21) deve ser dada prioridade ao conceito do termo e não a sua denominação. Assim, a dedução do significado do termo apenas a partir de sua forma externa pode levar a significados errôneos.

#### **2.2.2.2.3 Denominação**

A forma lingüística de um conceito pode ser obtida com o auxílio de diferentes recursos, válidos tanto na linguagem comum quanto nas especializadas. Dentre os recursos para denominação dos conceitos mencionados por Sager *apud* Medeiros (1984), destacam-se:

- Polissemia: consiste na adoção de palavras já existentes na linguagem natural para denominar algo por um nome (termo), por meio de um processo metafórico. Ex.: barreira lingüística.

- Composição: agregação de duas ou mais palavras em uma nova unidade sintagmática. Sendo assim, a nova palavra terá um novo significado, independente dos significados daquelas que a constituíram. Ex.: audiovisual.

- Neologismo: criação de novas unidades lingüísticas para denominar novos conceitos. Ex.: indivíduo-chave.

- Derivação: é um dos recursos mais usados nas linguagens especializadas pelo emprego de radicais gregos e latinos. Consiste na adição a elementos lexicais, de prefixos e sufixos que indicam mudança no significado. Ex.: tele-processamento; acessibilidade.

- Compressão: diminuição da palavra por meio do uso de formas abreviadas e de siglas e da supressão de elementos nas palavras compostas. Ex.: KWIC (Key Words In Context).

- Empréstimo: adoção de formas lingüísticas pertencentes a outras línguas, com pequenas modificações ou em sua forma original. Ex.: hardware; software.

De acordo com a ISO (ISO/R 704-1968 (E)), alguns princípios devem ser observados com relação aos termos:

- estar de acordo com as características do conceito e deixar transparecer seu significado;

- permitir a formação do derivado;

- ser conciso, sem prejudicar sua compreensão;

- estar de acordo com a morfologia, ortografia e pronúncia da língua em que serão empregados.

- ter aceitabilidade internacional.

### **2.2.2.3 Homonímia**

Os termos, assim como as palavras em geral, podem pertencer a mais de um campo de conhecimento, onde serão diferentemente definidos. Desse modo, a divisão de vocabulários de acordo com o campo do conhecimento foi necessária para que a Terminologia pudesse excluir a existência de homônimos (SAGER, 1990, p.59).

Dois ou mais termos ou palavras são homônimos quando coincidem na forma, mas representam conceitos diferentes. A homonímia ocorre com frequência na Terminologia, uma vez que ela considera cada campo teórico como um domínio fechado e somente em seu interior os termos têm valor específico.

A Terminologia considera o sistema lingüístico global como a soma de todos os subsistemas parciais, entre os quais, o temático. Assim, um termo de um campo de especialidade, extraído, por analogia, de outro campo, é considerado homônimo.

### **2.2.2.4 Sinonímia**

A teoria da Terminologia defende que cada conceito se expressa por meio de uma só denominação, mas sabe-se que existem denominações alternativas para uma mesma noção, até o ponto de que dois conceitos diferentes podem chegar a coincidir dentro de um mesmo campo de especialidade. Num sentido amplo, as unidades são sinônimas quando designam um mesmo conceito (CABRE, 1993, p.216).

A Terminologia considera sinônimas as unidades formais, semanticamente equivalentes, que pertencem a uma mesma língua histórica e a uma mesma variedade formal. As unidades sinônimas podem ocorrer entre

dialetos ou registros diferentes numa mesma língua, como as siglas e os símbolos, por exemplo.

No que concerne aos sinônimos, Sager explica (1990, p.59):

(...) pode haver vários sinônimos (contextuais ou outros) para um conceito, torna-se necessário estabelecer critérios para identificar um nome próprio e regular para um conceito em que os outros sejam variantes, ou alternativamente definir o contexto em que o paradigma regular do termo ocorre.

#### **2.2.2.5 Polissemia**

De acordo com Arntz & Picht (1995) a polissemia é a plurivalência conceitual de um termo, o que significa que um termo pode ser empregado com vários significados distintos, em contextos diferentes. A polissemia é mais freqüente na linguagem comum, mas a quantidade de termos polissêmicos aumenta a cada dia, conforme aumenta também o número de especialidades tratadas por dicionários. Deste modo, a polissemia é presença constante nos trabalhos terminológicos.

### **2.3 PESQUISA TERMINOLÓGICA**

A pesquisa terminológica consiste no conjunto de operações composto pela coleta, o tratamento e a difusão de dados terminológicos. Pode ser dividida quanto à língua em: interna, dentro de uma mesma língua ou comparada, realizando comparações entre duas ou mais línguas e quanto ao modo de tratamento em: sistemática ou pontual. A pesquisa terminológica também se apresenta como assistemática, em que os termos são coletados e ordenados alfabeticamente para análise.

Quanto aos critérios gerais de caracterização do trabalho em Terminologia, Cabré (1993, p.289) aponta dois: o número de línguas em que se trabalha e o caráter sistemático do trabalho. No primeiro critério, um trabalho

terminológico pode ser monolíngüe - quando se baseia em uma só língua - ou plurilíngüe, se compreende mais de uma língua e, de acordo com o segundo, sistemático ou pontual.

### **2.3.1 Pesquisa assistemática**

Esse tipo de pesquisa se caracteriza pela coleta de termos de uma linguagem técnica especializada e não se tem como objetivo um levantamento exaustivo de termos do campo em questão. Os termos são apenas reunidos, sem estruturação conceitual e ordenados alfabeticamente (ARNTZ & PICHT, 1995).

### **2.3.2 Pesquisa de campos semânticos sem estruturação**

Na pesquisa de campos semânticos sem estruturação, de acordo com uma sistemática inerente à própria área ou a partir de uma sistemática elaborada com essa finalidade, o campo a ser pesquisado é subdividido e os conceitos são selecionados e classificados de acordo com essa subdivisão (ARNTZ & PICHT, 1995).

Esse tipo de pesquisa funciona como uma preparação em relação ao trabalho terminológico, pois além da seleção e classificação dos termos ainda faz-se necessária uma estruturação dos termos para se ter certeza de que a área pesquisada foi completamente coberta.

### **2.3.3 Pesquisa sistemática**

A pesquisa sistemática, também denominada por alguns autores de pesquisa temática, tem por objetivo estabelecer o conjunto de termos de determinado campo do conhecimento. Ela pode ter três tipos de enfoques: a) enfoque semasiológico - em que se parte do significante (denominação) para

estudar o significado( conceito); b) o enfoque onomasiológico- em que se parte do significado para estudar o significante; c) enfoque misto, quando os dois tipos de enfoque são utilizados.

O objetivo da pesquisa sistemática não é estudar um só termo, nem resolver uma consulta de um só conceito, mas trabalhar sobre um conjunto de conceitos relacionados que fazem parte de um mesmo campo temático (CABRÉ, 1993, p.291).

Deste modo, enquanto o estudo pontual tem como objetivo resolver um problema ou uma dúvida terminológica de um usuário, o estudo sistemático tem como finalidade coletar de forma estruturada os termos que, dentro de um área ou subárea temáticas, designam noções específicas.

Um trabalho pode ser denominado sistemático se engloba a totalidade de termos de uma área ou subárea temática, ou mesmo um conjunto de termos (da mesma área ou subárea); que seja suficientemente volumoso para haver a necessidade de estabelecer previamente o sistema conceitual da área em questão.

Para se caracterizar uma pesquisa sistemática de Terminologia, Arntz & Picht ( 1995, p.254) estabelecem algumas etapas fundamentais:

- considerações preliminares de organização: compreende determinar e esclarecer toda e qualquer dúvida a respeito da pesquisa, como o objetivo e o usuário a que será dirigida;
- delimitação da área especializada;
- divisão da área em unidades menores: esta prática serve para facilitar o trabalho do terminólogo e torná-lo menos complexo;
- aquisição e análise de documentos: a aquisição do material adequado para análise é fundamental;



- recompilação e ordenação dos termos e conceitos encontrados, assim como de toda informação útil;
- construção do sistema de conceitos da área, que deve, preferivelmente contar com a colaboração de um *expert* na área;
- elaboração de material com relação ao sistema: uma vez estabelecida a forma provisional do sistema de conceitos e reunidos os dados de cada uma das línguas é possível o emprego das anotações;
- análise terminológica:
  - preparação do produto final para o usuário: que pode ser de acordo com o meio, em forma de livro, ou formato digital ou de acordo com o grupo de usuários, como tradutores especializados etc.

## **2.3.4 Etapas da pesquisa terminológica**

### **2.3.4.1 Escolha da área**

A escolha da área depende das necessidades práticas ou do interesse do pesquisador. O campo pode ser uma disciplina, uma técnica, uma ciência ou qualquer outro tipo de atividade.

Uma área terminológica é determinada empiricamente, de acordo com as estruturas conceituais e terminológicas em determinado texto ou ainda, conforme as estruturas necessárias a um campo de atividade (MEDEIROS, 1984, p.41).

As áreas podem ser divididas em dois tipos, de acordo com REY (1979):

- 1- Teóricas - geralmente centradas em um objeto distinto sob diferentes ângulos, que pode subdividir-se em subáreas, de acordo com o

objeto em questão ou em teorias. O projeto terminológico deve relembrar e comparar os termos empregados nas diversas teorias. A delimitação e estruturação dessas áreas refletem uma estruturação conceitual geral.

2- Técnicas: na área técnica os instrumentos e as atividades tendem a uma modificação da realidade, uma vez que cada técnica constitui um domínio pragmático. Deste modo, a delimitação de cada área juntamente com sua pragmática, correspondem a um conjunto de situações concretas individuais.

Para analisar a Terminologia de uma área é necessária a identificação de seu sistema conceitual ou, no caso da área técnica, de atividades práticas nela existentes (MEDEIROS, 1984, p.41).

#### **2.3.4.2 Delimitação da pesquisa**

Após a escolha do domínio, é necessária uma definição da abrangência da pesquisa, de acordo com os seguintes critérios:

#### **2.3.4.3 Estabelecimento da língua de trabalho**

Na pesquisa terminológica é importante estabelecer a língua de trabalho, uma vez que ela pode ser realizada em uma só língua, denominada unilíngüe, ou em duas ou mais línguas, que recebe o nome de multilíngües.

#### **2.3.4.4 Análise da área**

O modelo de estruturação geralmente adotado nas pesquisas terminológicas é em forma de árvore, partindo-se dos conceitos mais genéricos para os mais específicos, e permitindo descer a níveis cada vez mais específicos (AUGER *apud* MEDEIROS, 1984).

Essa estruturação conceitual depende de um bom conhecimento da área e preferencialmente deve ser feita com ajuda de especialistas da área assim como um grupo de usuários da terminologia.

#### **2.3.4.5 Escolha da documentação**

Para a realização do trabalho terminológico é necessária uma documentação que pode ser de fontes orais e escritas dentro de determinada área. Estas fontes são coletadas e servem para análise dos termos.

As fontes orais são provenientes de entrevistas e questionários realizados com especialistas na área. As fontes escritas incluem periódicos, teses, manuais, normas, documentos oficiais, dicionários, glossários, léxicos, enciclopédias, classificações, tesouros e bibliografias gerais e especializadas.

A reunião dessa documentação nem sempre pode ser extensa, devido à acessibilidade.

Certas características das fontes terminológicas podem ser estabelecidas para servirem de orientação segundo Rondeau (1984):

- quanto ao método de coleta e tratamento dos dados: qualidade das definições e contextos e das fontes de onde foram extraídos;

- quanto à forma de apresentação dos dados: existência de remissivas e ilustrações e, quando organizada sistematicamente, de índice alfabético dos termos.

#### **2.3.4.6 Coleta e análise de termos**

A coleta dos termos consiste na análise dos documentos selecionados para identificar os termos que pertencem à área em questão. Conforme aparecem ao longo do texto, os termos são sublinhados. Nesse momento entra em cena o conhecimento do pesquisador sobre a área e a familiaridade com a terminologia. Isso facilita o trabalho de coleta e análise dos termos.

Um *corpus* se constitui de um conjunto de enunciados (frases, parágrafos, textos ) cujas palavras apresentam este ou aquele traço que interessa à análise em questão (FAULSTICH, 2004, p.36-37).

#### **2.3.4.7 Princípios de coleta de dados**

O trabalho de coleta e compilação dos dados terminológicos impõe uma necessidade de metodologias baseadas em princípios básicos para Sager (1990), como:

1- os dados terminológicos devem ser coletados com uma certa consistência de critérios;

2- toda a informação terminológica tem fontes que podem ser estabelecidas com a mesma acuracidade dispensada aos dados bibliográficos.

3- os dados terminológicos têm uma validade limitada no tempo. A informação deve receber identificação temporal;

4- é importante distinguir entre textos originais e traduzidos.

5- a terminologia extraída de textos atuais ou de discursos oferece uma maior garantia de completude temática e coerência e assegura a combinação de termos.

6- O comportamento lingüístico de termos deve ser documentado por contextos cabíveis de modo que todas as variantes textuais relevantes sejam cobertas.

## **2.3.5 Compilação**

### **2.3.5.1 Princípios de compilação**

Existem alguns princípios para a compilação de terminologia que têm sido modificados desde a introdução da automatização. As possibilidades oferecidas pela análise automática de texto e o processamento de grandes quantidades de dados tem modificado a base do processo de compilação de terminologias.

Tradicionalmente existem duas técnicas separadas para a compilação de terminologia de acordo com Sager (1990, p130):

a- casos específicos de coleção de terminologia, que podem então ser ligados a criação primária ou secundária do termo-freqüentemente em resposta a um pedido para o serviço de terminologia.

b- A compilação sistemática, como, por exemplo, para o propósito de construção de uma terminologia.

### **CAPÍTULO 3 O TEXTO JORNALÍSTICO**

A informação jornalística caracteriza-se por sua atualidade, universalidade, periodicidade e difusão. No entanto, o que mais identifica esse material é a estruturação retórica em torno de pontos de interesse jornalístico.

O jornal apresenta algumas características marcantes para Lustosa (1996, p.86):

- trata dos fatos ocorridos no dia anterior;
- é abrangente, cobrindo uma vasta gama de assuntos;
- combina dois códigos, o escrito –texto e o visual- fotografia.
- oferece ao leitor um exame analítico e uma reflexão sobre os acontecimentos.

Uma característica que deveria ser inerente da linguagem jornalística é a coerência. Esta se caracteriza pela veiculação de sentidos por meio da articulação de elementos subjacentes à superfície textual que constituem essa configuração capaz de veicular sentidos.

O sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação. A unidade de sentido permite estabelecer uma relação entre os componentes, fazendo com que sejam vistos como um texto e não como um amontoado aleatório de palavras (KOCH e TRAVAGLIA, 2002).

Lustosa (1996) salienta que o texto da notícia deve ter quatro elementos essenciais para ser considerado um bom texto: a objetividade, a concisão, a precisão e a clareza. Com relação à clareza o autor afirma que o jornalista só deve falar sobre o que sabe, caso contrário acaba dizendo tolices. “A notícia do jornal conterá obrigatoriamente bons elementos para permitir ao seu leitor uma reflexão e uma análise dos acontecimentos, explicando como tudo

aconteceu e indicando no que poderá resultar o fato narrado” (LUSTOSA, 1996, p.87).

Na visão de Erbolato (1991, p.82), o importante na comunicação é fazer-se entender. O autor só considera completa uma notícia quando ela proporciona ao leitor a idéia exata e minuciosa sobre um acontecimento, ou mesmo a previsão do que vai ocorrer.

Erbolato ( 1991) coloca ainda algumas diretrizes básicas para escrever o texto jornalístico, como:

- use linguagem simples.
- escreva na ordem direta, sujeito+ verbo+ complemento, pois apresenta clareza.
- selecione as palavras, escolhendo as mais simples e de fácil entendimento para quem irá lê-las. Não procure demonstrar erudição, pois o dicionário nem sempre está às mãos do leitor. Se tiver que ser utilizado um neologismo (não havendo forma de evitá-lo), explique entre traços ou parênteses o que ele significa.
- As siglas, desde que não muito conhecidas, ou tipicamente locais, devem ser explicadas.
- Não tema ser demasiado simples no que você relatar. Jornalismo é fazer chegar ao público o que ocorreu no mundo, mas de modo a ser entendido pelo homem da rua, que seja pouco mais que alfabetizado.
- Quando escrever, pense no leitor. Escreva com naturalidade a notícia, com boa gramática, sem afetação e nem pompa.

- Evite usar palavras difíceis. Quando tiver que usá-las não empregue duas no mesmo parágrafo. Se for inevitável, dê o significado entre parênteses.

O autor ainda ressalta que a notícia pode estar sujeita a erros, por vários motivos:

- lapso fisiológico do repórter- falta de atenção, ou não ouviu ou viu bem;
- falhas técnicas de transmissão- trocas de palavras, saltos ou interferências;
- posição psicológica do informante e até do jornalista: quando ambos passam do limite e começam a opinar sobre o fato.

### **3.1 Linguagem Jornalística**

A simplicidade e a clareza são duas exigências fundamentais da linguagem da informação jornalística. Com a simplicidade objetiva-se o alinhamento dos fatos uns a seguir aos outros e não da integração uns nos outros. Já com a clareza procura-se conduzir o leitor a compreensão dos fatos sem tropeçar nas palavras.

Uma linguagem clara significa a utilização de palavras e construções de frases acessíveis a pessoas de diferentes níveis culturais. “Só assim os jornais conseguirão penetrar ampla e profundamente entre as populações” (LETRIA & GOULÃO, 1986, p.93).

A clareza de raciocínio é importante para se chegar à clareza da linguagem. As idéias têm de estar claras para que o texto seja claro. Existe uma ação, um sujeito e algumas conseqüências. A localização da natureza exata dessa ação leva a escolha do verbo que a descreve de forma mais expressiva.

Para cada ação um verbo específico, para cada verbo, uma ação. Da mesma forma, deve-se usar uma frase para cada afirmação. E evitar



mais de uma afirmação para cada frase. Deve-se usar um parágrafo para cada raciocínio completo e evitar mais de um raciocínio completo por parágrafo (KUCINSKI, 1996, p. 170).

Já do ponto de vista da objetividade, os critérios variam também conforme o grupo social que tem posição de controle ou domínio no mercado de opiniões. Marcondes Filho (1993, p.130-131) ressalta que o grupo que está no controle pode confrontar as notícias com seu quadro teórico-conceitual, com sua vivência, com suas informações anteriores e assim, checar o índice de manipulação apresentado nessas notícias.

Isso porque todo ato social que implique em transmissão de informação é um processo seletivo. Transmite-se, divulga-se, faz-se publicidade dos fatos, das teorias das visões de mundo, das crenças que interessam, conscientemente ou não ( MARCONDES FILHO, 1993 p. 134-135).

Martins Filho (1998) preza que o estilo jornalístico é um meio-termo entre a linguagem literária e a falada. Por isso deve-se evitar tanto a retórica e o hermetismo como a gíria, o jargão e o coloquialismo. Rebuscamentos, pedantismos vocabulares, termos técnicos e erudição não devem ser empregados.

As palavras e formas empoladas e rebuscadas, que tentam transmitir ao leitor a idéia de erudição devem ser evitadas, pois o noticiário não tem lugar para termos assim. Só recorra aos termos técnicos absolutamente indispensáveis e nesse caso coloque o seu significado entre parênteses.

O código da linguagem funciona no plano simbólico como uma espécie de matriz que desperta significados ligeiramente diferentes na cabeça de cada um, conforme as associações de sua memória e significados previamente atribuídos (KUCINSKI, 1996, p. 168).

A informação torna-se, portanto, matéria-prima fundamental e o jornalista um tradutor de discursos, já que cada especialidade tem jargão próprio e

desenvolve seu próprio esquema de pensamento -compare-se a fala de um diplomata com a de um militar ou a de um assistente social com a de um economista (LAGE, 2004, p.22-23).

### **3.2 Fontes<sup>3</sup>**

A fonte é parte fundamental em qualquer matéria, assim como é o ponto de partida da entrevista. Ela é a pessoa que passa informação sobre determinado fato ao jornalista, para que este investigue e se aprofunde mais no assunto ou publique o conteúdo. A fonte, nem sempre, aparece na matéria. A maioria das fontes, na verdade, confiam no jornalista, passando informações restritas, e não querem sua identidade veiculada no jornal.

No jornalismo econômico, fontes como economistas, tributaristas, operadores de bolsa de valores, por exemplo, são fundamentais para aquisição de informações do setor econômico e até mesmo para sanar dúvidas dos jornalistas da área.

Para Lage (2004, p.62) as fontes podem ser pessoais, institucionais ou documentais. Classificam-se em:

a) oficiais, oficiosas e independentes: oficiais são as mantidas pelo Estado, por instituições que preservam algum poder de Estado; oficiosas são aquelas que são ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas não estão autorizadas a falar em nome dele ou dela; já as fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso.

b) primárias e secundárias: as primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; as secundárias, por sua vez, são as consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contexto ambientais.

---

<sup>3</sup> Fontes são pessoas comuns ou especialistas que repassam ao jornalista algum tipo de informação.

c) testemunhas e *experts*: o testemunho é normalmente o mais emotivo e modificado pela perspectiva. Já os *experts* são geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos.

A escolha da fonte de informação é inerente ao jornalismo acoplado a grupos de poder, que pode ser econômico, político ou cultural. Na maioria dos casos, a escolha da fonte para determinada matéria se faz entre aquelas que já estão à disposição do editor, chefe de reportagem ou pauteiro<sup>4</sup> e isso acaba por simplificar o trabalho desses profissionais. Por outro lado, outras possíveis fontes não são consideradas porque a empresa não gosta de determinado profissional, seja por sua postura, ideologia política, ou qualquer outro aspecto ou simplesmente porque o editor ou chefe de reportagem não quer determinada pessoa sendo entrevistada por seu veículo (MEDINA, 1982, p.35).

Por ser mais fácil, alguns jornalistas aceitam a sugestão de entrevistado oferecida pela assessoria de imprensa. Deste modo, a verdade passada pelo texto e pelos dados do release - texto enviado às redações por assessores de imprensa- passa a ser aceita e muito provavelmente será publicada.

No que tange a esse hábito de oferta do entrevistado, Amaral (1987, p.120 ) lembra que os assessores estão cada vez mais aprimorados e trabalham com tamanha eficiência que enviam press-releases com o estilo do redator ou do colunista ao qual se destina. Deste modo, algumas empresas vendem não só notícias, como todo um ponto de vista, uma orientação e interpretação.

No caso do jornalismo econômico, a aceitação dessas sugestões de fontes acontece, em muitos casos, por que existe uma dificuldade em se encontrar fontes com conhecimento, aptas a explicar tabelas, gráficos, finanças e demais dados econômicos que estejam dispostas a falar, a dar entrevista, a se expor de uma maneira geral, principalmente de uma maneira clara e inteligível.

---

<sup>4</sup> Pauteiro é o jornalista responsável por elaborar a pauta, uma espécie de relatório com o tema escolhido para a matéria , que o repórter deve apurar a cada dia de trabalho.

Para Afrânio Melo, comentarista de assuntos econômicos do *Diário Associados*, o jornalismo brasileiro padece de insuficiência de matéria-prima para o trabalho. As estatísticas, sobretudo as correspondentes a setores de fundamental importância, como os industriais e de comércio interno, praticamente não são disponíveis e isso dificulta a elaboração das análises e a fixação das perspectivas da economia em geral. Os levantamentos indiretos a esse respeito, nem sempre fornecem material idôneo de estudo.

Sarcinelli (1997), por meio de uma leitura rápida nas páginas econômicas dos jornais de hoje, afirma que pode-se perceber que a reportagem de economia passou a concentrar seu foco em apenas um segmento da sociedade: a classe empresarial e seus representantes. As equipes de reportagem estão posicionadas junto ao poder político e econômico, vendo o país e sua realidade econômica e social apenas pelo ângulo do poder, ignorando a parcela mais significativa da sociedade: trabalhadores, aposentados, donas-de-casa, estudantes, micro-empresários e funcionários públicos.

Mas há também casos em que, para afastar o jornalista da verdade, a fonte simplesmente o submerge em uma montanha de números. Assolado por tanta informação, com frequência o jornalista perde a possibilidade de ter uma noção de cenário, de perspectiva, e com isso se afasta do que estava apurando (BASILE, 2002, p.116).

### 3.3 Off<sup>5</sup>

A tarefa do jornalista é distinguir entre as versões e os fatos reais, separar denúncias de calúnias, notícias de invenções. O “off” no meio jornalístico, proveniente da expressão do inglês “Off the records”, significa que a fonte passa uma informação ao jornalista, mas não quer seu nome mencionado e, algumas vezes, não quer que a informação seja publicada.

---

<sup>5</sup> *OFF* é o termo usado para designar uma informação dada ao jornalista de maneira não oficial, quando a pessoa que a fornece não quer ter sua identidade revelada.

Uma modalidade de *off* é utilizada para reduzir a taxa de desnorteamento do jornalista. A fonte pede mais que a omissão de seu nome. Exige, como condição para a conversa, que o assunto não seja publicado. Ela está, portanto, partilhando um segredo. Se, de um lado, o jornalista está sonogando dados aos leitores, de outro, obtém dados que o ajudam a se orientar no tiroteio das contra-informações (KOTSCHO, 2000, p.52)

Para Kotscho (2000), na busca de maior segurança, os jornalistas procuram sempre que possível apresentar os nomes dos responsáveis pela informação. Tentam, assim, transferir para quem deu a informação a eventual responsabilidade pelo erro. O noticiário político é impregnado pelo *off*, mecanismo pelo qual se atribui a informação a uma fonte não identificada. É um instrumento valioso, já que, sem aparecer, a fonte pode fornecer uma notícia ou dica ao repórter, evitando punição ou qualquer constrangimento.

Para Caldas (2003) a informação em *off* - informação publicada sem a devida identificação da fonte - é uma prática mais corriqueira do que deveria ser, sobretudo no jornalismo econômico e político.

O *off* surgiu na imprensa econômica nos anos 1970, com informações privilegiadas, passadas por ministros e generais a alguns jornalistas escolhidos a dedo. Ele adquiriu, então, caráter de prestígio em função do acesso que tinham a essas notícias em *off*, o que já não faz parte da realidade atual do jornalismo.

Para Caldas (2003), o *off* é necessário, sem dúvida, em revelações de fatos que mudem o rumo da história de um país e que não viriam à tona se os informantes não tivessem segurança da proteção e resguardo de suas identidades.

Por outro lado, Sarcinelli (1997) critica os espaços destinados nas matérias para a informação em *off*. “Linhas e linhas de texto, apoiados em fontes incógnitas - *offs* e mais *offs* - inundam as páginas econômicas, abrindo espaços para a leviandade. Como provam, no dia seguinte, as notas oficiais de desmentido” ( SARCINELLI, 1997).

### 3.4 A reportagem especializada

A informação jornalística é o espaço privilegiado da reportagem especializada. Uma peculiaridade dela é destinar-se a públicos mais ou menos heterogêneos. A máxima heterogeneidade obtém-se na audiência presumível de uma emissora de televisão em circuito aberto (audiência de massa) e, a mínima heterogeneidade possível em jornalismo encontra-se entre os leitores de magazines ou sítios de Internet, destinados a aficionados de uma atividade prática ou conhecimento. É claro que quanto mais específico o público, mais se pode particularizar a linguagem (LAGE, 2004, p.113).

A reportagem especializada é composta, na verdade, pelo jornalismo interpretativo, uma categoria do jornalismo que interpreta os dados de uma notícia para melhor explicitação ou demonstração de um ponto de vista.

O jornalismo interpretativo consiste, grosso modo, na visão de Lage (2004) em um tipo de informação em que se evidenciam conseqüências ou implicações dos dados. Ele é obrigatório nas coberturas de temas científicos e de economia, quando a importância ou o interesse da informação não é auto-evidente.

Meyer *apud* Lage (2004) parte das constatações de que o número de habilidades necessárias à formação de um jornalista vem crescendo continuamente- eles devem se tornar cada vez mais especializados -e de que os critérios tradicionais, de amor à verdade, disposição física e habilidade já não bastam na era da informação:

O mundo tornou-se tão complicado, tão intenso o incremento da informação disponível, que o jornalista tem que ser alguém que cria, e não só transmite, um organizador e não só um intérprete, alguém que junte os fatos e os torne acessíveis. Além de saber como redigir informações de imprensa ou como contá-las nos meios audiovisuais, deve descobrir como fazê-las chegar à mente de seu público. Em outras palavras, o jornalista tem agora que ser um administrador de dados acumulados, processador e analista desses dados (LAGE, 2004, p.142).

No mundo em que o volume de informação duplica-se a cada cinco anos, só especialistas serão capazes de entender – e, portanto de comunicar - parte substancial desse acervo. Meyer propõe que um programa específico de formação de jornalistas componha-se de três níveis de habilidade: (a) como encontrar a informação; (b) como avaliá-la e analisá-la; e (c) como transmití-la de modo a suplantar o burburinho da sobrecarga informacional e chegar ao público que dela necessita ou deseja (LAGE, 2004, p. 143).

Na reportagem especializada, o jornalista aparece, agora, como um especialista em matéria de formas eficazes: gráficas, lingüísticas, icônicas; um especialista no tratamento de dados, às vezes esparsos, que ele adapta a este público que ele precisa sempre reconstituir. Mais que um promotor de informações, o comunicador é um montador (LAVOINNE *apud* MARCONDES FILHO, 2002, p.38).

### **3.5 O trabalho jornalístico**

Na prática as profissões e atividades se interligam cada vez mais, e é através do jornalismo que a informação circula, transposta para uma língua comum e simplificada, menos precisa, mas com potencial bastante para permitir julgamentos e indicar caminhos de investigação a quem estiver interessado.

Para a retórica tradicional e clássica a imprensa, assim como o jornalista, tem o caráter de informar, de tornar os indivíduos conhecedores dos fatos e do mundo, em suma, de trazer acontecimentos da esfera pública em todos os níveis para a casa das pessoas. A imprensa seria o retrato condensado do mundo em páginas de jornal, de maneira reflexiva, como um espelho dos fatos da sociedade.

Marcondes Filho (1993, p.126-127) discorda desse pensamento por se tratar de uma visão ingênua do jornalismo, já que ele nem mesmo agora nem na sua origem foi qualquer coisa parecida com esta reprodução fiel de mundos. Jornalismo é, ao contrário, essencialmente seleção, ordenação, atribuição ou negação de importância de acontecimentos dos mais diversos, que passam a funcionar como se fosse um espelho do mundo.

Com a alta velocidade de circulação de informações em todo o sistema, as redações adotam processos “*hipertaylorizados*” de utilização de mão-de-obra jornalística. De alguma forma, o homem tem que trabalhar a uma velocidade acelerada para conseguir publicar as mais diversas notícias diariamente. O bom jornalista nos tempos modernos passa a ser aquele capaz de lidar com as exigências de tempo, produzindo textos jornalísticos razoáveis e com uma grande maleabilidade redacional ou editorial, funcionando como uma peça, acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informações, o que Marcondes Filho (1993, p.109) alega que faz com que a eficiência sobreponha-se à questão da qualidade do texto.

A transformação de um fato ou acontecimento em notícia jornalística é um processo que precisa passar por alguém que reúna os fatos, dentro de uma determinada ordem, definida segundo critérios, sejam esses de tempo ou de relevância. Esse alguém, no caso, é o jornalista.

Na verdade, o jornalista funciona como intermediário entre o fato ou a fonte de informação e o leitor. Não se deve limitar a simples transposição para o papel as declarações do entrevistado, mas sim expressá-las de modo que qualquer leitor possa aprender o significado das declarações. Isto é o que esclarece Martins Filho (1998), que enfatiza que o jornalista escreve para todos os tipos de leitores e todos, sem exceção, têm o direito de entender qualquer texto, seja ele político, econômico ou internacional.

Tanto no jornalismo escrito como no rádio e na TV é a narrativa final que define a qualidade da informação, a personalidade pública do jornalista, seu padrão ético e profissional. Para isso, o jornalista procura ter uma boa narrativa, ser um contador de histórias:

A intencionalidade do jornalista pode ou não ser compartilhada pelos leitores. O texto é também a base de um diálogo com o leitor, e por isso o jornalista deve deixar que ele tire suas próprias conclusões. Deve ser claro no uso dos códigos de linguagem, em especial vernáculo (KUCINSKI, 1996, p.167).



No entanto, perdas ou distorções podem ocorrer durante esse processo de intervenção jornalística na visão de Kientz (1973, p85-86). Segundo o autor, são quatro os processos de intervenção que podem ocorrer no interior dessa caixa preta:

1- A filtragem da informação em função da originalidade: os fatos passam por um processo de seleção e somente alguns serão noticiados, pois nem todos os fatos são considerados notícias assim como nem todos os elementos de um evento farão parte da notícia, o que pressupõe um processo de filtragem.

2- Tratamento da informação em função da inteligibilidade - esse processo relata a intervenção jornalística por meio da utilização de técnicas que possibilitem a compreensão da notícia pela média dos leitores. O fato é condensado em torno de algumas palavras-chave, mas muitos elementos podem ser incorporados para aumentar a redundância, como repetições e explicações, que sem trazer nada de novo, auxiliam o leitor numa melhor compreensão da mensagem.

3- Tratamento da informação em função do grau de implicação: quanto mais distante a notícia, tanto psicológica como geograficamente do leitor, mais difícil de ser retida, mas algumas estratégias podem ser usadas para neutralizar o baixo grau de implicação como a valorização da notícia e a personalização do fato.

4- Tratamento da informação em função da profundidade psicológica: as informações são retidas de acordo com o impacto que exerce nas profundidades psíquicas, atingindo as camadas inconscientes do leitor.

No que concerne à definição de um diálogo com o leitor, Marcondes Filho (1993, p.107) estabelece que isso é uma espécie de máscara que o jornalismo carrega, mas que, na prática, jornalismo é uma forma de se realizar a

luta pelo poder, através da seleção das informações colhidas, recebidas ou fabricadas, que são transformadas em notícias e, em sua maioria, usadas num jogo político-ideológico.

O autor ressalta ainda que as pautas de hoje, que são definidas no jornalismo cotidiano, pouco têm a ver com preocupações mais macrosociais ou com interesses gerais de populações ou com tendências da sociedade.

É uma profissão que exige cada vez mais competências e em cada vez mais domínios, porque o real é cada vez mais complexo. Cada vez mais se é bombardeado com informações. É preciso decodificá-las, mesmo invertê-las, e é certo que quanto mais os jornalistas forem preparados mais terão o sentido da espessura histórica das coisas, mais estarão ao abrigo dos erros (GUILLAUMIN *apud* MARCONDES FILHO, 2002, p.63).

A função de todo repórter é apurar, investigar, buscar fatos novos, não se conformar com a primeira versão dos fatos, checar, sempre checar. Caldas (2003, p.58) lembra que isso ocorre especialmente no jornalismo econômico e político, em que o jogo de interesses tenta constantemente manipular as informações dadas aos repórteres, seja pela assessoria ou pela própria fonte.

### **3.5.1 Jornalistas de economia**

As deficiências apresentadas por alguns profissionais já podiam ser observadas na década de 1970 nos cadernos de economia. Segundo Biondi (1974, p.17), os intelectuais brasileiros não sabem e não querem aproveitar as brechas que o sistema proporciona para a formulação de críticas. À época, a situação política foi usada em muitos casos para justificar a acomodação dos jornalistas, com o abandono da missão de informar.

Para Biondi (1974, p.18), no início do jornalismo econômico atribuíam-se os pecados da imprensa às empresas jornalísticas ou à situação política e nenhuma responsabilidade ao profissional da imprensa, que “seria obrigado” a agir assim. Por outro lado, o jornalista salienta que o repórter tem um excesso de

carga de trabalho e não tem tempo para estudar, atualizar-se, pesquisar, ser criativo.

Não acredito que as empresas digam a cada chefe de seção ou editor qual o tratamento a ser dispensado a cada tema econômico que surja, embora determinadas áreas sejam tabus em determinados jornais. Quanto ao despreparo do profissional, seja pelas condições salariais, pela carga de trabalho, nem sempre o repórter tem condições de partir para o trabalho de análise e de estudo dos dados. Então, a responsabilidade não é só da empresa, é do profissional também. Ou o repórter se convence de que o modelo econômico é muito bom, ou ele se acomodou (BIONDI, 1974, p.19).

Caldas (2003, p.50) explica que o repórter de economia trabalha muito em gabinetes, em ambientes de negócios e que sua relação com a fonte precisa ser movida por confiança das duas partes. O repórter constrói confiança com seriedade, honestidade e qualidade no seu trabalho. A fonte ganha a confiança do repórter quando suas informações são sempre fiéis, verdadeiras, não deixam o repórter na mão, sujeito a um desmentido. A relação de confiança é fundamental no jornalismo econômico. Confiança e competência andam juntas, são interdependentes na evolução da carreira do repórter.

De acordo com Kucinski (1996, p.181), o público referencial da informação econômica deve ser a população em geral. A economia e as políticas econômicas devem ser julgadas pelo critério do interesse público.

### **3.6 As Editorias**

A especialização do trabalho jornalístico veio como consequência da divisão do trabalho nos veículos de comunicação. Seguindo o modelo dos processos de produção industrial, os veículos de comunicação departamentalizaram as redações nos anos 1960, com a criação de editorias especializadas, encarregadas da cobertura jornalística de atividades ou setores específicos.

Durante o regime militar, com o esvaziamento da esfera política e a censura, os jornalistas foram obrigados a trabalhar com assuntos especializados das mais diversas categorias, em especial os econômicos, que ganharam grande destaque nesse período.

Superada a ditadura militar, os fatos divulgados pelos veículos de comunicação, notadamente os jornais, passaram a ser narrados por especialistas dos diversos temas ou setores, cujo material da cobertura jornalística seria distribuído em páginas ou cadernos para cada editoria. As matérias passaram a ser então, distribuídas por essas seções, denominadas editorias, a fim de que o leitor as encontre facilmente e transpore uma organização das dezenas de páginas dos jornais.

### **3.6.1 Editoria de Economia**

#### **3.6.1.1 Surgimento do Jornalismo Econômico**

Não há como separar o início da prática do economista do surgimento do jornalismo econômico, haja vista que este acompanha o jornalismo econômico desde os seus primórdios.

As mudanças que ocorreram na economia e na política brasileira desde meados da década de 1930 até meados da década de 1970 foram fundamentais para alterações e evoluções na imprensa que resultaram na criação de uma editoria voltada especificamente para tratar de temas relacionados à economia do País e, portanto, da linguagem empregada nessas seções e todos os problemas que ela implica.

#### **3.6.1.2 Década de 1920 e 1930**

No final do século XIX e início do século XX, os jornais brasileiros já traziam colunas fixas e diárias com temas exclusivamente econômicos. Na primeira metade da década de 1920 o jornal “O Estado de S.Paulo” publicava uma coluna diária, assinada por Cincinato Braga com o título “Magnos problemas

econômicos”. A partir dos anos 30, o ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, iniciou e manteve, durante anos uma coluna em “O Jornal” com comentários sobre o mercado de café, o mais poderoso motor da economia nacional na época.

Na década de 40, a economia nacional ganhou um novo impulso com o Estado Novo de Getúlio Vargas, contudo, a imprensa sofria com a pesada censura a ela imposta, com constantes intervenções a jornais, como a que sofreu “O Estado de S. Paulo”, que ficou fechado por 5 anos. Por outro lado, segundo Abreu (2002), a imprensa, antes dos anos 50, já estava de certo modo, vinculada ao Estado, pois seus recursos eram provenientes somente dos anúncios populares e da publicidade das lojas comerciais.

Nos anos 50, com a economia em próspera expansão, as notícias econômicas ganham mais espaço a cada dia, apesar de ainda não haver uma editoria específica para elas. As matérias referentes à economia são publicadas de forma dispersa em qualquer uma das páginas dos mais diversos jornais.

É nessa década que surgem os Jornais do Comércio, nas principais capitais do país e de tiragem satisfatória. O “O Estado de S. Paulo” busca seus primeiros jornalistas de economia na Europa. Outro jornal que também tinha repórteres voltados especificamente para os assuntos econômicos no início dos anos 50 era a Folha de S. Paulo.

No fim dos anos 50 e início dos anos 60 é que surgem as primeiras características da imprensa atual. Mas a surpresa maior ainda estava por vir: o Golpe de 64 e o controle da imprensa, regulados pelos Atos Institucionais e pela nova Lei de Imprensa.

Devido ao extremo controle exercido pelos militares e com a ausência de atividade política, o jornalismo político vai se definindo. Repórteres, colunistas e cronistas se vêem obrigados a mudar de área de cobertura, são desviados de suas funções dentro da própria empresa ou simplesmente demitidos.

Em 1968 é que o jornalismo político praticamente desaparece da imprensa nacional devido à censura. Nesse mesmo período, a dívida externa aumenta e com a política paralisada, aumentam os financiamentos disponíveis para o Brasil. Criam-se mecanismos de incentivos à entrada da moeda estrangeira no País, com o intuito de acelerar o crescimento econômico.

### **3.6.1.3 Década de 1970**

Os meios de comunicação e as atividades culturais eram vigiados pela polícia. Tudo o que desagradava ao governo era severamente censurado. O regime militar não admitia críticas, nem ao menos oposição pacífica.

No entanto, o jornalismo econômico como temos hoje surge num encarte do “Correio da Manhã”, de 16 páginas que tratava somente de negócios, chamado Diretor Econômico. Editado por três jornalistas considerados *experts* no mundo dos negócios, Aloysio Biondi, Aloysio Santos e Washington Novaes, o “Diretor Econômico” estimula o mercado de capitais, quase parado desde 1948, por meio de discussões sobre a Bolsa de Valores de São Paulo em suas páginas.

Nos anos 1970, os jornais passaram a dar destaque ao noticiário econômico, não só porque as notícias sobre política sofriam forte censura, mas também porque a economia tornou-se um dos temas centrais do regime militar.

Foi nessa época que nasceu o jornalismo econômico como conhecemos hoje. Até os anos 70, o noticiário econômico era essencialmente financeiro ou comercial, voltado para informações práticas: cotação da bolsa, informações sobre o câmbio, entrada e saída de navios, preços e produção de produtos agrícolas. Quando outros temas apareciam, não vinham acompanhados de análise, pois não existia um grupo de jornalistas especializados em assuntos econômicos nas redações. Não existia uma cobertura regular do desempenho das empresas, nem dos diversos setores da economia (ABREU, 2002, p.21).

As editorias de economia foram também usadas como instrumento de divulgação da política econômica do regime militar. Era importante para o governo daquela época que a imprensa divulgasse as conquistas e os avanços econômicos, na medida em que a economia se tornou a moeda de legitimação

política para os militares. Houve uma grande expansão dentro dos órgãos oficiais de assessorias de relações públicas, encarregadas de divulgar as obras, os investimentos realizados pelo governo federal e pelos governos estaduais.

#### **3.6.1.4 Os primórdios do economês**

Nos primeiros anos de 1970, segundo Dines (1996, p.72) os jornalistas que cobriam a área econômica tiveram que enfrentar as barreiras da falta de um conhecimento especializado em economia. As informações da área econômica eram obtidas junto aos tecnocratas que utilizavam uma linguagem conceitual de difícil compreensão para o público leitor, e muitas vezes os jornalistas reproduziam as informações tal como lhes eram transmitidas, sem decodificação, com algumas adaptações para a linguagem comum. Os novos termos, a nova linguagem que passou a integrar o cotidiano do noticiário recebeu a designação de “economês”, expressão cunhada por Carlos Lacerda.

O jornalista de economia Aloysio Biondi (1974, p.15) escreveu com relação à linguagem econômica, quando indagado sobre uma matéria econômica, publicada num dos veículos da Editora Abril:

A minha conclusão (...) foi a de que os jornais tinham passado anos procurando profissionais que escrevessem em linguagem inteligível, mas que, de alguns anos para cá, o ideal passou a ser o profissional que não escrevesse em linguagem que todos entendessem.

Para Biondi (1974) a imprensa brasileira passou por momentos difíceis - pelo momento político da época - no final da década de 60 e início da década de 70, em especial, o jornalismo econômico, mas que isso não justificaria as distorções apresentadas pela imprensa.

Já naquela época, Biondi (1974) relatava que a linguagem do jornalismo econômico era uma linguagem que refletia muito mais interesses que não eram do grande público tão pouco os da coletividade.

O repórter de economia da década de 70 também usava o release - material produzido pelas assessorias de imprensa, uma vez que não tinha tempo para estudar ou se interar melhor do assunto. A supervalorização da análise macroeconômica não é mistificação recente, porque já tem história. Desde os tempos de Delfim Neto, nos anos 70, os jornalistas da área econômica consideravam a macroeconomia como fundamental à vida do brasileiro.

De acordo com Biondi (1974, p.19) é nesse momento que surgem expressões em voga: “novos patamares”, “medidas para agilizar o mercado”, que em suma, não dizem nada porque não interessa dizer nada.

### **3.6.1.5 Cobertura econômica atual**

Do final da década de 1970 até os dias atuais, o jornalismo econômico sofreu alterações, sobretudo, não foram marcantes ou que apontassem para um diferencial considerável nas características das matérias.

Para Marcondes Filho (1993, p.105) a prática jornalística torna-se, neste novo momento, a da imprensa minimalista. Os grandes assuntos são tratados como se reduzissem a questões subjetivas. A economia não é trabalhada do ponto de vista de sua relação com o Estado, com a sociedade maior, da perspectiva das tendências e rumos, enquanto organicidade do sistema. As matérias desta editoria são hoje produzidas apenas com vistas a darem informações aos leitores sobre investimentos ou práticas de sobrevivência na selva econômica. Há um reducionismo dos grandes temas a assuntos de natureza subjetiva, individual ou particular.

Existem três elementos que jogam do lado do receptor, impedindo que a manipulação surta efeito: a memória, a vivência e a visão do conjunto. As três supõem reserva de informação anterior. A informação é a principal arma contra manipulação. Isto se baseia no princípio de que a resistência à manipulação é construída a partir da informação anterior, vinda da vivência, da memória ou do



conhecimento do contexto. Marcondes Filho (1993, p.136) lembra que “ sem a instalação dessas imunidades na consciência do receptor da comunicação, sua contaminação pela versão manipuladora é instantânea.

A comunicação antes servia para “transmitir mensagens”, o importante era o relato. Hoje em dia, divulgar tornou-se o objeto em si e o conteúdo só tem, no final das contas, um interesse secundário” (AUBENAS/ BENASAYAG *apud* MARCONDES FILHO, 2002, p.38).

A partir do momento em que o jornalismo econômico ignora as relações entre estas duas classes básicas e os conflitos que as permeiam esta realidade, passa a encobrir os verdadeiros valores que impulsionam a economia e que explicam em boa parte as bonanças e mazelas deste país. Isto, segundo Sarcinelli ( 1997), o desvia de seu papel de mostrar a realidade - e não uma imagem parcial dela - para que os agentes sociais possam, dentro do jogo democrático, promover as reformas necessárias ao bem estar coletivo.

Na visão de Basile (2002), no jornalismo econômico se escreve para pessoas que, de um jeito ou de outro, estão interessadas em dinheiro: como produzir, consumir, poupar e investir dinheiro. São profissionais, executivos, trabalhadores e empresários, jovens e velhos, homens e mulheres, de todas as raças e credos, que estão interessados em saber algo a respeito de dinheiro.

Contudo, sabe-se que não são somente as pessoas que desejam poupar ou investir que procuram os cadernos de economia. São milhões de pessoas que estão, na verdade, desejando informações a respeito de temas mais ligados a seu dia-a-dia, como o aumento da conta de energia elétrica ou do combustível, por exemplo.

Ao contrário do que afirma Basile (2002), essas pessoas, não desejam investir ou consumir, o objetivo pode ser justamente o oposto: buscar informações para saber o que fazer para evitar determinadas situações e mesmo, economizar.

### 3.6.1.6 Traços da ideologia do jornalismo econômico

A informação econômica apresenta certas características ideológicas básicas e identificáveis na visão de Kucinski (1996). O caderno de economia abre seus melhores espaços a notícias consideradas positivas sobre o desempenho da economia e reluta em aceitar as adversidades econômicas.

A propensão ao otimismo exagerado reflete também um ethos do empresariado em geral, que é naturalmente otimista e de espírito aventureiro, apostando nas oportunidades e preferindo esquecer depressa as adversidades.

#### 3.6.1.6.1 Mentalidade do jornalismo econômico

O jornalismo econômico brasileiro sugere uma mentalidade específica com conotações ideológicas, devido ao caráter dependente de nossa economia. São considerados traços dessa mentalidade da informação jornalística de acordo com Kucinski (1996, p.189-190):

**O consensualismo:** prática comum no país em que o consenso em torno dos interesses dominantes predomina e isso se reflete na unanimidade e homogeneidade do jornalismo e na agressividade com que trata os divergentes.

**O dogmatismo:** presente no jornalismo econômico devido à influência de economistas que repetem teses antigas, já invalidadas como verdades reveladas ou mesmo no reducionismo da discussão, no desprezo pelo factual e no pouco trabalho analítico.

**A ingenuidade:** o jornalista brasileiro insiste em descrever o mundo dos negócios como uma história de conto de fadas e encantamento, e esta ingenuidade pode ser reflexo da falta de interesse pelo mundo real dos negócios.

**O oficialismo:** existe no jornalismo brasileiro uma ausência de espírito crítico em relação às fontes oficiais.

**O entreguismo:** característica típica de mentalidade colonizada, em que o jornalismo econômico assume defesa integral dos interesses estrangeiros.

**O deslumbramento:** os jornais reverenciam os grandes empresários e alguns até fornecem espaço para esses empresários que acabam se tornando colunistas fixos.

De acordo com Kucinski (1996, p.178) em geral, o jornalista brasileiro não se orienta pelo conceito de interesse público como categoria transcendental, ou seja, acima de critérios de conveniência ou ideológicos. O jornalista brasileiro acredita que deve ponderar sobre as conseqüências da verdade que pretende publicar, sobre quem ou que grupos se beneficiarão dessa publicação e condicionar sua publicação a esse julgamento.

### **3.6.1.7 Linguagem da editoria de economia**

No jornalismo dedicado à economia, um dos principais problemas de linguagem está no fato de ela se dirigir a pelo menos dois públicos bem diferenciados, que se comunicam por códigos próprios: de um lado, especialistas, grandes empresários e profissionais do mercado; de outro, o grande público e os pequenos empresários, que se sentem permanentemente agredidos pela linguagem técnica inevitavelmente usada no jornalismo econômico (KUCINSKI, 1996, p.167-168).

Kucinski (1996, p.168) lembra que a linguagem é também constitutiva de quem a formula, envolve todo o processo de estruturação do saber e do conhecimento de cada um e de cada coletivo e que os economistas apenas aparentemente usam a linguagem comum.

No que concerne aos termos técnicos da área econômica, o jornalista está se dirigindo ao grande público e deve evitar adotar essa linguagem. Também seu referencial não é o mesmo do economista, e sim o dos interesses gerais da

população. Além de acessível, o tratamento da informação deve ser crítico. “O desafio do jornalista está em reportar e analisar, transmitir opiniões de economistas e governo, sem usar linguagem que as pessoas comuns não entendam, e sem violar os conceitos criados pela linguagem do economista” (KUCINSKI, 1996, p.168).

O hermetismo do texto causa uma grande dificuldade de compreensão das matérias sobre economia pelos comuns mortais. Esse é um o principal problema enfrentado pelo redator da editoria de economia. A utilização excessiva de números no esforço de traduzir os fenômenos divulgados fez a emenda sair pior que o soneto (LUSTOSA, 1996, p.131).

Para Kucinski (1996, p.169), devido à complexidade das situações de economia, a clareza só pode ser alcançada se o jornalista entender o fenômeno econômico que se propõe a reportar ou analisar. Caso contrário, é muito improvável que a narrativa seja clara. O recurso dos jornalistas que não entendem bem o tema de que estão tratando é o de se protegerem com as palavras difíceis do jargão dos economistas e com expressões do inglês. Daí a disseminação desse vício que se tornou característico do jornalismo econômico brasileiro: o “economês”.

Só quando se conhece o conceito é possível simplificar e usar metáforas ou imagens, sem comprometer a precisão da informação. E não se deve usar palavras de língua inglesa quando existe correspondente em português (KUCINSKI, 1996, p.169).

Deve ser evitada a linguagem burocrática, de conteúdo irrelevante ou acessórios. [...] a linguagem burocrática sintetiza quase todos os defeitos do fazer jornalístico brasileiro: o desprezo pelo leitor, o descuido com a informação, a preguiça jornalística, a despolitização da informação (KUCINSKI, 1996, p.170).

De acordo com Lustosa (1996, p.131) os fatos econômicos sempre indicam situações que afetam a vida das pessoas, pois divulgam fenômenos ou

medidas governamentais relacionadas com bens ou ganhos de uma parcela ponderável de pessoas.

Os mecanismos principais da economia não são necessariamente complexos numa primeira aproximação, mas há detalhes, às vezes importantes, de explicação difícil. Freqüentemente as próprias fontes do mercado alimentam uma aura de mistério em torno de suas transações, disseminando expressões e neologismos.

Na visão de Sarcinelli (1997), a reportagem de economia passou a concentrar seu foco em apenas um segmento da sociedade: a classe empresarial e seus representantes. As equipes de reportagem estão posicionadas junto ao poder político e econômico, vendo o país e sua realidade econômica e social apenas pelo ângulo do poder, ignorando a parcela mais significativa da sociedade: trabalhadores, aposentados, donas-de-casa, estudantes, micro-empresários e funcionários públicos.

#### **3.6.1.8 Economês**

O jornalismo econômico apresenta como características o uso de um linguajar mais apurado, com clichês denominados “economês”, que são reproduções de termos próprios da esfera econômica, sem tradução. Isso pode tornar os textos de economia um pouco desinteressantes para parte da população. Os assuntos recorrentes costumam interessar ao mundo dos negócios, empresas, bancos, executivos, políticos etc. e essa prática preocupa a isenção do jornalismo econômico, hoje, pois a parceria entre veículos de comunicação e empresas comerciais pode contaminar a cobertura jornalística nessa área (PIMENTEL, 2005, p.71).

No início dos anos 70, Dines (1996) afirmava que:

O noticiário econômico abriu-se para a grande massa de leitores, mas paradoxalmente fechou-se na sua linguagem e abordagem graças a ascensão de uma nova classe de tecnocratas nas fontes de notícias, influenciando os profissionais com um jargão logo batizado de “economês” pelo jornalista Carlos Lacerda (DINES, 1996, p.72).

Para Biondi (1974) um dos males do jornalista econômico do fim da década de 60 e início dos anos 70 foi identificar-se demasiado com os portavozes, ser recebido e desfrutar do privilégio de obter para si as informações.

Na medida que as seções de economia se esqueceram de que estavam escrevendo para o público, para a coletividade, elas verificaram que não era necessário e, às vezes, nem muito conveniente traduzir muito claramente os temas em debates. Acho que não é nem mesmo um problema de linguagem o que hoje se denomina de “economês”, mas um problema- não deliberado- de elitismo (BIONDI, 1974, p.20).

Um outro problema apresentado é o jornalista responsável pelas matérias de economia, que peca pelo excesso de conhecimento e pela incapacidade de traduzir seu tópico ao nível do leitor. Quanto maior o conhecimento em determinado assunto, maior a tendência de simplificar, ou por meio do uso de termos técnicos ou pela própria omissão de explicação ou detalhes.

Na opinião de Amaral (1987, p.112), alguns dos melhores comentaristas econômicos brasileiros empregam com freqüência palavras e expressões como draw-back<sup>6</sup>, economia planificada, uma série de coisas que obriga o leitor, leigo a pensar duas vezes, quando não a perguntar ao amigo mais próximo, se há, significado para tais expressões.

Sobre um ponto não discutem os bons redatores de economia: a notícia econômica, tanto quanto a científica, carece de interpretação imediata. Uma portaria ministerial a respeito de importação de produtos manufaturados, por exemplo, pouco ou quase nenhum valor tem para o homem da rua se não vier acompanhada de uma explicação fácil sobre suas conseqüências para a indústria do país e para a bolsa do povo (AMARAL, 1987, p.113).

Para Setti (2005), grande parte dos jornalistas políticos – como, de resto, do pessoal que cobre economia e negócios e outros setores – não parecem

---

<sup>6</sup> Crédito tributário ou reembolso de impostos aduaneiros pagos por mercadoria importada que será reexportada para outro país

produzir suas matérias pensando, de fato, no grande público. Acabam, de forma automática, escrevendo, sobretudo, para suas fontes – e para os colegas.

Amaral (1987) cita em seu livro que Robert Salmon, presidente e diretor geral do jornal francês France-Soir, fez o seguinte comentário durante os debates sobre meios atuais da informação econômica, realizados pela Section de l'Adaptation a la Recherche Technique et de l'Information Economique, do Conseil Economique et Social<sup>7</sup> :

A qualidade da informação continua ainda desigual: informações pouco digeridas ou mal digeridas, informações pouco controladas, informações comumente influenciadas por trabalho de análise já efetuado pela imprensa especializada ou publicações profissionais. A tal ponto que a liberdade de informação econômica pode ser, muitas vezes, discutida. As informações destinadas aos consumidores não lhes são adaptadas. O grande público, o dos jornais diários, continua, ainda mal informado sobre os complexos problemas que lhe chegam ao conhecimento por intermédio da notícias distribuída pelos organismos oficiais e por aquelas fornecidas diretamente pelas indústrias (SALMON *apud* AMARAL, 1987, p.111).

Conforme Sarcinelli (1997) as matérias de economia deixam de ser interesse da grande maioria da população que, sequer conhece a realidade e a razão dos números e termos expressos nos cadernos.

#### **3.6.1.8.1 Componentes do economês: as siglas e os indicadores**

O uso de siglas tornou-se também uma prática corriqueira nos textos noticiosos do jornalismo de economia a partir dos anos 60. Desde então elas têm se multiplicado por todos os setores de economia, atingindo principalmente o texto jornalístico. Na área econômica existem centenas de siglas de uso corrente que vão desde nome das instituições até de indicadores oficiais.

---

<sup>7</sup> Seção de Adaptação a Pesquisa Técnica de Informação Econômica, do Conselho Econômico e Social.

Outra característica marcante dos textos de economia dos jornais são os números ou percentuais fechados em quadros ou tabelas que aparecem até mesmo nos títulos e nas primeiras páginas dos jornais. Quintão (1974, p.108) ressalta que o leitor é submetido a uma série de indicadores, como gráficos e tabelas cuja composição deve ser aceita, apesar de que isso, muitas vezes, pode comprometer a verdade. Já, para Basile (2002), o excesso de números e estatísticas esconde a falta de ponto de vista, de foco sobre o que se quer mostrar, uma vez que, como não há clareza sobre o assunto da matéria, ela fica escondida debaixo de informações sem significado relevante:

Em boa fé, muitas fontes e, mais especificamente, economistas, adoram despejar números sobre os jornalistas que os entrevistam. Isto causa uma espécie de argumento de autoridade, porque, com a profusão de números, aparentemente fica mais fácil “vender” um ponto de vista para um jornalista. É seu problema discernir, daquela profusão, o que vale a pena do que deve simplesmente ser jogado no lixo (BASILE, 2002, p. 115-116).

Segundo Quintão (1974, p.108) apesar dos gráficos e tabelas serem usados com o objetivo de ilustrar os textos, quando os dados se apresentam herméticos, a falta de costume do público de recorrer a eles para melhor compreensão da notícia ajuda a tornar mais confuso e menos atrativo o texto do jornalismo de economia. Isso porque, embora disseminados por todos os jornais, poucos são os que sabem usar estes recursos com a devida clareza.

Lustosa (1996, p.132) explica que pelas dificuldades de se relatar os fenômenos econômicos em um bom texto jornalístico, os indicadores econômicos- como cotações do dólar, renda da poupança, valor do salário mínimo, entre outros- acabaram ganhando um espaço especial, aparecendo obrigatoriamente em todos os grandes jornais.

### **3.6.2 Personagem**

Na visão de Verón (1983), o conceito de personagem trata da relação de cumplicidade que o emissor tenta estabelecer com o universo simbólico do seu



receptor. De acordo com o público-alvo é que cada jornal decide se deve usar o personagem, qual o tipo de personagem ideal e o modo que deve se dirigir a esses público. “É este posicionamento que vai orientar a decisão de usar ou não um recurso para facilitar a digestão dos assuntos econômicos pelo leitor” (MAURICIO, 2003, p.02).

O personagem é o anônimo que vive a situação em pauta. Não é o entrevistado típico da reportagem, ou seja, a fonte não é a pessoa de alguma forma autorizada a falar sobre o assunto devido a seu cargo ou mandato. Deste modo, ele pode ser o desempregado na fila do emprego ou a dona de casa. O importante do personagem é a experiência pessoal, ao contrário da visão empresarial, de classe, macroeconômica ou financeira. Ele ilustra a matéria e aproxima o assunto da realidade do leitor, funcionando como um contraponto emocional à linguagem racional do jornalismo econômico.

Segundo Sarcinelli (1997, p.07):

A humanização da pauta das editorias de economia é uma via importante para recuperar a humanização das páginas econômicas dos jornais. É colocando os personagens reais deste país - a sua população - no centro do noticiário, que os Josés e as Marias ganharão corpo e voz. Sem esta humanização da pauta, prevalece a realidade sob a ótica do poder econômico e político, ou seja, o posicionamento preferencial junto a empresários e dirigentes políticos.

### **3.6.3 Furo**

O furo no jornalismo significa publicar um fato ou parte dele de forma inédita, unicamente, de primeira mão. A busca de informações privilegiadas e a necessidade cada vez mais constante de publicar informações antes do concorrente transformou-se numa verdadeira obsessão.

No jornalismo econômico essa perseguição ao furo também acontece. Com a globalização, a disputa por informações está ficando cada vez mais

acirrada, na medida em que o país está inserido na rota dos capitais internacionais.

No entanto, Sarcinelli (1997) lembra que a competição comercial entre os veículos induziu as redações a uma verdadeira corrida pela publicação de informações antes que qualquer concorrente, e que a ética muitas vezes acaba atropelada. A informação verdadeira, medida, checada, nem sempre predomina.

#### 4 METODOLOGIA

Com relação aos objetivos, a presente pesquisa é descritiva. De acordo com Triviños (1992), a pesquisa pode ser caracterizada como descritiva porque descreve os fenômenos sob análise, preocupando-se não somente com os resultados ou produtos, mas com todo o processo.

O presente trabalho tem, então, como linha geral a pesquisa descritiva, baseada numa abordagem quantitativa. A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los (RUDIO, 1992; TRIVIÑOS, 1992). Para Cervo e Bervian (1996), a pesquisa descritiva procura descobrir, com toda precisão possível, a relação e conexão de um fenômeno com outros, sua natureza e suas características, além de descrever "com exatidão" os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Os procedimentos quantitativos foram aplicados para a obtenção, análise e interpretação dos dados relativos à compreensão do economês pelos leitores. Segundo Minayo (2002), os procedimentos quantitativos estão relacionados ao aspecto objetivo, obtido por meio de dados matemáticos e análises estatísticas. Técnicas estatísticas simples, como os indicadores percentuais e as médias, foram empregadas. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionário.

Na opinião de Richardson (1985), o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação nas modalidades de coleta de informações e no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual e média, até as mais complexas.

Este método é freqüentemente aplicado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos.

Uma pesquisa bibliográfica também foi realizada, uma vez que qualquer espécie de pesquisa, independente da área, pressupõe uma pesquisa bibliográfica prévia, tanto para fundamentação teórica, como para diagnosticar a situação

existente e justificar os limites e contribuições da própria pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi realizada com intuito de reunir informações e conhecimentos prévios sobre o problema de que se procura a resposta e constitui, assim, parte da pesquisa descritiva a ser realizada.

Como define Marconi e Lakatos( 1999, p.73):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Para avaliar a ocorrência dos termos técnicos da área de economia presentes nas matérias de jornalismo econômico foram usadas técnicas da pesquisa terminológica assistemática. Neste tipo de pesquisa terminológica não se tem por objetivo a realização de um levantamento exaustivo dos termos da área, tampouco uma estruturação conceitual destes.

A pesquisa terminológica assistemática consiste na seleção e reunião de termos de determinada área, no caso, os termos de economia apresentados nas matérias dos jornais analisados, sem estruturação conceitual e ordenados alfabeticamente (ARNTZ & PICHT,1995 ).

A organização estrutural dos termos de economia requereria uma análise mais complexa, em que se estabeleceriam as relações entre conceitos e termos, o que está além do proposto por este trabalho. Desse modo, os termos foram coletados e ordenados pela frequência em que apareceram nas matérias dos jornais analisados.

## **4.1 Coleta de dados**

### **4.1.1 Dados terminológicos**

Para a análise da terminologia da área de Economia, mais especificamente para a coleta de termos que caracterizam o economês, foram utilizadas como fontes de pesquisa documental edições dos cadernos de economia de dois jornais impressos de Mato Grosso do Sul, “O Estado” e “Correio do Estado”.

A escolha dos cadernos de economia foi motivada pela identificação do emprego de termos técnicos da área de economia, comuns a especialistas da área, mas estranhos aos leitores “leigos”.

Apesar de outros cadernos como o de política também empregarem termos da área da Ciência Política, no jornalismo econômico a situação é ainda mais grave, devido a frequência com que esses termos são empregados. Não é de hoje que se discute a questão do uso do “economês” nos veículos de comunicação. Na verdade, esse jargão surgiu juntamente com a explosão dos temas econômicos nos jornais e desde então tem sido questionado.

As fontes deste trabalho foram sessenta edições dos dois jornais impressos, escolhidas entre as edições dos primeiros seis meses do ano de 2005. Para a seleção da amostra, alguns critérios foram levados em consideração, como:

- dias em que foram publicadas matérias de economia nos dois jornais;
- dias que além das matérias nacionais provenientes das agências de notícias, apresentavam matérias de produção local nos dois jornais pesquisados;

Nessas edições foram levantados os termos técnicos e suas respectivas ocorrências. A lista dos termos levantados encontra-se no anexo 1. As definições dos termos foram obtidas pela consulta aos glossários do Banco

Central do Brasil (2004)<sup>8</sup> e aos dicionários de Finanças da Bolsa de Valores de São Paulo e de economia<sup>9</sup> e estão incluídas no glossário apresentado no anexo 4.

Em relação aos termos coletados, foram também analisados alguns aspectos terminológicos, apresentados por Sager(1990). Estes aspectos se referem a padronização dos termos em determinada língua relativos aos processos de composição, derivação, empréstimo e polissemia (anexo 2) e foi, também, elaborada tabela de relação conceito-denominação, segundo proposta de Cabré (1993) (anexo 3).

Por meio da relação conceito-denominação, Cabré (1993) apresenta que os termos enquanto definição estabelecem relações de homonímia – mais especificamente a homografia neste trabalho, polissemia e sinonímia com seus conceitos. Esta última pode ser composta por: sinonímia entre sigla e definição, uma abreviação e sua forma completa e entre termos equivalentes em línguas diferentes. A relação conceito-denominação dos termos econômicos coletados nos jornais pesquisados pode ser observada na tabela, presente no anexo 3.

Esta etapa da pesquisa teve por objetivo analisar o economês para compreensão dos aspectos terminológicos relativos a esta linguagem especializada. Para análise dos efeitos do uso do economês na compreensão do conteúdo das matérias jornalísticas utilizou-se o questionário.

#### **4.1.2 Dados relativos aos efeitos do economês na compreensão das matérias de economia**

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário contendo 11 questões: dez questões fechadas e apenas uma aberta, a fim de avaliar a compreensão dos diversos tipos de leitores de três matérias extraídas

---

<sup>8</sup> O glossário do Banco Central apresenta os termos que ocorrem no site . É encontrado disponível na Internet pelo endereço: < <http://www.bacen.gov.br/?GLOSSARIO>>.

<sup>9</sup> O Dicionário de Finanças da Bolsa foi utilizado como auxílio para aqueles termos que não constavam no glossário do Banco Central. O dicionário está disponível na Internet pelo endereço: < <http://www.bovespa.com.br/Investidos/DicionarioFinan/dicionario.htm>>. Outro dicionário também consultado foi o Dicionário de Economia do século XXI, de Paulo Sandroni.

dos cadernos de economia dos dois jornais analisados: O Estado de Mato Grosso do Sul e o Correio do Estado, nos seis primeiros meses de 2005. O modelo de questionário encontra-se no anexo 5.

O pré-teste do questionário foi aplicado em duas turmas de jornalismo, primeiro e último ano, de uma faculdade particular.

De acordo com Marconi e Lakatos (1999, p.102), o pré-teste serve para verificar se o questionário apresenta três importantes elementos:

-fidedignidade- qualquer pessoa que o aplique obterá os mesmos resultados;

-validade- os dados recolhidos são necessários a pesquisa;

-operatividade -vocabulário acessível e significado claro.

Além disso, o pré-teste permitiu a obtenção de uma estimativa sobre os futuros resultados.

O resultado do pré-teste revelou não serem necessárias alterações no instrumento de coleta de dados, e, portanto, o questionário foi aplicado na pesquisa sem alterações.

Foram escolhidos alunos do primeiro e do último ano dos cursos de Letras, Economia e Jornalismo, para responderem os questionários. Os alunos de Letras foram considerados leitores leigos, por ser uma área de conhecimento em que os alunos não têm a disciplina de Economia em sua grade curricular. Os alunos de Jornalismo foram escolhidos para que se tivesse uma noção de como é a preparação desses futuros profissionais e se, durante os anos de preparação na faculdade, adquirem algum conhecimento na área de economia.

Já os alunos do curso de Economia foram selecionados como sendo do 1º ano pouco iniciados e os do 4º ano, leitores iniciados, que se supõe que já conheçam os termos da área econômica.

A amostra quantitativa foi formada por 204 alunos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, assim distribuídos:

<b>Curso</b>	<b>Amostra</b>
1° ano de Jornalismo	37
4° ano de Jornalismo	27
1° ano de Letras	42
4° ano de Letras	28
1° ano de Economia	48
4° ano de Economia	22
<b>Total</b>	<b>204</b>

A primeira parte do questionário apresentou três textos retirados dos dois jornais estudados e foi pedido aos alunos que primeiramente os lessem.

Numa segunda parte do questionário foram feitas 10 questões fechadas e uma aberta a respeito da compreensão desses textos.

De acordo com as respostas, objetivou-se identificar o grau de compreensão dessas matérias que apresentaram jargão e as dificuldades encontradas por esses leitores.

Pela escolha de um semestre inicial do curso de Economia e o último, pretendeu-se verificar se o entendimento do economês prescinde do conhecimento da área de Economia, existindo diferenças no grau de compreensão de um leitor leigo para um leitor iniciado da área, e se esses últimos conseguem compreender melhor as matérias de economia justamente por apresentarem certo conhecimento da área econômica.

A amostra deste trabalho é intencional, uma vez que foram selecionados alunos que não dispõem de conhecimento especializado em economia, dos cursos de Jornalismo e Letras e de diferentes níveis de aprendizado do 1° e 4° ano de Economia.



Segundo Marconi e Lakatos (1999, p.54) na amostra intencional :

[...] o pesquisador não se dirige, portanto, à massa, isto é , a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que , segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem funções de líderes de opinião na comunidade. Pressupõe que estas pessoas, por palavras, atos ou atuações, têm a propriedade de influenciar a opinião dos demais.

Os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários foram tabulados e analisados. Os resultados são relatados no capítulo 5 - Análise de Resultados.

#### **4.1.3 Dados de entrevistas com jornalistas**

Para identificar se os jornalistas encontram dificuldades de entendimento da área de Economia na produção de matérias sobre esta área, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os três jornalistas responsáveis pelas matérias de economia dos jornais impressos escolhidos. Isso inclui repórteres e editores. O roteiro de entrevista está no anexo 5.

## **CAPÍTULO 5- ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **5.1 Análise terminológica**

Por meio da análise terminológica identificaram-se os termos mais freqüentes e as relações estabelecidas por eles. A análise terminológica seguiu as definições de Cabré (1993), que menciona as relações entre denominação e conceito como sendo de polissemia, sinonímia - dentre as quais as ocorrências mais comuns são as relações de sinonímia entre: a) termos equivalentes de línguas diferentes; b) entre uma sigla e sua definição; c) uma abreviação ou uma forma abreviada e sua forma completa, e relações de homonímia, mais especificamente, de homografia.

Durante a análise dos textos pôde-se perceber que os termos receberam várias denominações e estabeleceram relações de sinonímia com suas definições, sendo empregadas intercaladamente, ora o termo, ora sua definição, e até mesmo um sinônimo da definição.

Um exemplo foi o emprego do termo “Selic”. De acordo com o glossário do Banco Central, Selic é o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Já “taxa Selic” é a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic para títulos federais.

O que se pode perceber com a observação das matérias foram as várias maneiras de se referirem a “taxa Selic”. Foram observadas as ocorrências dos sinônimos “taxa de juros”, “taxa básica”, “taxa básica de juros”, “taxa básica brasileira”, simplesmente “a Selic”, subtendendo a palavra “taxa”. Em alguns momentos também foi utilizado “a Selic ( taxa do BC)”, ou a “alta da Selic”, “corte da Selic” , “previsão de Selic”, sem explicação do que seria “Selic”.

Ainda de acordo com a definição, o termo Selic significa um Sistema Especial, ligado ao Banco do Brasil, responsável por estabelecer a “taxa Selic”.

Porém, em nenhum momento, os glossários citam apenas o termo Selic como referente a taxa, mas sim “o Selic” como referente ao sistema.

A sigla Copom, Comitê de Política Monetária, por sua vez, manteve o mesmo comportamento: apareceu com sua definição em todas as matérias, apresentando assim, relação de sinonímia entre abreviação e sua forma completa.

O termo Ptax, taxa de câmbio calculada ao final de cada dia apareceu, entretanto, somente com um sinônimo de sua definição: “média oficial do dólar” e “média das cotações apuradas do dólar”, estando ora termo, ora definição entre parênteses.

A palavra “título”, no entanto, se apresentou em muitas variações. A primeira, com maior ocorrência foi a com definição : “qualquer papel ou certificado representativo de valor mobiliário (ação, letra de câmbio etc.)”, identificada nas matérias de economia. A segunda foi com a expressão “a título de”, como no caso, “a título de mudança”.

Mesmo entre as ocorrências da primeira definição mencionada, o termo “títulos” variou e compôs diversas novas unidades sintagmáticas, grande parte por sinonímia, como “títulos da dívida externa”, “títulos da dívida do Brasil”, “títulos da dívida interna”, títulos da dívida brasileira, títulos da dívida pública, títulos públicos, “títulos americanos”, “títulos do tesouro americano”, “títulos do Tesouro Norte-americano”, títulos do Governo norte-americano”, “Treasuries”. Neste caso, do título do tesouro norte-americano, em algumas matérias é feito o empréstimo do termo, e nem mesmo a tradução, sinônimo equivalente ou definição foram apresentados. O leitor deveria lidar com o termo estrangeiro sem qualquer ajuda por parte do produtor da informação.

Segue a matéria publicada em um dos jornais analisados, na íntegra, que apresenta outros termos, também sem definição:

### Dólar registra menor valor em 38 meses

Da redação

O dólar encerrou ontem a R\$ 2,356 – o menor nível desde abril de 2002 (38 meses). O recuo foi de 0,42%. Ingressos de recursos contribuíram para a quarta sessão seguida de declínio da moeda norte-americana. Na mínima do dia, o dólar cedeu 0,68%, para R\$ 2,35. A prévia da **Ptax** (média das cotações apuradas do dólar) no momento está em R\$ 2,3570.

No **mercado futuro**, os contratos de dólar com vencimento em julho fecharam a R\$ 2,358, em queda de 0,57%, após 140 mil **títulos** negociados. O dólar paralelo apontou estabilidade, sendo cotado a R\$ 2,63 para compra e R\$ 2,73 para venda. No turismo, a divisa era comprada a R\$ 2,33 e vendida a R\$ 2,47, enquanto no **traveller check** a moeda trocava de mãos entre R\$ 2,34 e R\$ 2,46. Os dois setores mantinham-se inalterados. No cenário externo, o **risco-país**, medido pelo **Embi+ do JP Morgan**, apresentava queda de 0,72%, aos 413 pontos. O **C-bond**, **papel** mais negociado do Governo brasileiro, indicava alta de 0,04%, negociado a 102,10% de seu **valor de face**.

Quadro 1: Texto da editoria de economia, do dia 30 de junho de 2005, extraído de um dos jornais utilizados na pesquisa.

O termo “traveller check”, que em português significa “cheques de viagem”, foi “emprestado” do inglês<sup>10</sup>.

Além disso, termos como o “Embi+ “ , “JP Morgan “, “C-Bond”, “risco-país”, “valor de face”, e “papel” não apresentaram definição para o leitor, além dos primeiros serem termos estrangeiros emprestados.

---

<sup>10</sup> O termo “traveller check” pôde ser encontrado nos glossários e dicionários utilizados nesta pesquisa com dois “l” de acordo com a grafia britânica e com apenas um “l” na grafia americana. A palavra “check” no inglês britânico também pode ser encontrada como “cheque”.

### **Cotação do dólar sobe para R\$ 2,64**

*Da Redação*

Pelo segundo dia consecutivo, o dólar encerrou em alta, pressionado por mais um leilão de contratos **swap cambial** e pela compra do Banco Central no mercado à vista. A moeda norte-americana subiu 0,92%, negociada a R\$ 2,643. O movimento também seguiu a tendência do cenário externo, em que o dólar avançou frente ao euro pela expectativa dos dados de emprego dos Estados Unidos na sexta-feira.

Na terça-feira, Meirelles disse que o **BC** ainda não tem prazo para interromper a venda dos contratos de **swap cambial** em que é comprador de **correção cambial**. “Ele (**BC**) basicamente disse que vai continuar liquidando os **swaps de câmbio** (existentes) e que não vai parar apenas no número de contratos que possui em aberto (com o **mercado ativo** em câmbio)”, afirmou João Medeiros, diretor de câmbio da corretora Pioneer.

O BC vendeu os 40 mil contratos de **swap cambial invertidos** oferecidos, em operação equivalente a US\$ 1,96 bilhão. O **BC** também comprou dólares no mercado à vista por R\$ 2,635. Segundo analistas, as compras do **BC** têm enxugado o excesso de dólar no mercado, o que pressiona a cotação.

Essas compras do **BC** já somam US\$ 11,4 bilhões desde dezembro (até o dia 23 de fevereiro), de acordo com dados da variação da base monetária.

“Com essas duas coisas (**swap** e leilões de compra), significa que a política vai ser agressiva na área de câmbio e não tem onde parar. Esse é o recado que o mercado entendeu”, disse Medeiros.

### **Figura 2: Texto de economia do dia 03 de março de 2005.**

Os termos formados a partir do nome “câmbio” também apresentaram uma vasta quantidade de sinônimos ou composições sem definição ou explicação e variadas formas de homografia. Dentre as ocorrências registradas de composição foram observadas: “swaps de câmbio”, “área de câmbio”, “mercado de câmbio”, “mesa de câmbio”, “casa de câmbio”. A derivação do termo câmbio, “cambial” também apresentou várias ocorrências, como: “receita cambial”, “swap cambial”, “taxa cambial”, “correção cambial”, “fluxo cambial”, “conversão cambial”, “questão cambial”, “desvalorização cambial”, “defasagem cambial”, entre outros.

Podem-se observar os sinônimos de alguns termos, como no caso de “defasagem cambial e desvalorização cambial”.

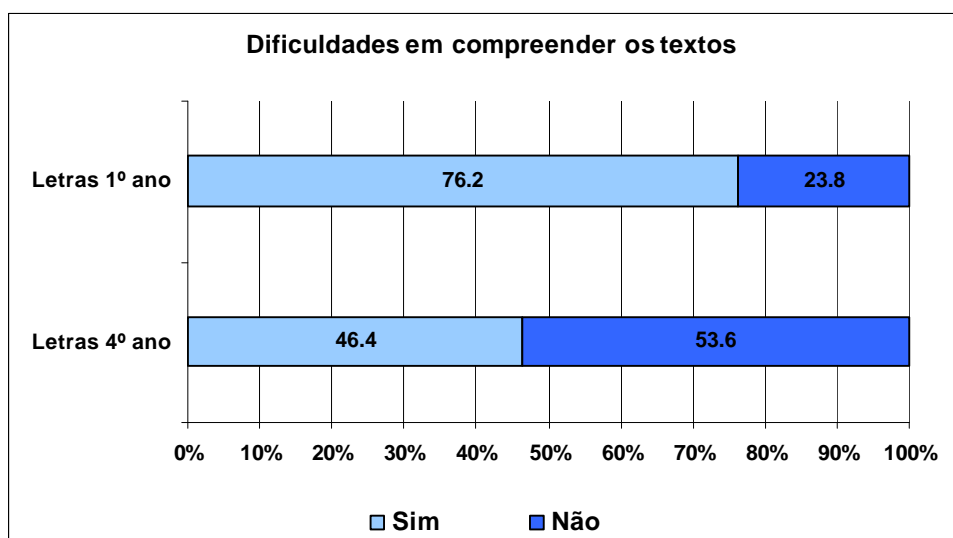
Segundo Cabré (1993, p.218-219) a Terminologia considera cada campo de especialidade como um domínio fechado e só em seu interior os termos têm um valor específico. Deste modo, devido à terminologia apresentar um domínio mais restrito que a língua geral, a quantidade de homônimos sempre será maior nas terminologias que no léxico geral, como é o caso de “câmbio”. O termo “câmbio” usado nos textos tem o significado de operação financeira que consiste em trocar, vender ou comprar valores em moedas de outros países, mas o termo também é usado para designar uma das partes dos veículos.

A palavra pensão se apresentou como fundos de pensão e pensão de INSS.

## 5.2 Análise dos questionários

### 5.2.1 Curso de Letras

Os alunos do 1º e do 4º ano de Letras, considerados como leitores leigos, foram indagados se houve alguma dificuldade para entendimento dos textos e a maioria respondeu que sim.

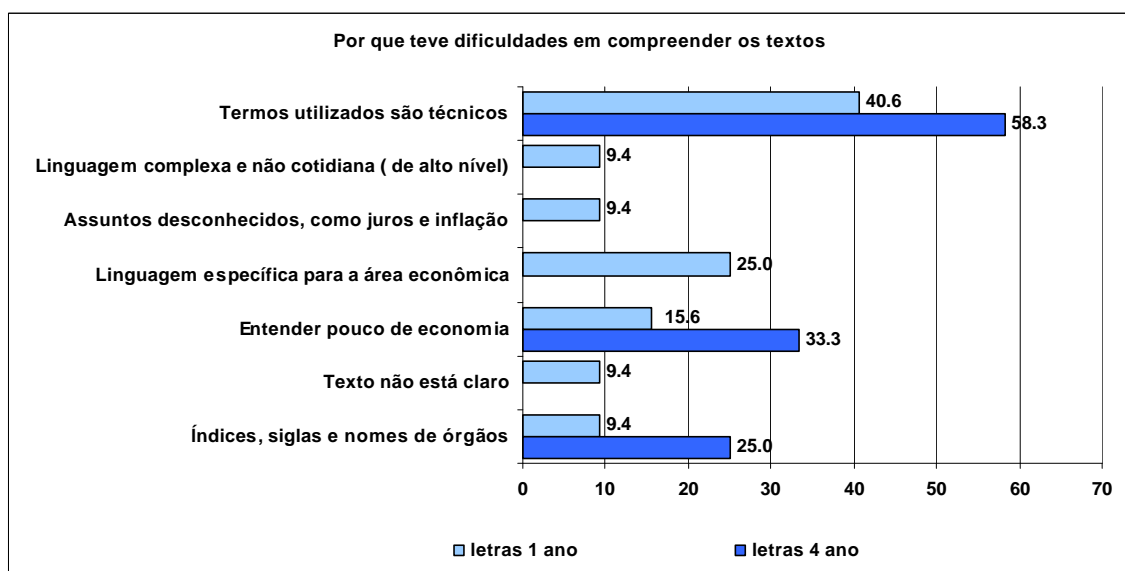


**Gráfico 1: Dificuldades em compreender os textos - Letras**

Dos alunos do 1º ano do curso de Letras, 76,2% responderam afirmativamente a questão, enquanto que, no 4º ano, 53,6% responderam que não tiveram dificuldades, seguidos por 46,4% de respostas afirmativas.

Os alunos que responderam sim a essa primeira pergunta eram remetidos a uma segunda pergunta questão, aberta, sobre o porquê da dificuldade para entender os textos. Um total de 32 responderam a questão aberta do questionário no 1º ano e 12, no 4º ano. No 1º ano, grande parte dos respondentes completaram a segunda questão afirmando que os termos utilizados são técnicos( 13 respostas) e que a Linguagem era específica para a área econômica( oito respostas). Cinco pessoas responderam que entendem pouco de economia e três responderam que Índices, siglas e nomes de órgãos dificultam a compreensão dos

textos, assim como três responderam também que o texto não está claro, que trata de assuntos desconhecidos como juros e inflação e que a linguagem é complexa, de alto nível e não cotidiana.

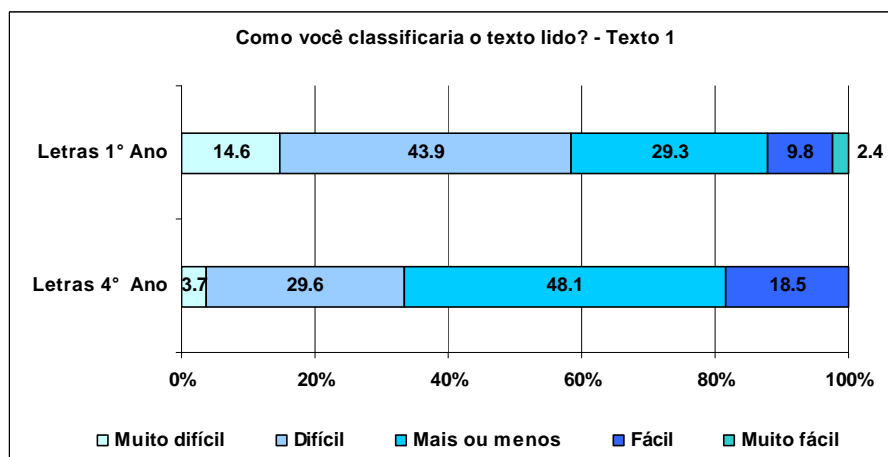


**Gráfico 2: Por que teve dificuldade de entender os textos- Letras**

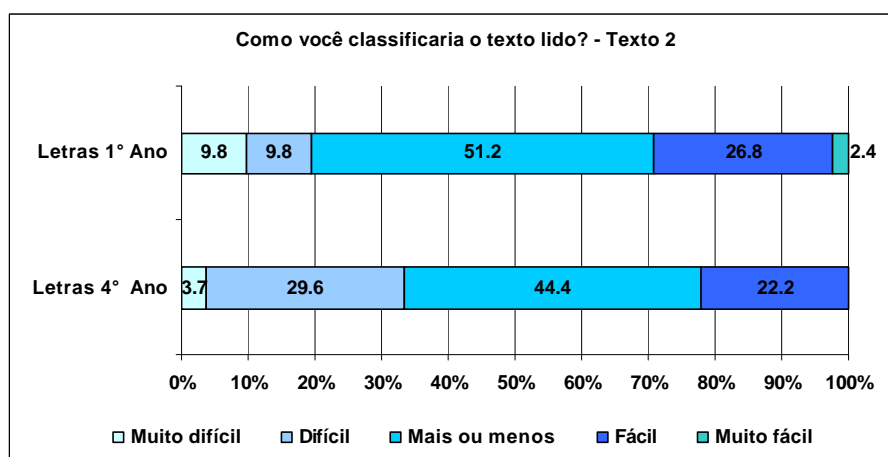
Já no 4º ano de Letras, dos 12 que responderam a questão aberta, sete explicaram sua dificuldade devido aos termos utilizados serem técnicos, quatro afirmam entender pouco de economia e três que os índices , siglas e nomes de órgãos dificultaram a compreensão dos textos.

Ao serem questionados sobre como classificariam os textos lidos, os respondentes tiveram as opções: muito difícil, difícil, mais ou menos, fácil e muito fácil. Para facilitar a análise, as variáveis fácil/muito fácil e difícil/muito difícil foram agrupadas.

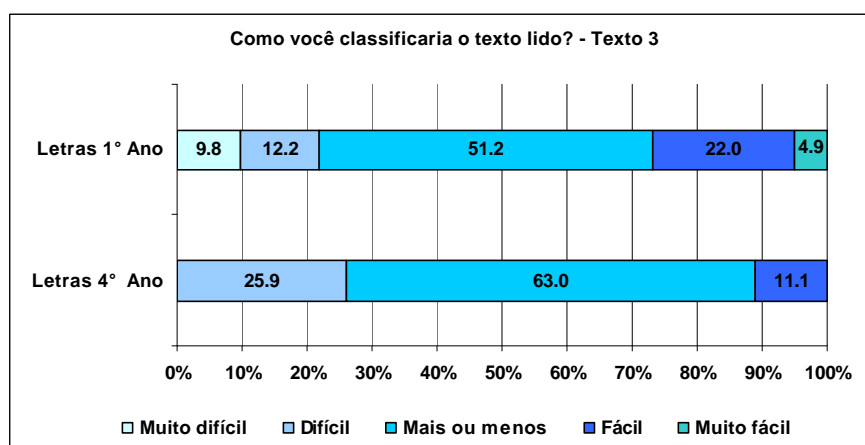




**Gráfico 3: Como você classificaria os textos lidos - Texto 1 – Letras**



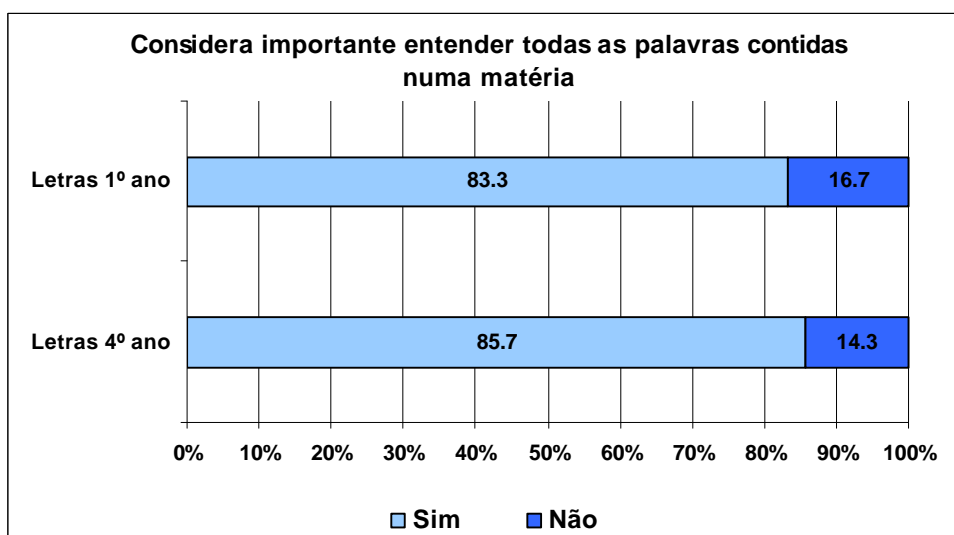
**Gráfico 4: Como você classificaria os textos lidos - Texto 2 – Letras**



**Gráfico 5: Como você classificaria os textos lidos - Texto 3 – Letras**

Dos três textos apresentados no questionário, a maioria dos respondentes do 1º ano do curso de Letras consideraram o primeiro texto como sendo difícil/muito difícil ( 58%). O segundo texto foi considerado pela maioria como mais ou menos difícil (51,2) assim também como o terceiro texto (51,2%). Já para os alunos do 4º ano, os três textos foram considerados pela maioria como sendo mais ou menos difícil, com o texto 1 tendo 48,1%, o texto 2 com 44,4% e o texto 3 teve 63% das menções.

Quando foram questionados se consideravam importante entender todas as palavras contidas numa matéria, pode-se observar que a maioria dos respondentes acha importante.

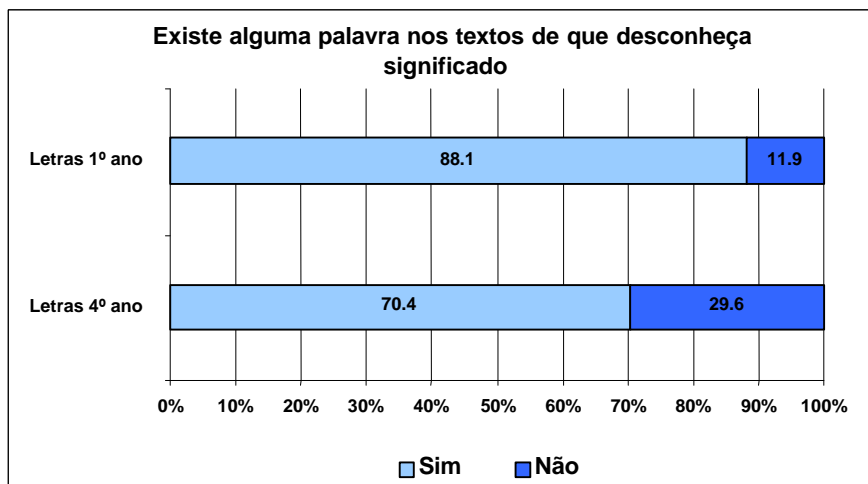


**Gráfico 6: Considera importante entender todas as palavras contidas numa matéria- Letras**

Para se ter uma idéia, dos alunos do curso de Letras do 1º ano, 83,3% declararam ser importante, em concordância com os alunos do 4º ano, em que 85,7% responderam afirmativamente a questão.

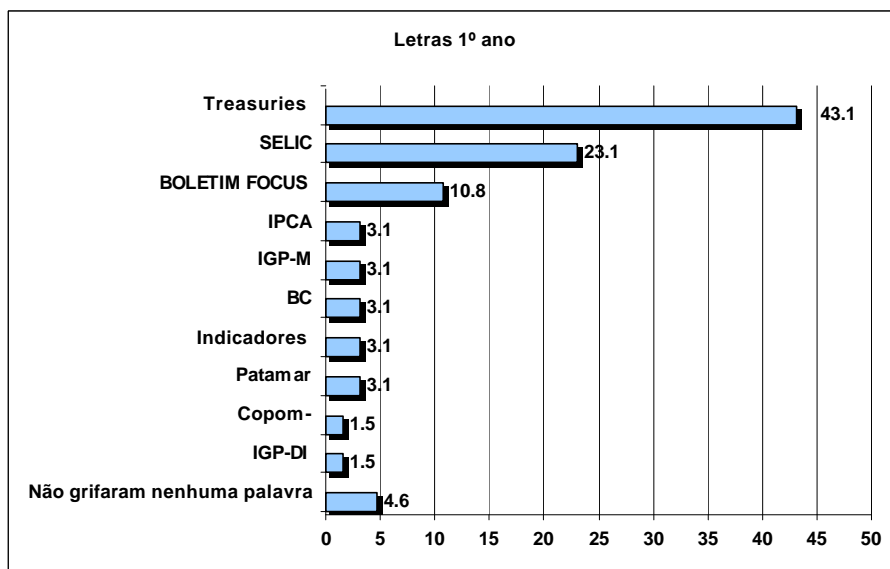
Indagados se existia alguma palavra nos textos de que não conheciam o significado, deve-se levar em consideração que algumas siglas foram mencionadas nos textos 2 e 3, como IPCA, IGP-DI mas que foram definidas entre

parênteses, e apenas no texto 1 a palavra “Treasuries” não foi definida durante a matéria.

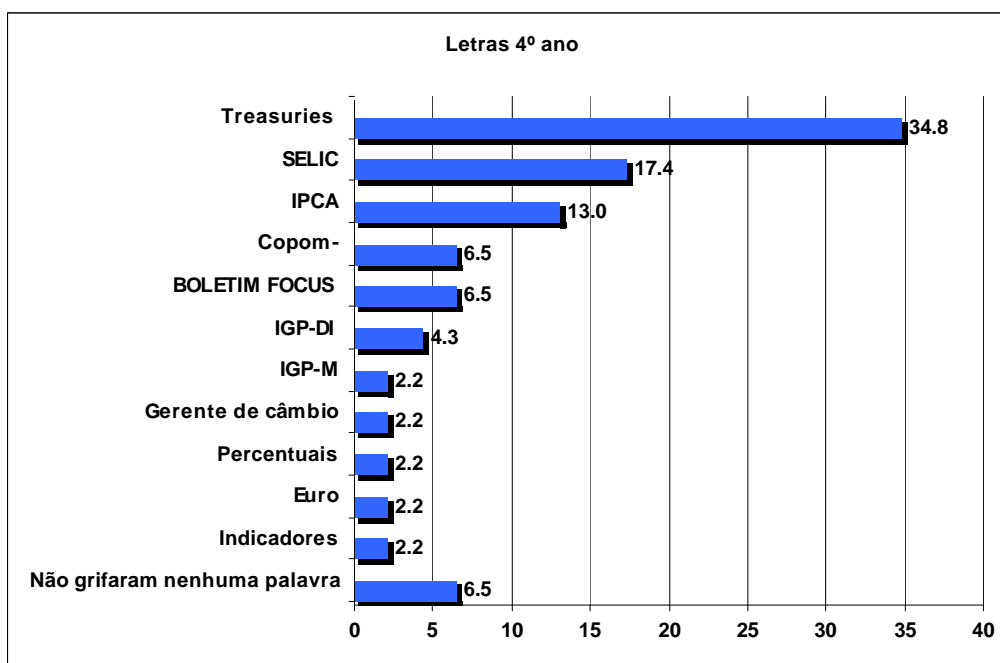


**Gráfico 7: Existe alguma palavra nos textos de que você desconheça o significado- Letras**

Dos alunos do 1º ano que responderam a essa questão, 88% disseram haver palavras cujo significado desconheciam em algum dos textos, assim como 70,3% dos alunos do 4º ano .



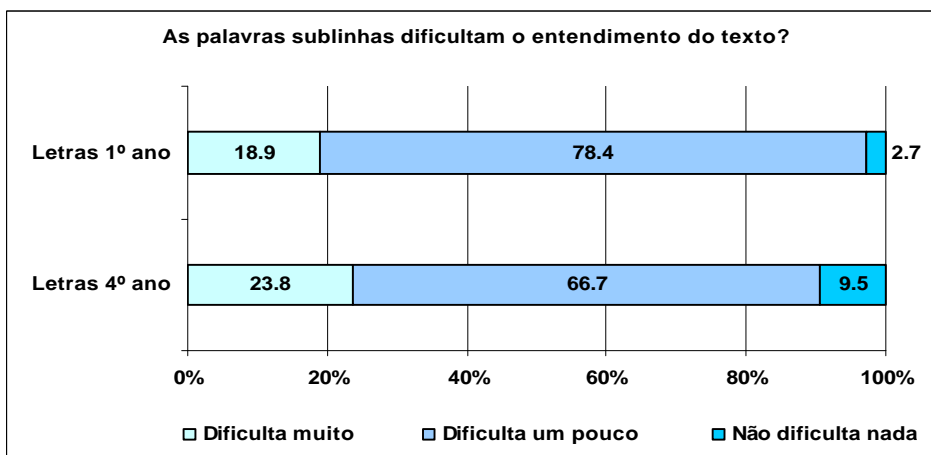
**Gráfico 8: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente – 1º ano - Letras**



**Gráfico 9: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente – 4º ano - Letras**

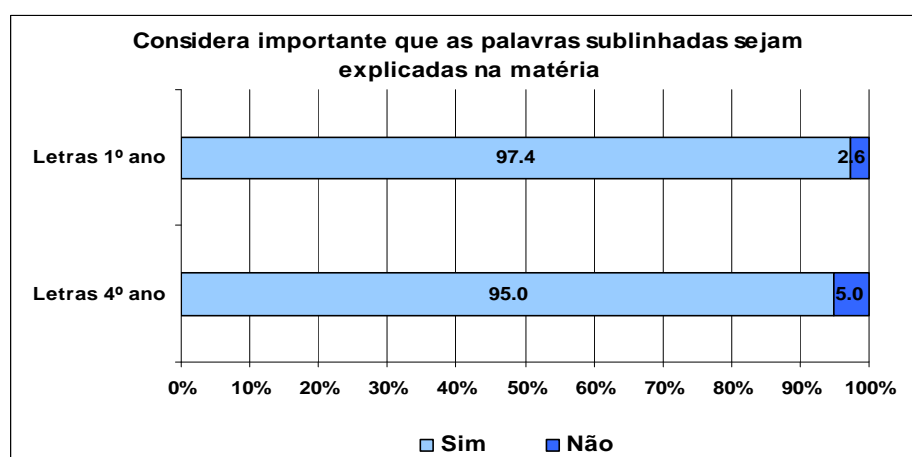
As palavras desconhecidas presentes nos textos e mais assinaladas pelos alunos do 1º e do último ano de Letras foram similares. O termo “treasuries” foi o mais assinalado nas duas turmas respondentes. O termo “Selic”, apesar de vir acompanhado pela palavra “taxa”, também foi assinalado pelos dois grupos de respondentes. Na seqüência, as turmas apresentam em posições diferentes, mas ainda em quantidade considerável a classificação dos termos “IPCA”, “Copom” e “boletim focus”, isso sem contar as siglas IGP-DI e IGP-M que aparecem nas duas turmas.

A partir das palavras sublinhadas no texto pelos alunos, foi questionado se eles consideravam que aquelas palavras “dificultavam muito”, “um pouco” ou “nada” o entendimento do texto. A maioria dos alunos do 1º ano de Letras, 78,4%, acredita que essas palavras “dificultam um pouco”, índice similar ao dos alunos do 4º ano, 66,7%.



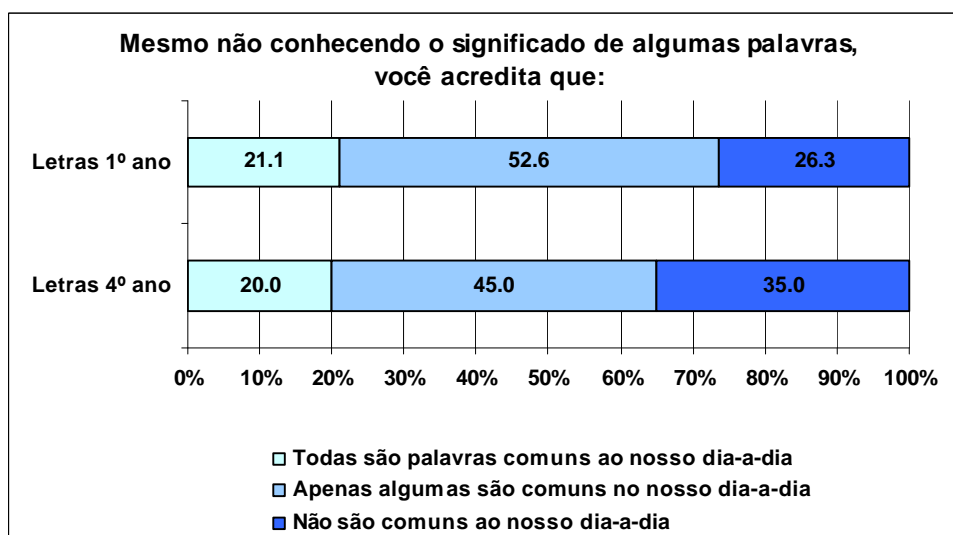
**Gráfico 10: As palavras sublinhadas dificultam o entendimento do texto- Letras**

Em se tratando de entendimento, 97,4% dos alunos do 1º ano acreditam ser importante que as palavras sublinhadas sejam explicadas durante o texto. Os alunos do 4º ano também concordam e 95% deles responderam afirmativamente.



**Gráfico 11: Considera importante que as palavras sublinhadas sejam explicadas na matéria- Letras**

Apesar de não conhecerem o significado de algumas palavras do texto, dos respondentes do 1º ano, 21% acreditam que todas as palavras apresentadas no texto são comuns ao nosso dia-a-dia, índice semelhante ao dos alunos do quarto ano, 20%. Já 52,6% dos alunos do 1º ano consideram que apenas algumas das palavras mencionadas no texto são comuns ao nosso dia-a-dia, enquanto que 45% dos alunos do 4º ano pensam dessa forma. A maior diferença, no entanto, acontece na última alternativa, dos que não consideram essas palavras comuns ao dia-a-dia, um percentual de 26% no primeiro ano e 35% no último ano de Letras. Esse número mais elevado no último ano de Letras pode sugerir que, tendo uma maior intimidade com as palavras e a língua, os alunos identificam que esses termos não são de uso cotidiano.

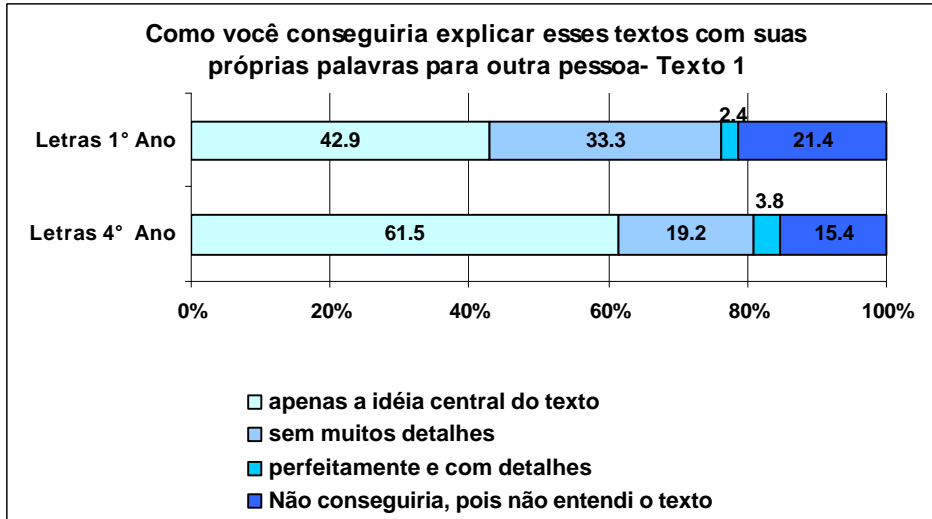


**Gráfico 12: - Mesmo não conhecendo o significado de algumas palavras, você acredita que: - Letras**

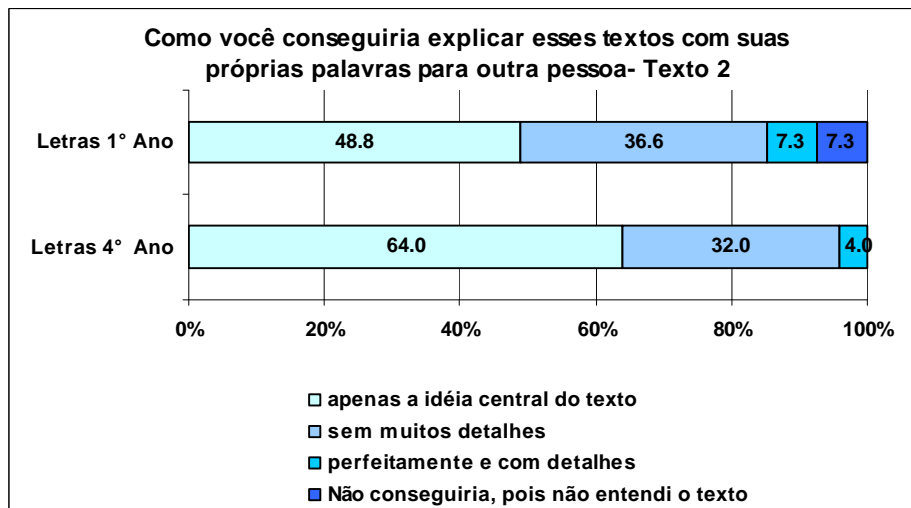
Caso os alunos tivessem que repassar as informações do texto para uma outra pessoa, mais de 75% da turma do 1º ano acredita que conseguiria repassar “apenas a idéia central” e “sem muitos detalhes”.

A turma do 4º ano de Letras compartilha da mesma opinião. No entanto, os índices da opção “apenas a idéia central do texto” foi bem mais

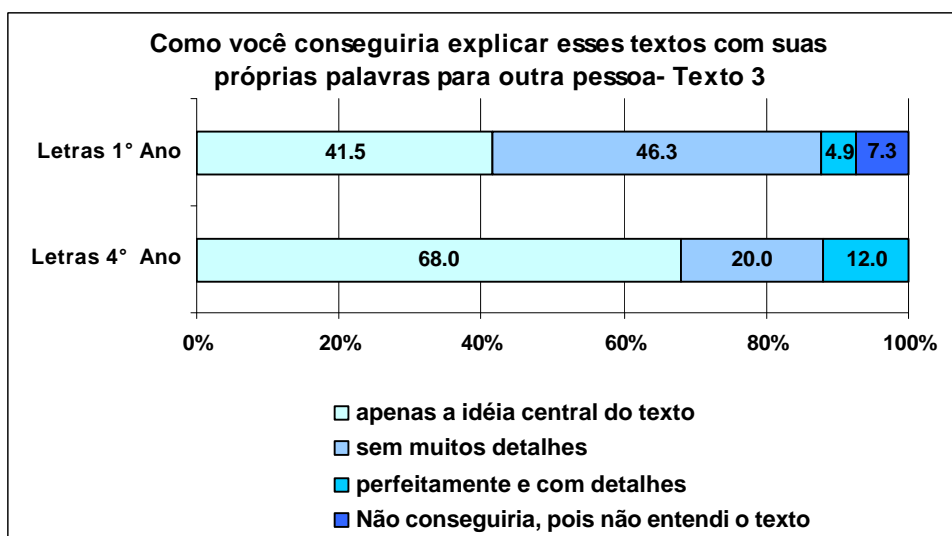
acentuado, acima dos 60% para cada texto. Se somarmos as respostas assinaladas para as duas alternativas, “apenas a idéia central” e “sem muitos detalhes”, temos também nessa turma, um índice de mais 80% somente nessas duas alternativas.



**Gráfico 13: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa – Texto 1 - Letras**

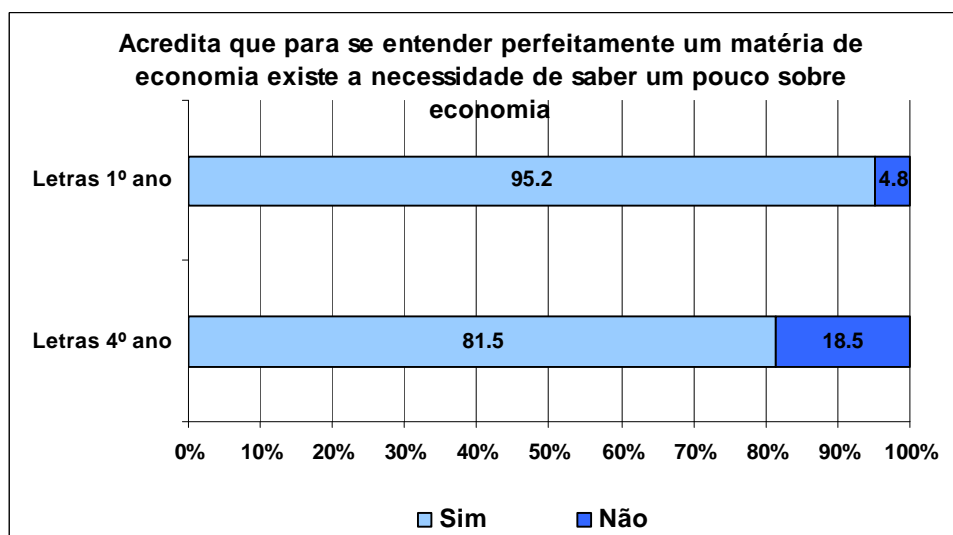


**Gráfico 14: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Letras**



**Gráfico 15: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Letras**

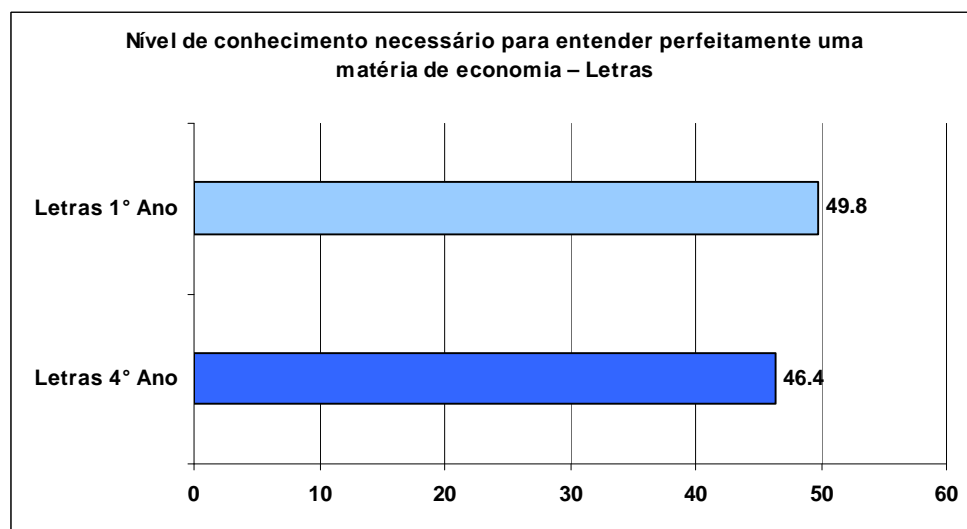
Quando indagados se acreditam na necessidade de saber um pouco sobre economia para se entender perfeitamente uma matéria de economia, 95,2% dos alunos do 1º ano acredita que existe essa necessidade. Esse índice é um pouco menor para os alunos do 4º ano, em que 81,5% consideram necessário saber um pouco da área econômica para compreender perfeitamente uma matéria de economia num jornal.



**Gráfico 16: Acredita que para se entender perfeitamente uma matéria de economia existe a necessidade de saber um pouco sobre economia – Letras**



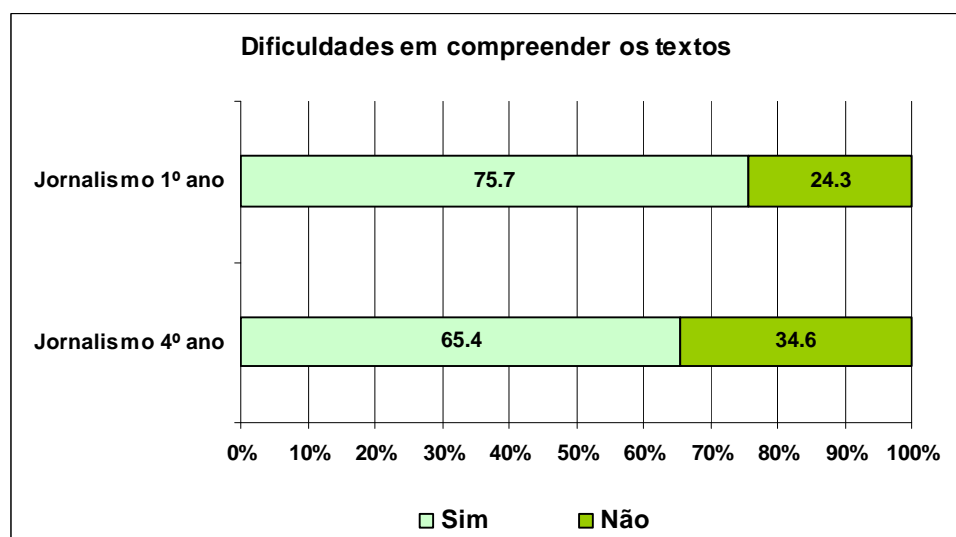
Aos respondentes do curso de Letras foi perguntado qual o nível de conhecimento sobre economia necessário para entender perfeitamente uma matéria sobre economia. Deste modo, para os alunos do 1º ano, um conhecimento médio de 49,8% é necessário; já para o 4º ano, essa média é de 46,4%.



**Gráfico 17: Nível de conhecimento necessário para entender perfeitamente uma matéria de economia – Letras**

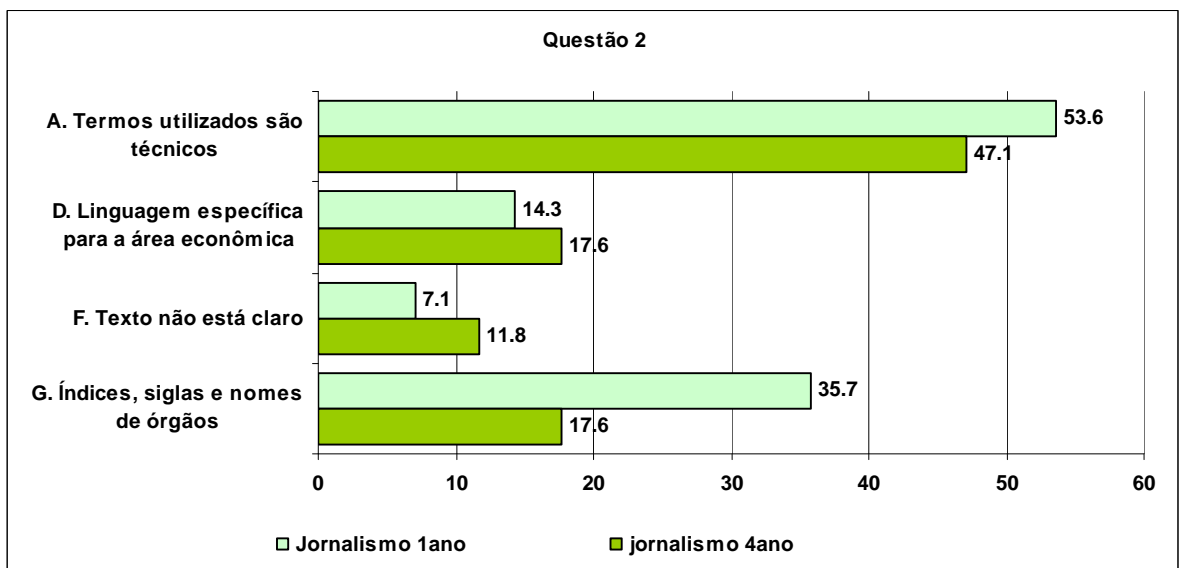
## 5.2.2 Curso de Jornalismo

No curso de Jornalismo, 75,7% dos alunos do 1º ano assinalaram que tiveram dificuldades para entender os textos, assim como 65,4% dos alunos do 4º ano .



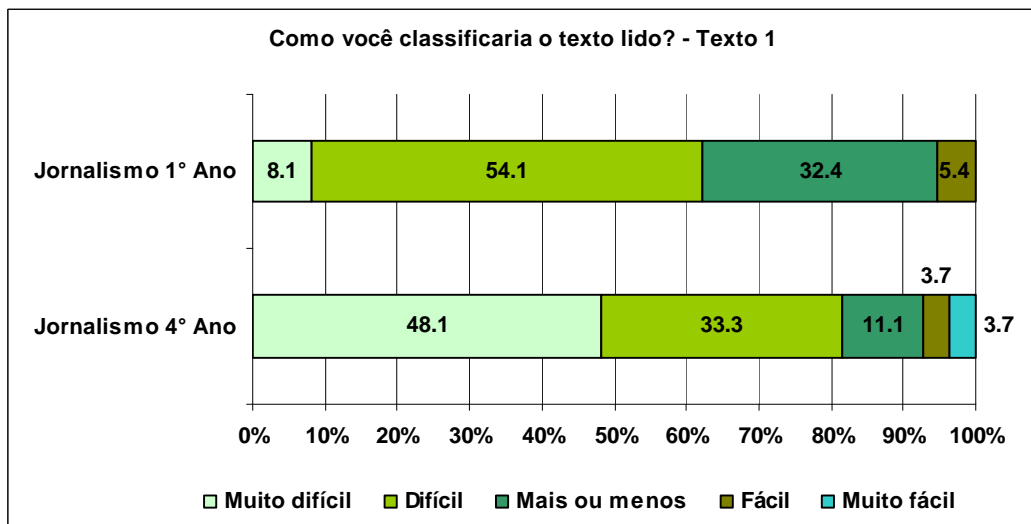
**Gráfico 18: Dificuldades em compreender os textos - Jornalismo**

Quanto à questão aberta, dos 37 respondentes do 1º ano de Jornalismo, 28 a completaram. Destes, 15 relacionaram a dificuldade em compreender os textos aos termos utilizados por serem técnicos, 10 relacionaram aos índices, siglas e nomes de instituições financeiras, 4 responderam que a linguagem era específica para a área econômica, 3 por entender pouco de economia e 2 que o texto não estava claro.

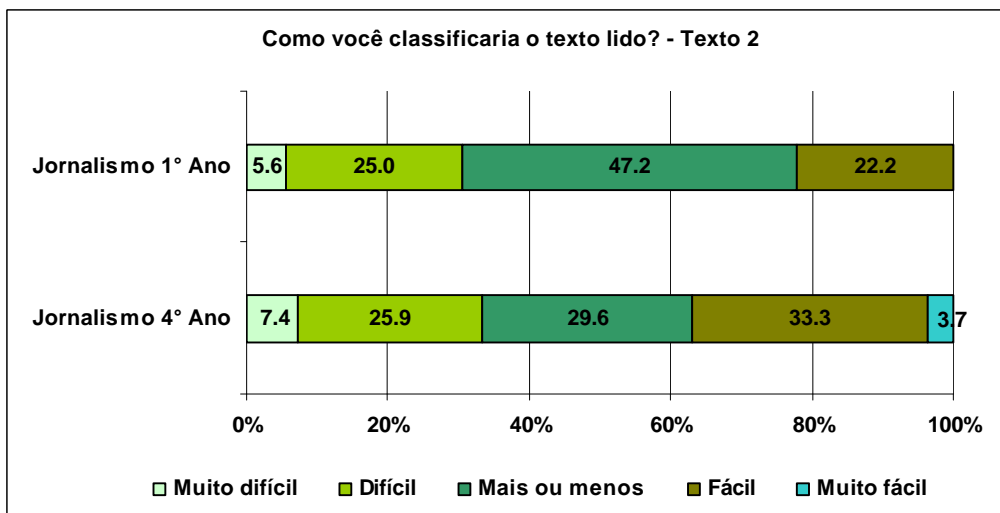


**Gráfico 19: Por que teve dificuldade de entender os textos- Jornalismo**

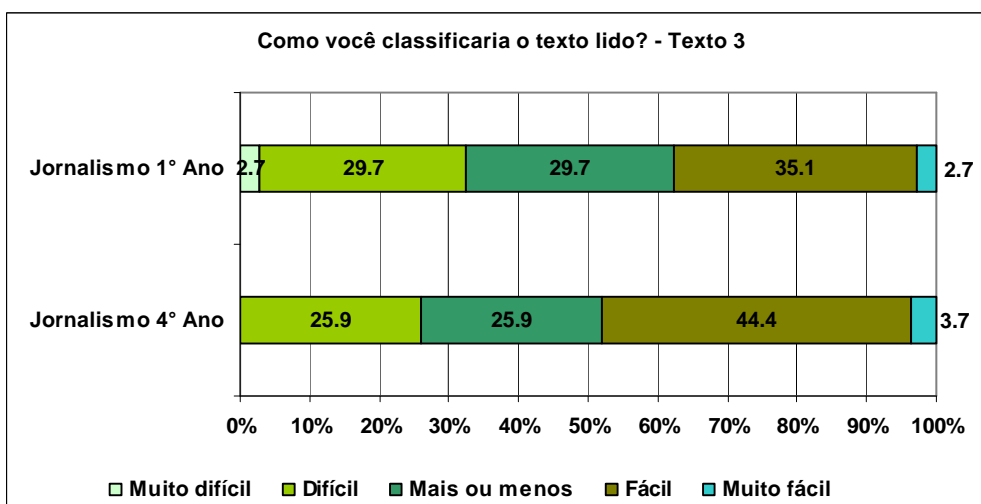
No 4º ano de jornalismo, com 27 respondentes, 17 responderam a questão aberta. Oito associaram a dificuldade na compreensão dos textos aos termos técnicos utilizados nas matérias, três à linguagem específica para a área econômica, três associando aos índices, siglas e nomes de órgãos e dois que afirmaram que o texto não estava claro.



**Gráfico 20: Como você classificaria os textos lidos – Texto 1 - Jornalismo**



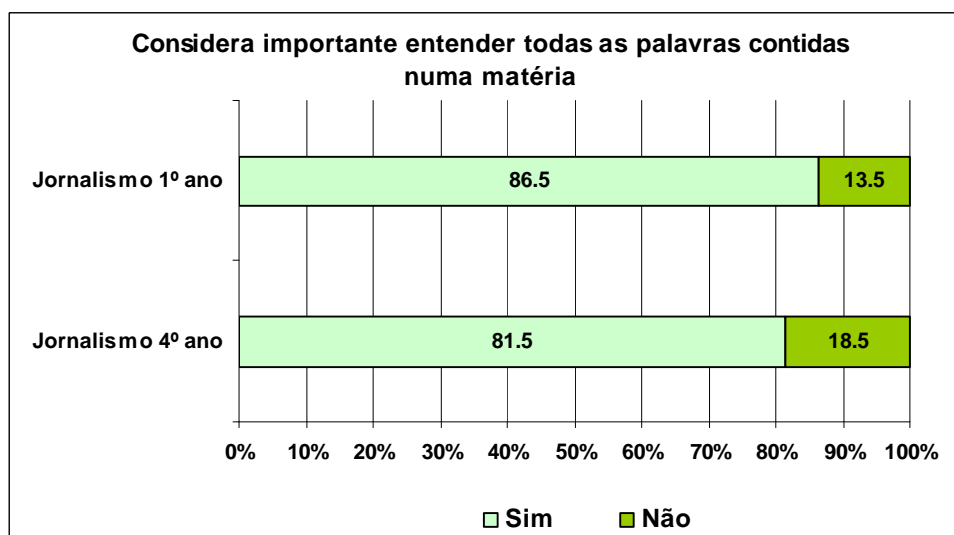
**Gráfico 21: Como você classificaria os textos lidos – Texto 2 - Jornalismo**



**Gráfico 22: Como você classificaria os textos lidos – Texto 3 - Jornalismo**

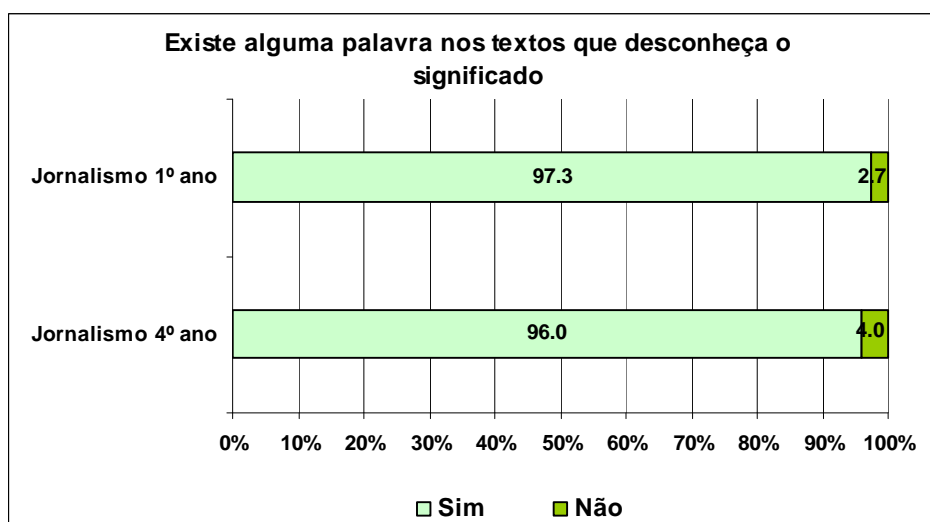
Os alunos do 1º ano consideraram o texto 1 como sendo difícil/muito difícil (62,2%), o texto 2 como mais ou menos difícil (47,2%). Já o texto 3 teve um parecer bem equilibrado, sendo considerado fácil/muito fácil por 38% dos alunos e difícil/muito difícil por 32% deles. Os alunos do 4º ano compartilharam da mesma opinião de seus colegas do 1º ano, sendo o texto 1 considerado difícil/muito difícil por 81,4% dos alunos. O texto 2 foi visto como fácil/muito fácil por 37% dos alunos, mas com um índice muito próximo dos que o consideraram difícil/muito

difícil, 33,3% dos respondentes. Na opinião dos alunos do 4º ano de Jornalismo, o texto 3 foi considerado fácil/muito fácil por 48% dos respondentes.



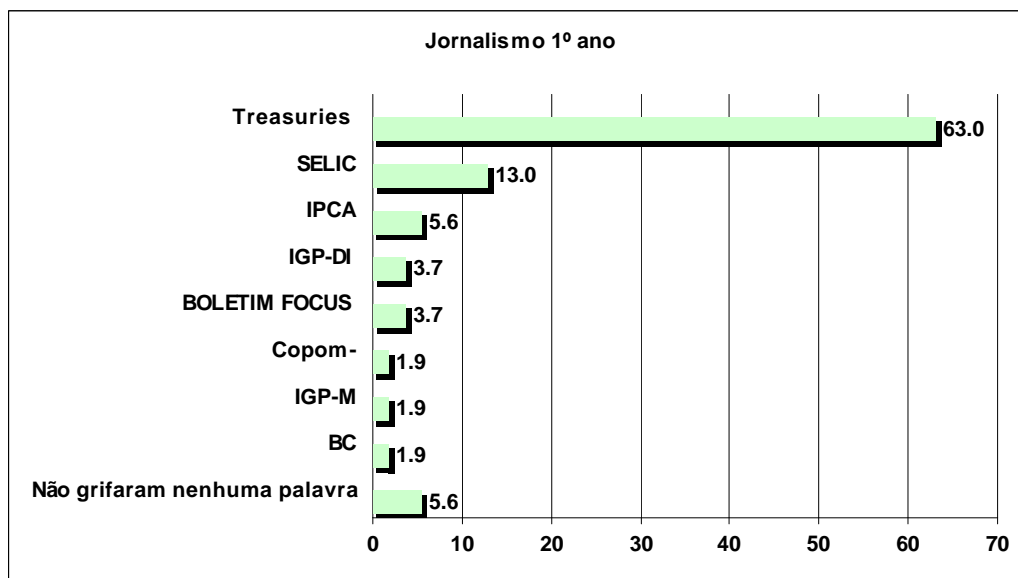
**Gráfico 23: Considera importante entender todas as palavras contidas numa matéria - Jornalismo**

Sobre a importância de entender todas as palavras contidas numa matéria, 86,5% dos alunos do 1º ano e 81,5% dos alunos do 4º ano consideram importante.

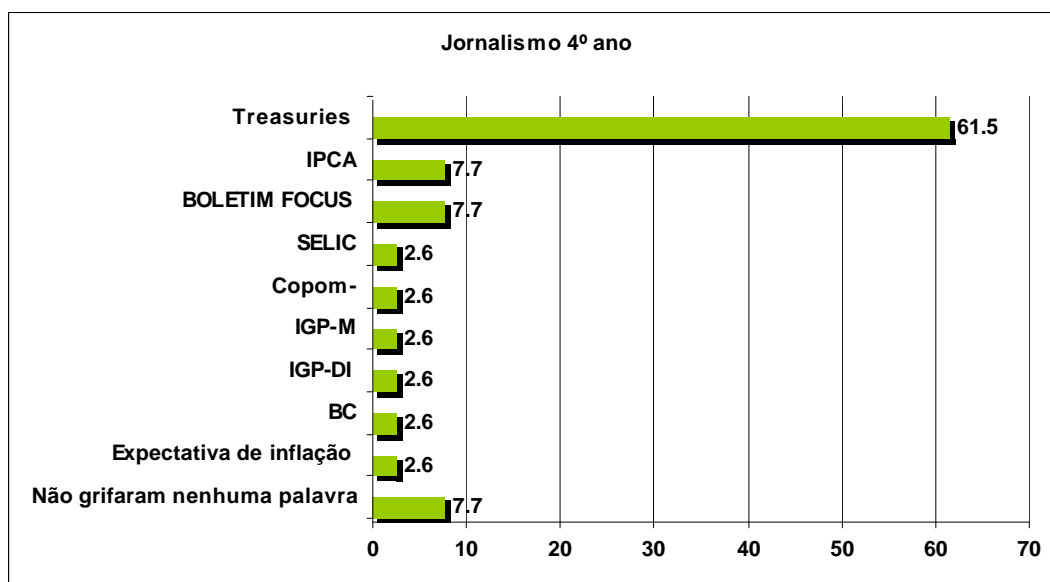


**Gráfico 24: Existe alguma palavra nos textos que você desconheça o significado- Jornalismo**

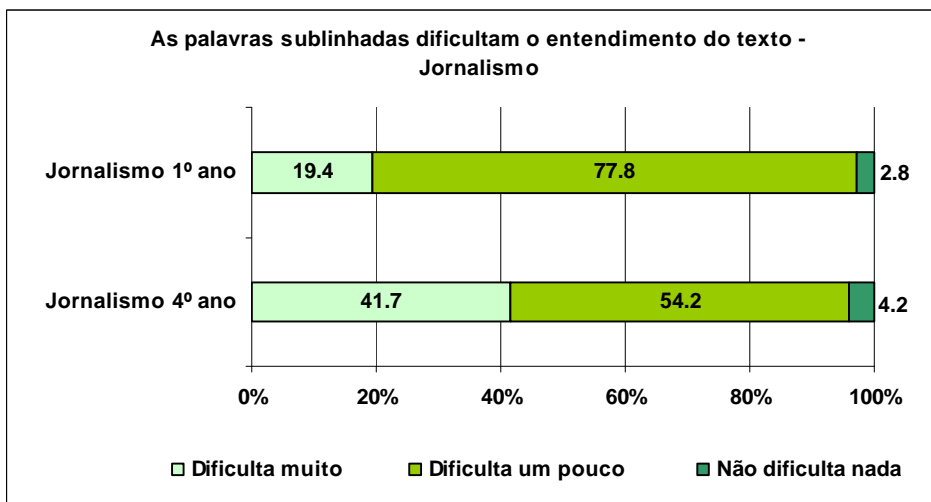
Para 97,3% dos alunos do 1º ano haviam palavras desconhecidas no texto e 96% dos alunos do 4º ano concordaram com esse parecer.



**Gráfico 25: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente- 1º Jornalismo**

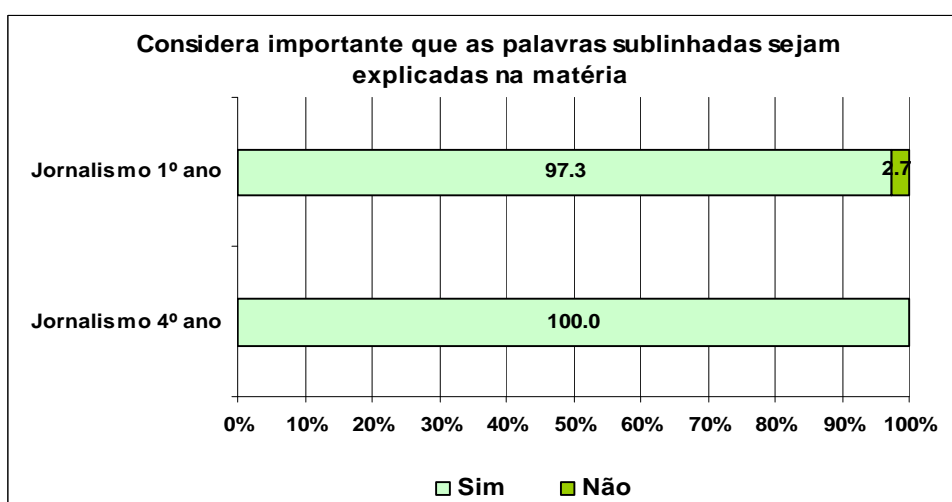


**Gráfico 26: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente- 4º ano Jornalismo**



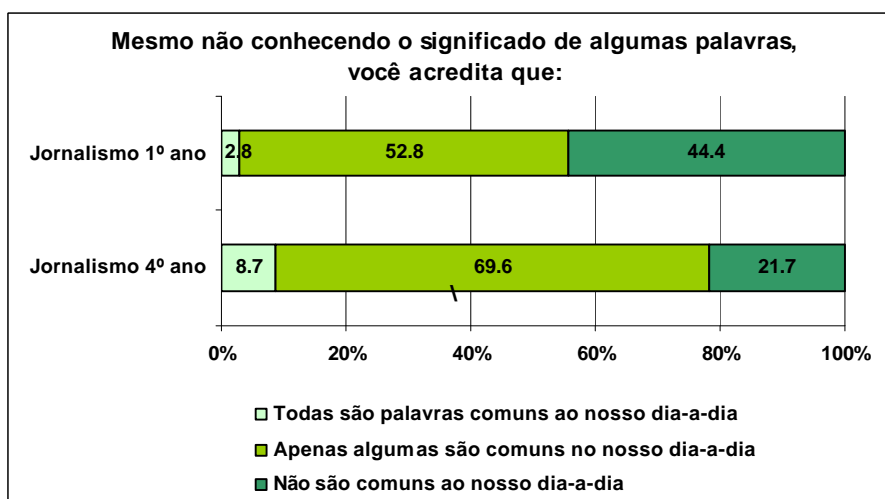
**Gráfico 27: As palavras sublinhadas dificultam o entendimento do texto - Jornalismo**

Quando questionados se as palavras sublinhadas dificultam o entendimento do texto, 78,4% dos alunos do 1º ano de Letras responderam que “dificulta um pouco” e 18,9% acreditam que “dificulta muito”. Para os alunos do 4º ano, um número menor, 66,7% responderam “dificulta um pouco” e quase 10% dos entrevistados responderam que “não dificulta nada”.



**Gráfico 28: Considera importante que as palavras sublinhadas sejam explicadas na matéria- Jornalismo**

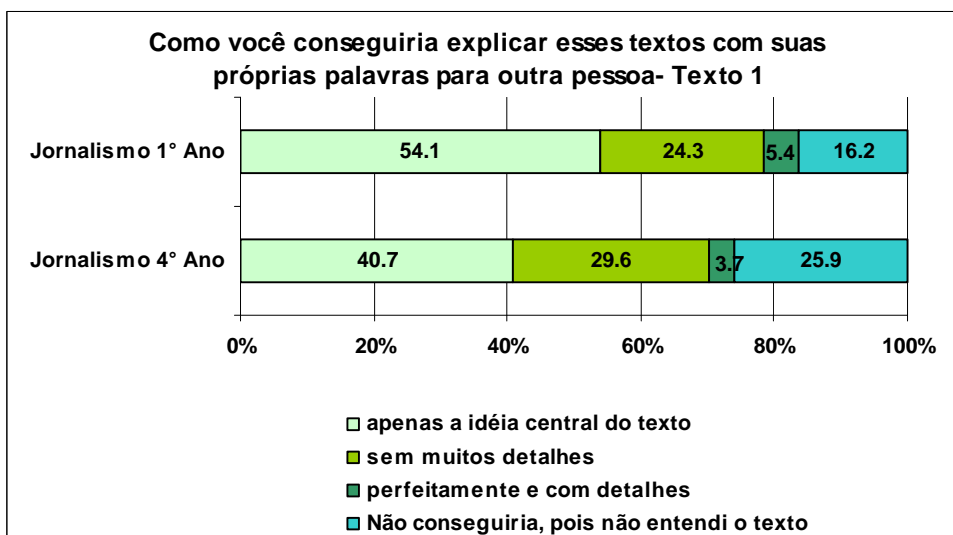
A explicação das palavras desconhecidas faz-se fundamental para os alunos do curso de Jornalismo, principalmente por lidarem com a clareza do texto como uma necessidade. Dos respondentes do 1º ano 97,3% acreditam nessa necessidade e, um índice ainda maior, 100% dos alunos do 4º ano, compartilham da mesma opinião.



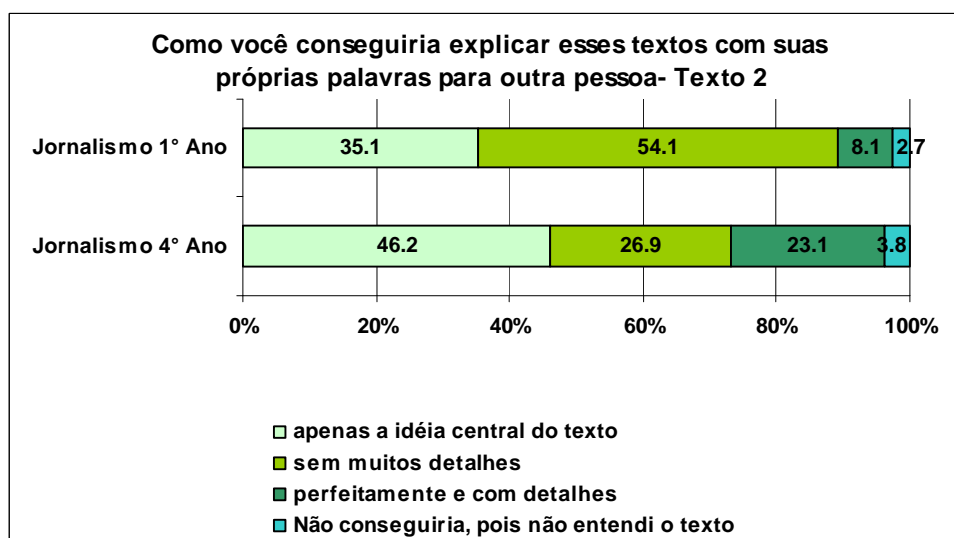
**Gráfico 29: Mesmo não conhecendo o significado de algumas palavras, você acredita que: - Jornalismo**

No curso de Jornalismo, enquanto 2,8% dos alunos do 1º ano definiram que todas as palavras sublinhadas por eles no texto eram comuns ao dia-a-dia, no 4º ano esse número subiu para 8,7%. O mesmo acontece com aqueles que acreditam que apenas algumas dessas palavras são comuns ao dia-a-dia, que no 1º ano foi 52,8% e no 4º ano 69,6%. Novamente um número que pode sugerir que, depois de alguns anos de estudo da linguagem jornalística e do trabalhar com as palavras, os alunos tenham podido discernir que das palavras do texto, apenas algumas fazem parte da linguagem cotidiana. Quanto ao que consideraram os termos sublinhados como não sendo comuns a linguagem cotidiana, 44,4% de alunos do 1º ano contra 21,7% dos alunos do 4º ano, números esses que podem sugerir um desconhecimento dos termos por parte dos alunos do 1º ano e uma possível escolha desta alternativa.

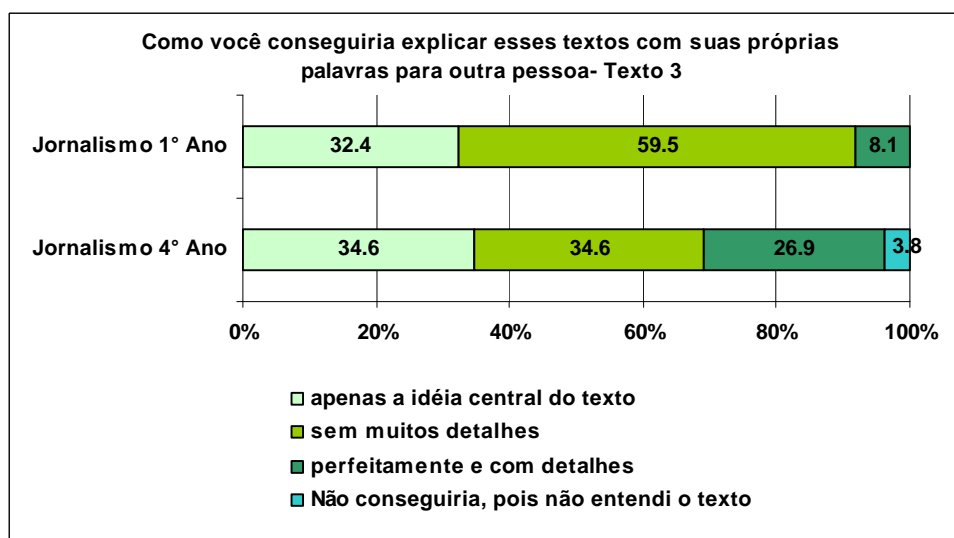




**Gráfico 30: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Texto 1 - Jornalismo**

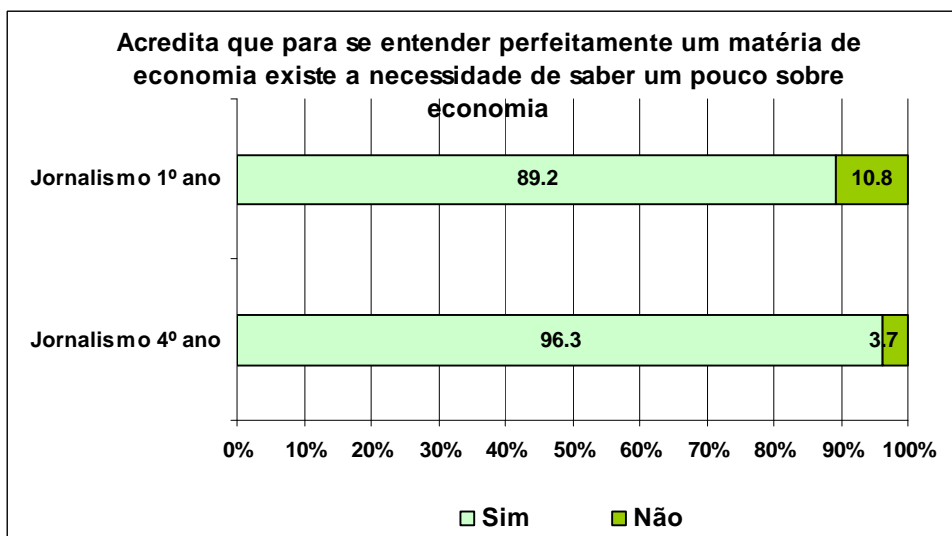


**Gráfico 31: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Texto 2 - Jornalismo**



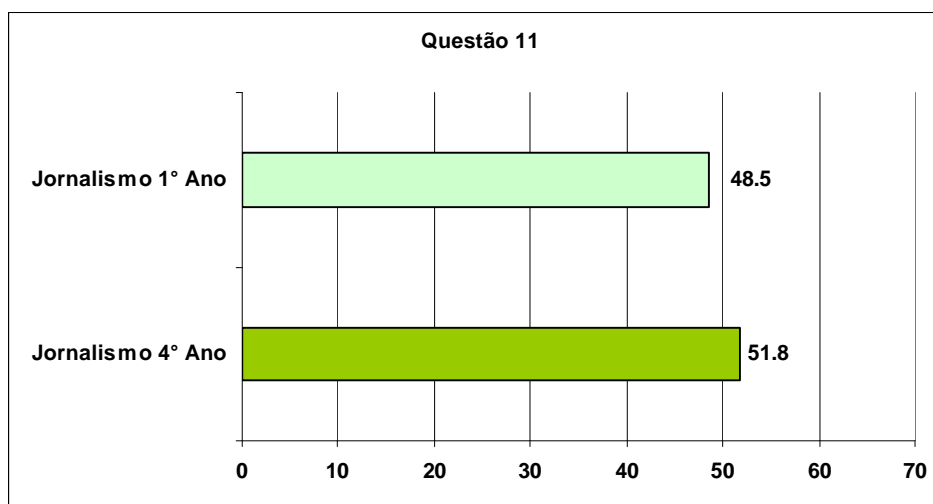
**Gráfico 32: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Jornalismo**

No 1º ano do curso de Jornalismo manteve-se o posicionamento similar ao do curso de Letras. Em média, o índice para as alternativas de como você conseguiria contar o texto para outra pessoa, “apenas a idéia central” e “sem muitos detalhes”, foi de 80%. Já na turma de 4º ano do mesmo curso, a média computada das duas alternativas fica em torno de 70%, com um único diferencial: a alternativa “perfeitamente e com detalhes” teve um índice acima de 20% para o segundo e o terceiro textos. No curso de Jornalismo, o texto 1 foi considerado o mais difícil e o que apresentou índices mais negativos nas respostas. Para 1º ano, 16% dos respondentes marcaram que não conseguiriam contar o texto a outra pessoa por não terem entendido, enquanto que para os alunos do 4º ano do curso, esse número subiu para 25,9%.



**Gráfico 33: Acredita que para se entender perfeitamente uma matéria de economia existe a necessidade de saber um pouco sobre economia – Jornalismo**

Quanto a ser necessário o conhecimento de um pouco sobre economia para se entender perfeitamente uma matéria de economia, 89,2% dos alunos do 1º ano e 96,3% do 4º ano respectivamente, acreditam ser necessário.

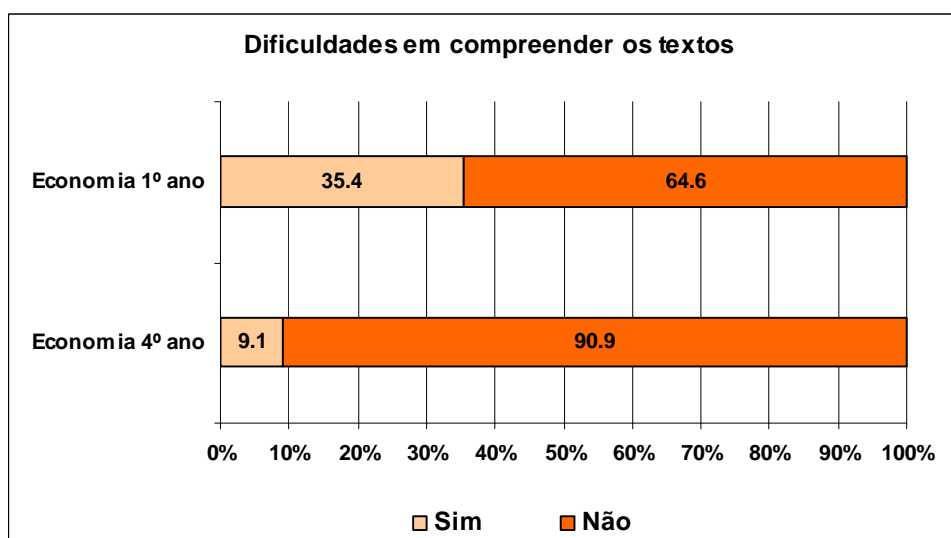


**Gráfico 34: O nível de conhecimento necessário para entender perfeitamente uma matéria de economia – Jornalismo**

Para os alunos do 1º ano de Jornalismo o conhecimento necessário de economia para a compreensão das matérias da área é de 48,5% , enquanto que para os alunos do 4º ano esse índice é mais alto, 51,8%.

### 5.2.3 Curso de Economia

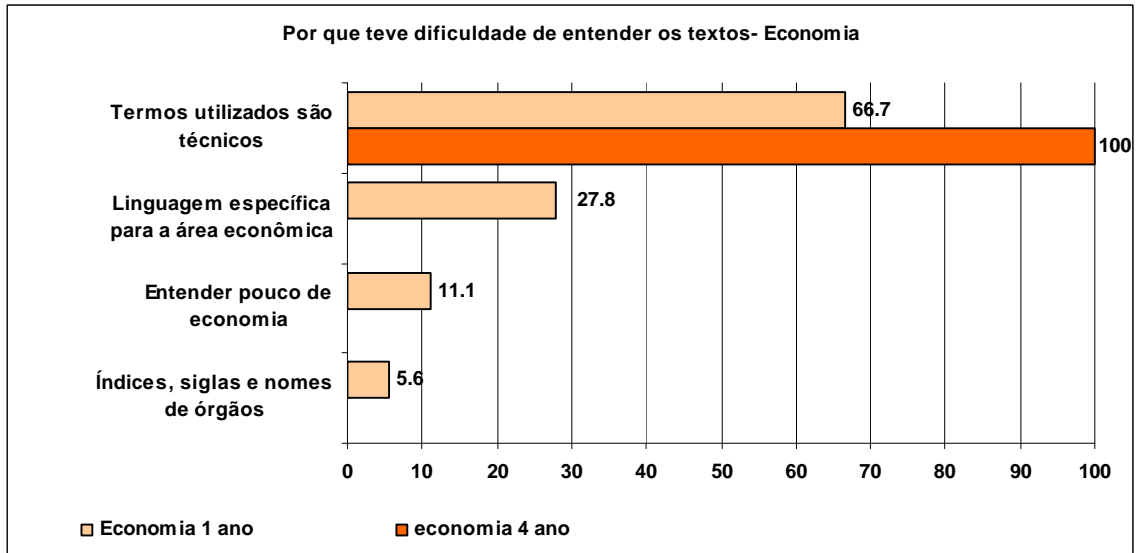
A primeira questão aplicada ao curso de Economia apresentou resultados diferentes dos observados nos cursos de Jornalismo e Letras. Dos alunos do 1º ano de Economia, 64% responderam que não tiveram dificuldades em entender os textos. A mesma opinião, mas com um índice bem mais acentuado foi observada entre os alunos do 4º ano do mesmo curso, em que 90,9% afirmaram não ter dificuldades para entender os textos apresentados no questionário.



**Gráfico 35: Teve dificuldades em compreender os textos - Economia**

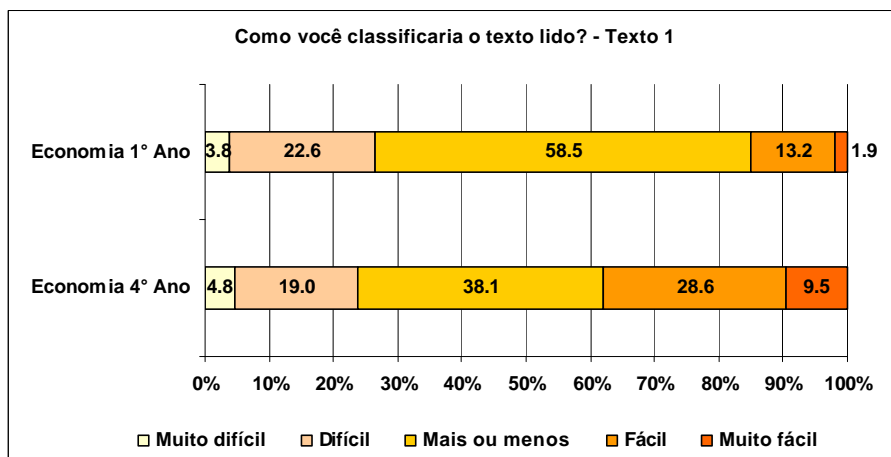
Quanto ao 1º ano do curso, 48 responderam aos questionários e destes 22 responderam a questão aberta explicando porque tiveram dificuldades em entender os textos. Doze deles alegaram que os termos utilizados nos textos eram técnicos, cinco relacionaram a dificuldade à linguagem que consideravam específica para a área econômica, enquanto dois afirmaram entender pouco de

economia e uma pessoa associou a dificuldade aos índices, siglas e nomes de órgãos.

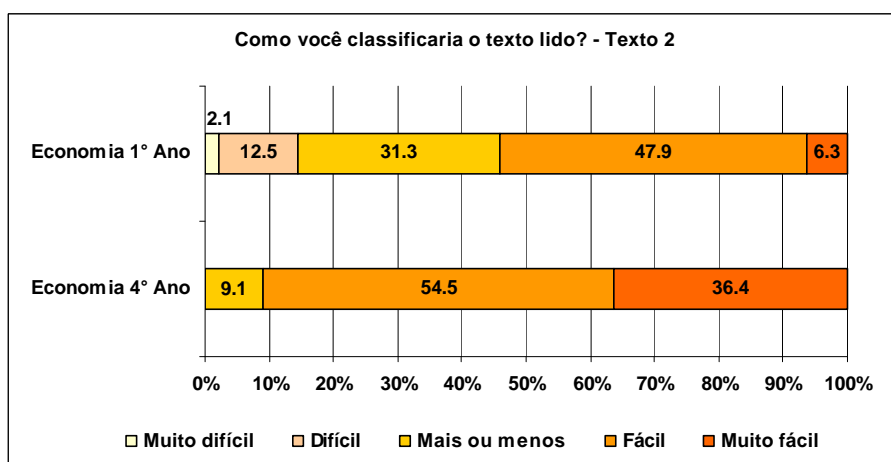


**Gráfico 36: Por que teve dificuldade de entender os textos- Economia**

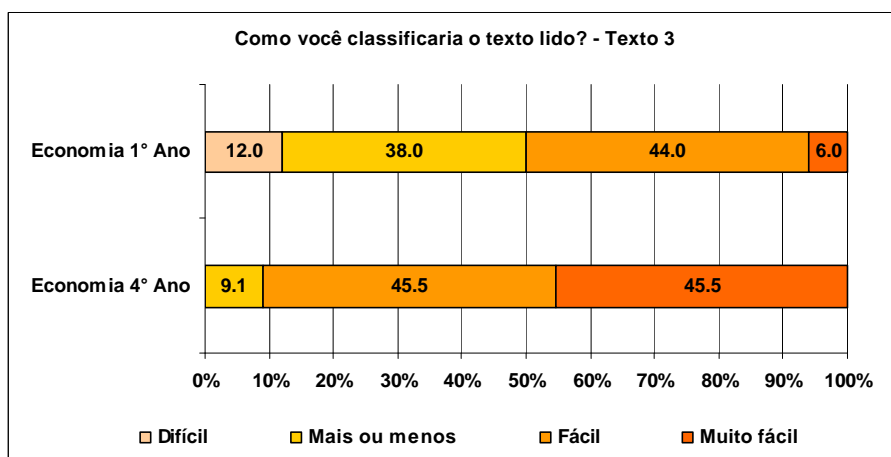
No 4º ano, no entanto, dos 22 respondentes do questionário apenas dois disseram ter havido algum tipo de dificuldade na compreensão dos textos. Estas duas pessoas associaram a dificuldade aos termos técnicos utilizados e mais especificamente, ao desconhecimento do significado da palavra “Treasuries”, mencionada três vezes no primeiro texto apresentado sem a explicação de seu significado entre parênteses.



**Gráfico 37: Como você classificaria os textos lidos – Texto 1 - Economia**

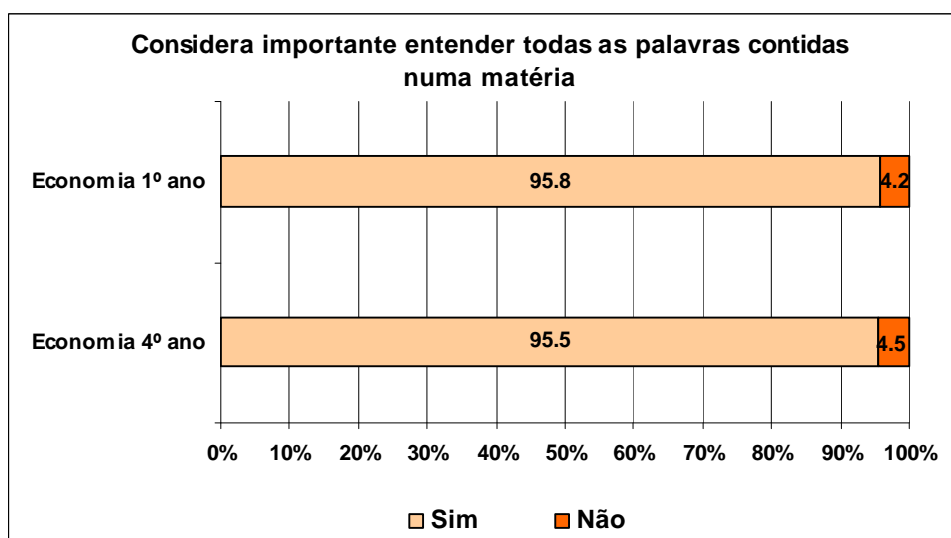


**Gráfico 38: Como você classificaria os textos lidos – Texto 2 - Economia**



**Gráfico 39: Como você classificaria os textos lidos – Texto 3 - Economia**

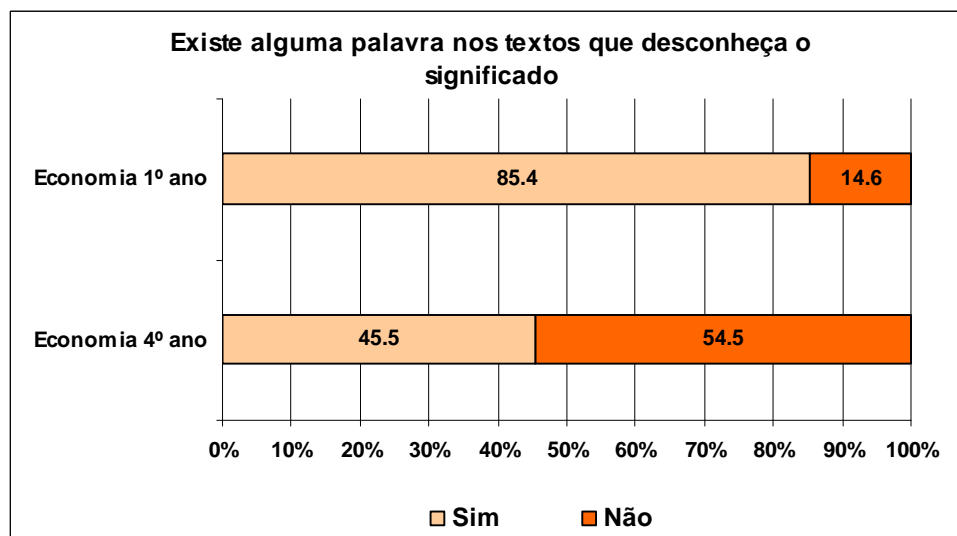
Quanto à dificuldade na compreensão dos textos, para os alunos do 1º ano, o texto 1 foi considerado pela maioria como sendo mais ou menos difícil (58,5%). O texto 2 foi considerado fácil –54%-, assim como o texto três, 50%. No caso dos alunos do 4º ano do curso, o texto 1 foi considerado fácil por 38% dos respondentes e mais ou menos difícil por outros 38% dos respondentes. O texto 2, no entanto, foi considerado fácil por 90,9% dos alunos e o texto 3 também foi considerado fácil por 91% dos alunos do 4º ano.



**Gráfico 40: Considera importante entender todas as palavras contidas numa matéria- Economia**

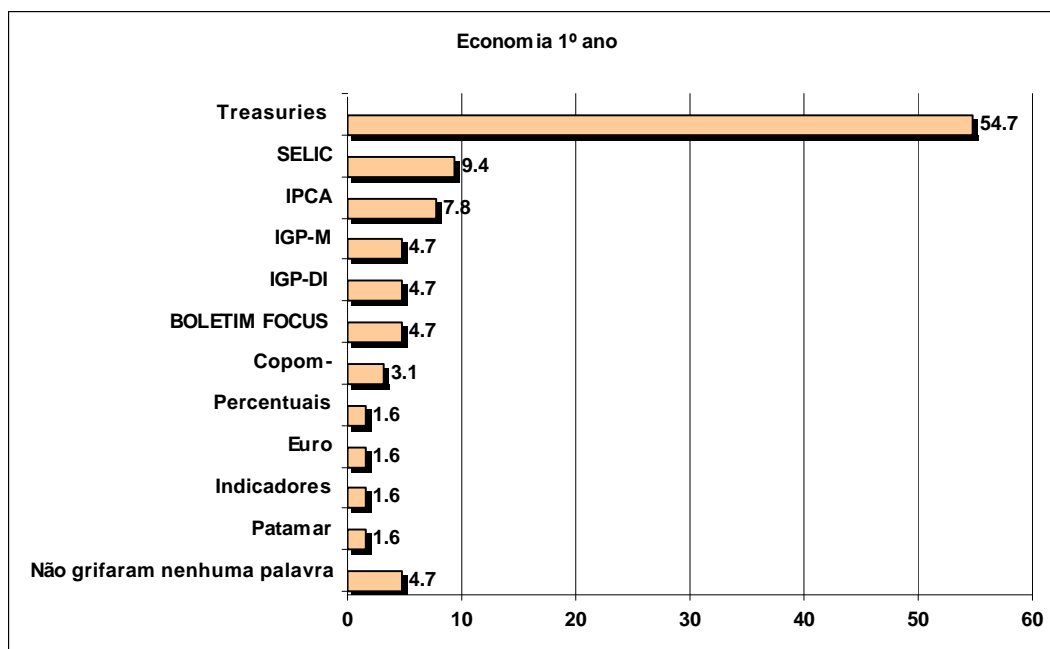
No curso de Economia, o percentual de necessidade de compreensão de todas as palavras expressas num texto foi ainda mais elevado. Dos alunos do 1º ano de Economia, 95,8% responderam que consideram importante entender todas as palavras contidas numa matéria, seguidos por 95,5% dos alunos do 4º ano, que dividem a mesma opinião.

Ao serem indagados se existia alguma palavra nos textos cujo significado desconheciam, dos 48 alunos do 1º ano, 85,4% responderam que existiam palavras cujo significado desconheciam nos textos, enquanto que no 4º ano, dos 22 respondentes, apenas 45,4% relataram que desconheciam alguma palavra nos textos.



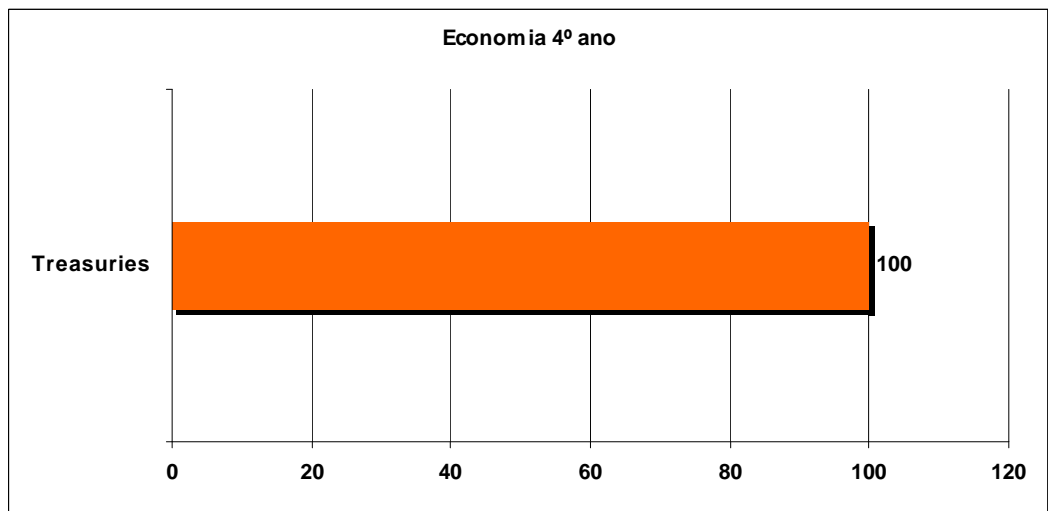
**Gráfico 41: Existe alguma palavra nos textos que você desconheça o significado- Economia**

Esse resultado mostra uma maior intimidade dos alunos de economia do 4º ano com os termos, siglas e índices mencionados nas matérias de economia dos jornais.



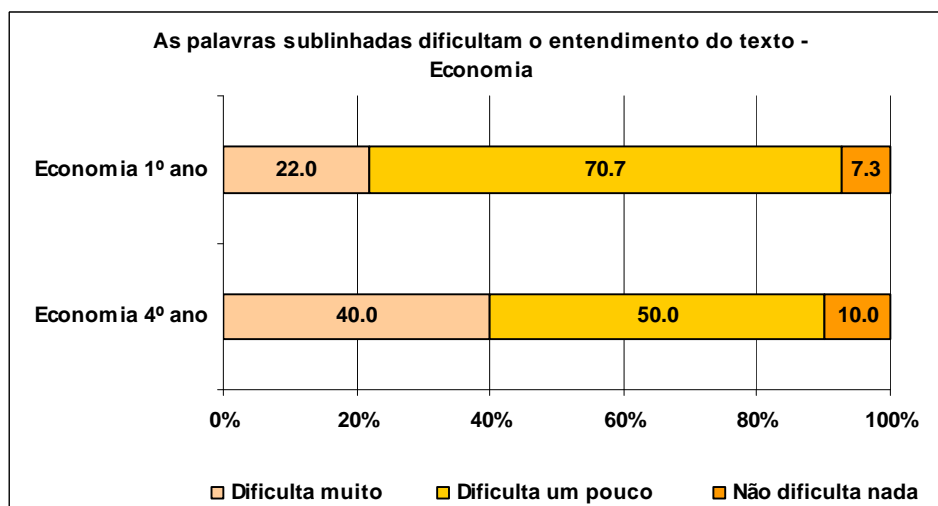
**Gráfico 42: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente – 1ºano- Economia**





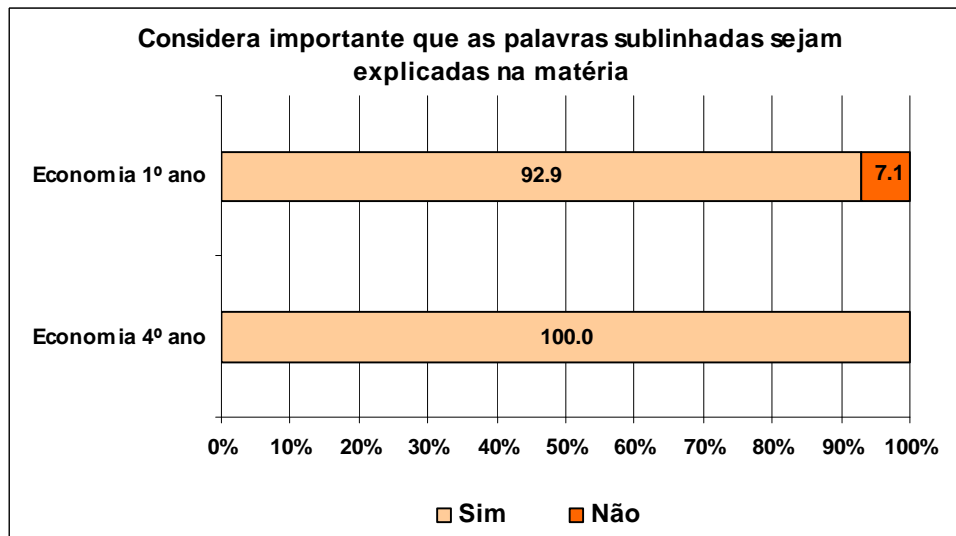
**Gráfico 43: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente – 4ºano- Economia**

Dos alunos do 1º ano do curso de Economia, 70,7% acreditam que as palavras sublinhadas dificultam um pouco o entendimento do texto. Na opinião dos alunos do 4º ano, no entanto, esses termos utilizados “dificultam um pouco” o entendimento dos textos- 50%- e “dificultam muito”, opinião de 40% deles.



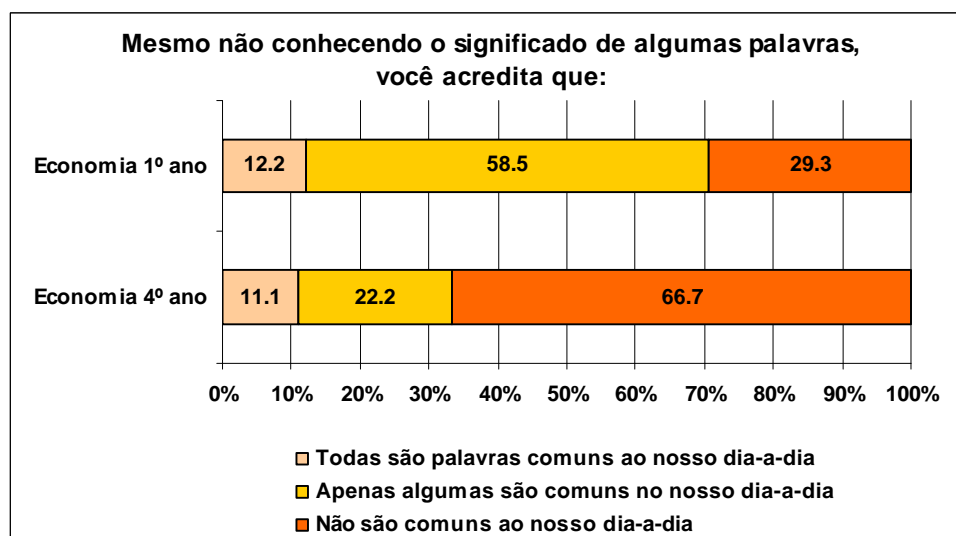
**Gráfico 44: As palavras sublinhadas dificultam o entendimento do texto- Economia**

Esse alto índice nas alternativas que os termos utilizados “dificultam um pouco” e “dificultam muito” a compreensão dos textos pode ser explicado por que os alunos devem ter levado em consideração a opinião do leitor para julgar os textos. Essa suposição pode ser explicada pelo fato de que os alunos do 4º ano de Economia já tiveram contato com esses termos, em especial as siglas e os índices.



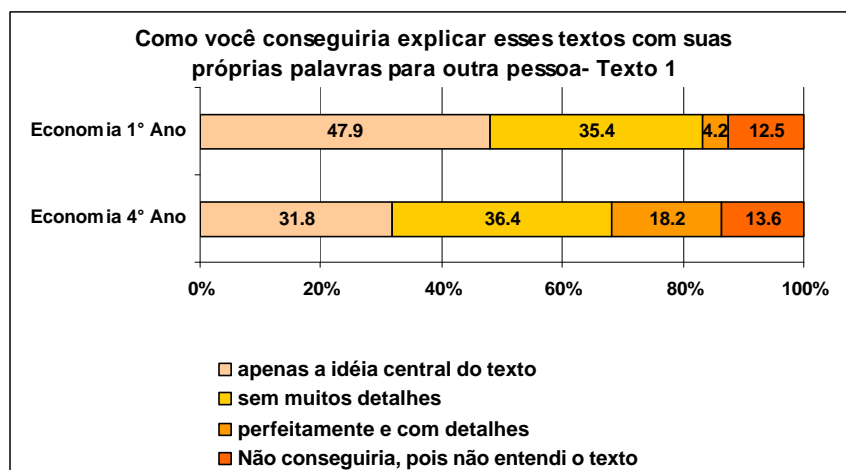
**Gráfico 45: Considera importante que as palavras sublinhadas sejam explicadas na matéria - Economia**

Os alunos do curso de Economia, apesar de maior intimidade com os termos e siglas apresentados na matéria, conforme pode ser observado pelas respostas dos questionários, também consideram importante que as palavras que desconhecem - apesar de serem um número bem menor para os alunos do 4º ano do curso- sejam explicadas ou definidas durante a apresentação da matéria. Dos alunos do 1º ano, 92,9% responderam afirmativamente essa questão, enquanto que o índice para os alunos do 4º ano foi de 100% para a mesma questão.

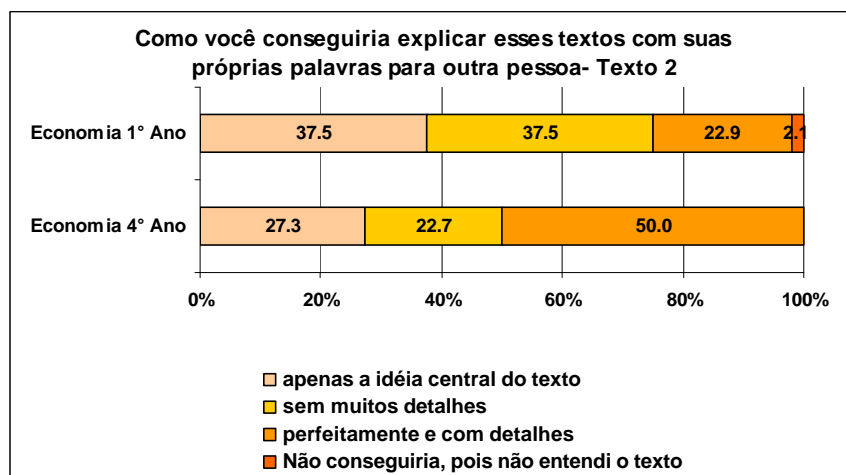


**Gráfico 46: Mesmo não conhecendo o significado de algumas palavras, você acredita que: - Economia**

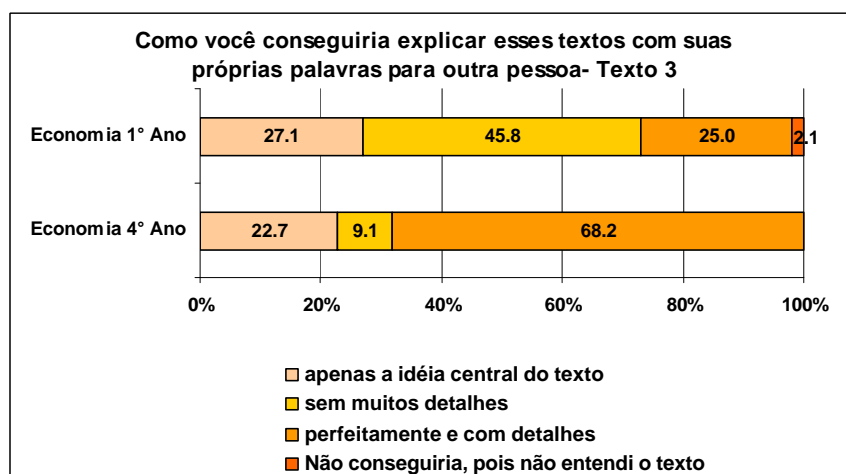
No curso de Economia, 12% dos alunos do 1º ano consideram que todas as palavras são comuns ao dia-a-dia, contra 11% do alunos do 4º ano que consideram o mesmo. O índice se eleva para aqueles que consideram que apenas algumas palavras fazem parte do cotidiano: 58,5% dos alunos do 1º ano e 22% dos alunos do 4º ano. A diferença mais significativa aparece na última opção, que afirma que essas palavras não são comuns ao dia-a-dia das pessoas: 29,3%, no 1º ano e 66,7%, no 4º ano. Novamente, esse índice elevado para os alunos do 4º ano pôde sugerir que, justamente por já terem uma maior intimidade com termos, siglas e índices, eles possam discernir que essas palavras não fazem parte do cotidiano de grande parte da população.



**Gráfico 47: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa – Texto 1 - Economia**



**Gráfico 48: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Texto 2 - Economia**



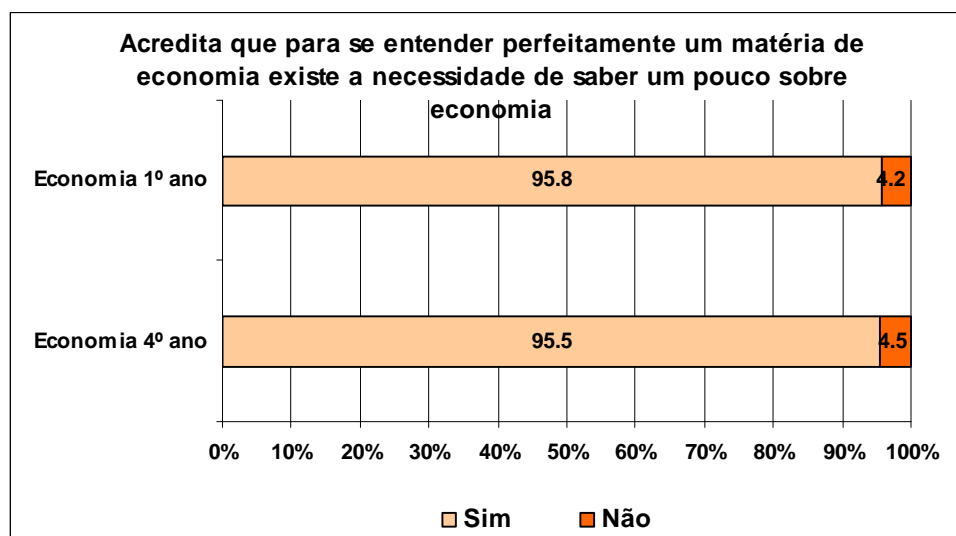
**Gráfico 49: Como você conseguiria explicar esses textos com suas palavras para outra pessoa- Texto 3 - Economia**

No 1º ano do curso de Economia, as alternativas “apenas a idéia central” e “sem muitos detalhes” também somam mais de 70% das respostas. Os alunos consideraram o texto 1 como mais complicado, e 12,5% deles não conseguiriam contar o texto para outra pessoa com as próprias palavras porque não entenderam. No entanto, nos textos 2 e 3, 22,9% e 25% dos respondentes respectivamente, assinalaram que conseguiriam contar os textos para outras pessoas “perfeitamente e com detalhes”.

No 4º ano de Economia, os percentuais se apresentaram mais distribuídos entre as alternativas. Os índices para as alternativas “apenas a idéia central” e “sem muitos detalhes” ficou acima dos 60% para o texto 1, mas demonstrou um percentual bem inferior para essas alternativas para o texto 2 – 50%- e para o texto 3, 30%. Um diferencial nessa turma foi que o índice de respondentes foi bem maior para opção “perfeitamente e com detalhes”: 18,2% para o texto 1, 50% para o texto 2 e 68,2% para o texto 3. No que diz respeito a opção que afirma que o respondente não conseguiria explicar o texto com suas palavras para outra pessoa por não ter entendido o texto, apenas o texto 1 foi assinalado por 13,6% dos respondentes.

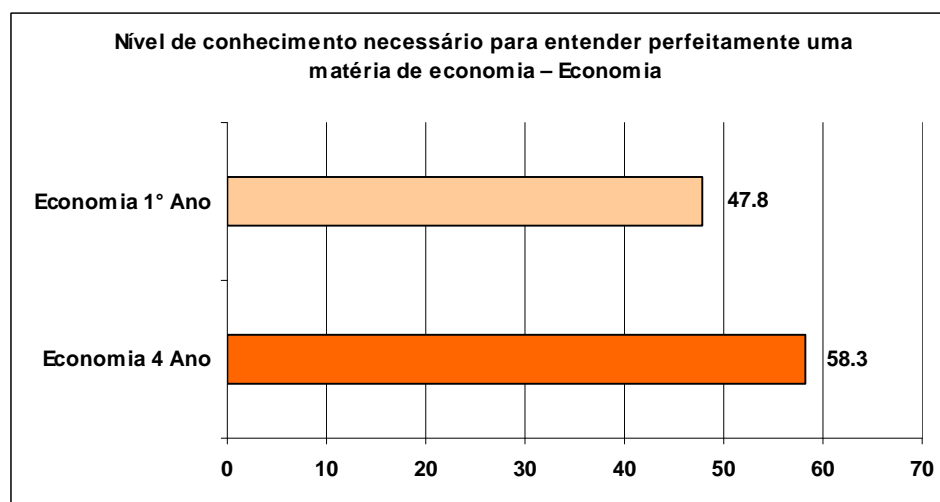
A partir desses dados pode-se observar uma maior facilidade dos alunos de economia na compreensão dos textos em especial na capacidade de contar a outras pessoas o conteúdo da matéria, o que indica entendimento para poder passar adiante essa informação.

Essa observação fica ainda mais acentuada nos alunos do 4º ano de Economia, em que os índices para a capacidade de repasse da informação dos textos atingiu os maiores índices entre todas as turmas que responderam aos questionários, em especial nos textos 2 e 3, acima de 50%.



**Gráfico 50: Acrida que para se entender perfeitamente uma matéria de economia existe a necessidade de saber um pouco sobre economia – Economia**

Apesar de os alunos de Economia terem mais intimidade com os termos econômicos, tanto os do 1º ano- 95,8%- quanto os do 4º ano –95,5%- manifestaram a opinião de que é importante um certo entendimento da área para uma boa compreensão das matérias econômicas dos jornais.



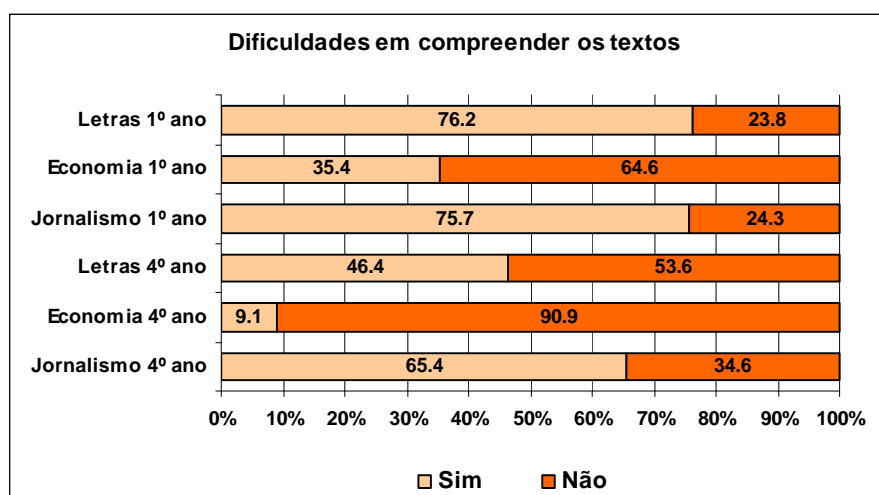
**Gráfico 51: O nível de conhecimento necessário para entender perfeitamente uma matéria de economia – Economia**

Os alunos do primeiro ano do curso de Economia apresentaram média similar aos demais 47,8%. A diferença mais relevante aparece, no entanto, nos alunos do último ano de Economia, cuja média foi cerca de 10% acima da média das demais turmas.

Esse resultado pode sugerir que os alunos do último ano de Economia, que já possuem um contato maior com os termos da área, acreditam que seja necessário um grau de conhecimento maior da área econômica para se compreender perfeitamente uma matéria econômica.

#### 5.2.4 Análise geral : Letras, Jornalismo e Economia

De maneira geral, o que se pode observar pelos resultados dos questionários é que os alunos dos primeiros anos dos cursos analisados apresentaram índices mais altos em respostas afirmativas nas perguntas do questionário. Se levarmos em consideração que as perguntas se referem a dificuldades, importância de entendimento de todas as palavras do texto, se existe palavras desconhecidas nos textos, se consideram importante que as palavras desconhecidas sejam explicadas e se existe a necessidade de saber um pouco de economia para se entender perfeitamente os textos, esse índice pode apontar para uma maior dificuldade em lidar com textos com termos técnicos e mesmo, dificuldades para compreensão.



**Gráfico 52: dificuldades em compreender os textos – Todos os cursos**

Quanto à opinião dos respondentes sobre a classificação dos textos como muito difícil /difícil, mais ou menos difícil, e fácil/muito fácil, pode-se observar que os leitores leigos, representados nessa pesquisa pelos alunos de Letras e de Jornalismo, assim como pelos alunos do 1º ano do curso de Economia, apresentam índices maiores nas opções muito difícil /difícil e mais ou menos difícil, do que os apresentados pelos leitores iniciados- representados pelos alunos do 4º ano de economia. Apesar de os alunos do 1º ano de Economia terem apresentado índices consideráveis para a opção “fácil/muito fácil” para os textos 2 e 3, ainda assim a diferença, se comparado ao índice dos leitores iniciados, foi significativa, uma vez que os textos 2 e 3 foram assinalados como “fácil/muito fácil” por 90,9% e 91% dos respondentes, respectivamente. Dos alunos do 1º ano do curso de Economia, 70,7% acreditam que as palavras sublinhadas dificultam um pouco o entendimento do texto. Na opinião dos alunos do 4º ano, no entanto, esses termos utilizados “dificultam um pouco” o entendimento dos textos- 50%- e “dificultam muito”, opinião de 40% deles.

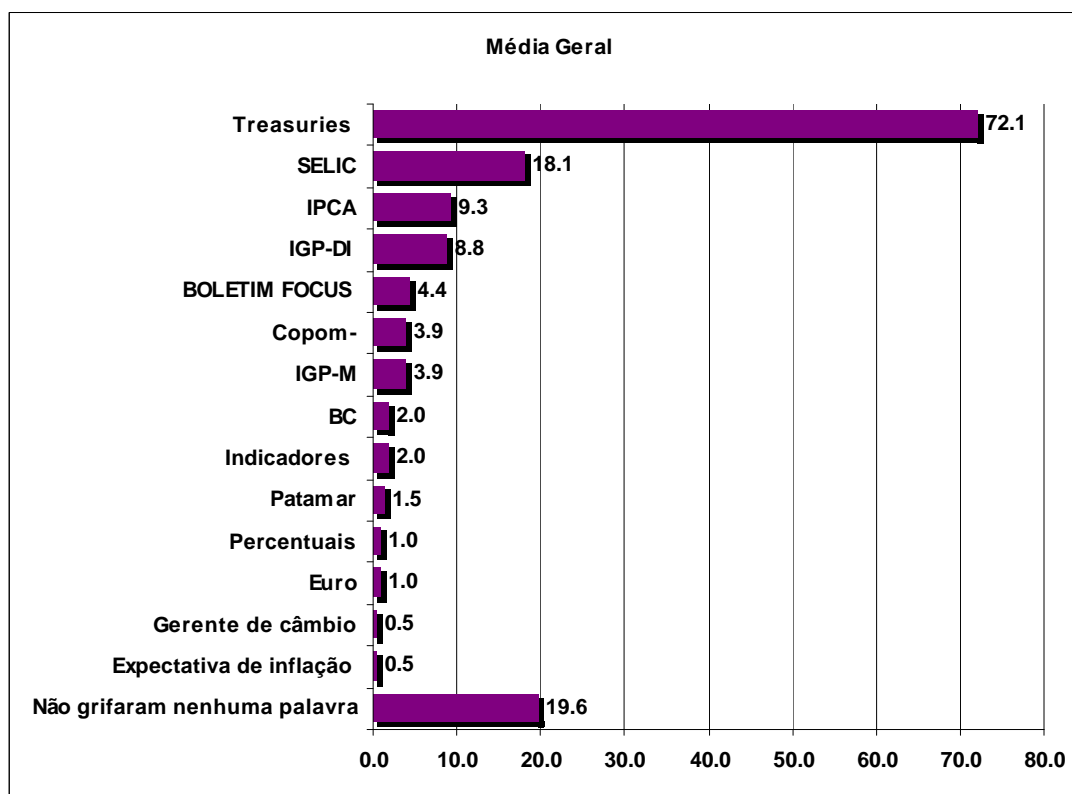
Aos alunos que responderam ao questionário foi pedido que sublinhassem no texto as palavras cujo significado desconhecêssem. A palavra mais sublinhada em todos os cursos foi “Treasuries” apresentada no primeiro texto, sem definição. Na seqüência, as palavras mais salientadas pelos respondentes foram IPCA, Selic, Copom, IGP-M, IGP-DI, Boletim Focus. Esses termos foram apresentados nos textos seguidos pela definição entre parênteses.

Deste modo, apesar da definição ter sido dada aos termos e ainda assim terem sido assinalados como palavras cujo significado era desconhecido, pode ser uma sugestão de que a simples definição de um termo econômico, às vezes, não é suficiente para que a informação econômica seja clara ao leitor. Neste caso, uma possível solução seria uma breve explicação do termo, em vez da simples definição.

Algumas outras palavras e siglas, consideradas por muitos como mais simples, ou de uso mais cotidiano, também foram apontadas pelos respondentes. É o caso da sigla BC –Banco Central- que aparece sublinhada como palavra



desconhecida. Da mesma forma as palavras “indicadores”, “patamar”, “euro”, “percentuais”, “gerente de câmbio” e “expectativa de inflação” também foram grifadas pelos respondentes.



**Gráfico 53: Palavras desconhecidas presentes nos textos e sublinhadas pelo respondente- Todos os cursos**

Outro aspecto que se deve ressaltar é o percentual de respondentes que assinalaram a opção de que as palavras sublinhadas no texto, como aquelas que desconheciam, “dificultavam um pouco” o entendimento do texto. Os que assinalaram a opção “dificulta muito” também teve um percentual similar, em torno de 20% para as duas turmas do curso de Letras e para os primeiros anos de Jornalismo e Economia. A diferença dos resultados, no entanto, aconteceu nas turmas de 4º ano de Economia e Jornalismo. A alternativa “dificulta muito” e “dificulta um pouco” obteve aproximadamente 40% e 50% de respostas, respectivamente.

Esses resultados podem indicar que os respondentes dessas turmas, por já terem um maior contato com a linguagem, no caso do jornalismo, que sabe da necessidade da clareza no texto para a boa compreensão do leitor, e o de economia, que já teve contato com os termos apresentados pelos textos durante a vida acadêmica, sabem que esses termos não fazem parte do cotidiano de grande parte dos leitores, o que dificulta o entendimento do texto. Esse raciocínio pode ser justificado pelo índice de respostas negativas –90% - na dificuldade em compreender os textos. Outro índice que pode auxiliar na esse raciocínio é o resultado da questão 9, que se segue.

Na questão 9, em que os respondentes assinalam como conseguiriam explicar esses textos com suas próprias palavras, percebe-se uma diferença acentuada na compreensão do leitor leigo e do iniciado. Enquanto um alto percentual de respondentes - isso significa acima dos 70%- assinalaram as alternativas “apenas a idéia central” e “sem muitos detalhes”, os de leitores iniciados, ou seja, o percentual para essas duas alternativas ficou em torno dos 50% para os alunos do 4º ano de Economia. Outro dado que confirma uma maior facilidade dos leitores iniciados é o índice mais elevado para a opção “perfeitamente”. Para o texto 1, o índice para a alternativa “perfeitamente” foi de 18, 2%, que apesar de não ser muito alto, ainda assim é 4 a 5 vezes maior que a mesma opção assinalada pelos leitores leigos. Já para os textos 2 e 3, a opção “perfeitamente” foi assinalada por 50% e 68,2% dos leitores iniciados, respectivamente.

Ao serem questionados se consideram importante que as palavras que desconhecem o significado e que foram sublinhadas no texto pelos respondentes sejam explicadas na matéria, uma média de 97% dos respondentes dos questionários responderam que sim.

Para facilitar a análise, uma média foi calculada dos resultados assinalados na questão que verifica a opinião do leitor sobre o nível de conhecimento que ele considera necessário para entender perfeitamente uma matéria de economia. Essa média geral entre todas as turmas que participaram do questionário foi de 50%, ou seja, um conhecimento de pelo menos 50% se faz

necessário para uma compreensão perfeita de uma matéria de economia pelo leitor.

### **5.3 Análise das entrevistas**

Dos três jornalistas entrevistados, que são responsáveis pelos cadernos de economia do período de janeiro a junho de 2005, os entrevistados A e B tem cerca de 10 anos de atuação na área de economia e o entrevistado C, 2 anos de atividade na área do jornalismo econômico. Os entrevistados A e C desempenhavam a função de editores e B de repórter de economia no período analisado.

#### **A - Escrever sobre economia**

Um dos entrevistados mais experientes, o entrevistado A, acredita que é mais difícil escrever sobre economia. Esse entrevistado já teve experiência em outras editorias, como a editoria de Rural e explica que, na economia, deve-se trabalhar com índices e análises, relatórios e balancetes, o que requer do jornalista uma maior habilidade para confecção do texto, caso contrário, como o próprio entrevistado mencionou, “o texto fica intragável para o leitor”.

O entrevistado B esclareceu que escrever sobre economia não é fácil. Ele, que já trabalhou em outras editorias, acredita que a economia é uma das piores editorias por ser composta de muitos números e cálculos. Em outras editorias, como a de cidades, é feito um relato de fatos. Já, na economia, em sua opinião, são dados anteriores e atuais, comparativos, e isso torna a produção das matérias mais demorada, elaborada e complicada.

Para o entrevistado C, que já trabalhou em outras editorias - como a editoria de Rural - a de economia, de uma maneira geral, assusta. As pessoas tendem a achar que a economia é difícil, porque trabalha com números. Mas ele não vê dificuldades em trabalhar nessa editoria, apenas que ela requer mais cuidados por que menciona números o tempo todo.

## **B - Preparação**

O entrevistado A já fez cursos de extensão na área de economia e participou de seminários, como os da Bolsa de Mercadorias e Futuro e da Fundação Getúlio Vargas, além das aulas de economia misturadas a outras ciências como Filosofia e antropologia, que teve durante um semestre da faculdade. No entanto, ele não considera essas aulas, pois não eram direcionadas à economia de fato.

Já B fez dois anos de Faculdade de Economia, mas não concluiu o curso. O entrevistado C, por sua vez, fez cursos na área de gestão e teve aulas de Realidade Sócio-econômica e Política Brasileira durante a faculdade e divide a mesma opinião de A sobre essa experiência.

## **C - Como lidam com matérias de difícil entendimento**

Quanto às matérias de difícil entendimento, o entrevistado A afirma que sempre procura um economista, ou um tributarista, um especialista enfim, porque nem sempre se tem muita noção sobre aquilo que se vai escrever. Raros são os casos de matérias em que não se consulta um especialista.

Dentre os assuntos da área econômica, o entrevistado A considera mais difícil de abordar o tema tributação, porque envolve muitos cálculos.

Além de o tema ser difícil, existe ainda a dificuldade de se encontrar fontes, ou sejam, especialistas dos mais variados órgãos como a Secretaria de Fazenda, ou até mesmo economistas que estejam ligados a realidade do que acontece no País para embasarem as matérias.

Quanto a dificuldades com temas da área de economia, o entrevistado B diz não ter problemas com nenhum deles. Contudo, quando existem temas mais complexos, a melhor opção para ele também é procurar um especialista para sanar as dúvidas. No entanto, existe dificuldade também com relação às fontes. De acordo com esse entrevistado, as fontes do Estado, em sua maioria, não

desenvolvem pesquisas, e isso é muito difícil para quem faz economia. As fontes que se tem no Estado trabalham com estimativas, mas nunca com dados exatos.

Outro problema relacionado ainda às fontes na opinião de B é que os jornalistas de economia sempre dependem de fontes ligadas ao governo que nem sempre se mostram dispostas a falar. Existe a necessidade de pessoas ligadas ao que está acontecendo na economia atual e por esse motivo, às vezes, as entrevistas ficam superficiais por falta de dados.

Já C afirma que alguns assuntos, como os da área de macroeconomia<sup>11</sup> são mais difíceis de serem tratados, devido à falta de contato com esses assuntos, que quase não fazem parte da realidade do Estado. Quanto aos demais temas, o entrevistado C não percebe qualquer dificuldade.

Diariamente os jornalistas de economia têm conflitos com números. São índices percentuais, contas que devem ser refeitas, e ainda sai errado. Cada vez mais jornalistas se formam aos montes sem prática de matemática. Por isso é importante ter boas relações com fontes para que elas possam explicar bem o que aquilo significa.

#### **D - Complicado para leitor e jornalista?**

De acordo com o entrevistado A alguns temas, como os tributos, são difíceis tanto para o leitor quanto para os jornalistas entenderem porque são assuntos enfadonhos, e dificilmente se tornarão matérias prazerosas de se ler. Deste modo, segundo A, o leitor só lê o material quando ele acha que vai afetar o bolso dele. Na opinião do entrevistado, seria excelente se todo dia fosse

---

<sup>11</sup> A Macroeconomia estuda o comportamento do sistema econômico por um reduzido número de fatores, como a produção ou produto total de uma economia, o nível de emprego e poupança, o investimento, o consumo, o nível geral dos preços. Seus principais objetivos estão no rápido crescimento do produto e do consumo, no aumento da oferta de empregos, na inflação reduzida e no comércio internacional vantajoso.

Extraído do site : < [http://www.economiabr.net/economia/1\\_microeconomia.html](http://www.economiabr.net/economia/1_microeconomia.html)>

trabalhado a microeconomia<sup>12</sup>, bem direcionada, com textos bem simples, mas não é assim que funciona nas redações de todo o País.

Ao se deparar numa entrevista com termos ou siglas que não conhece, o entrevistado A explicou que pára a entrevista e pergunta, porque se ele, enquanto jornalista não entendeu, com certeza o seu leitor entendeu menos ainda. Ele descreve sua atitude ao se deparar com um termo, colocando parênteses o significado e, aí sim, o índice. O entrevistado A explica que tem o mínimo de compreensão para tudo que escreve, caso venha a ser questionado.

O entrevistado B afirma que não tem dificuldades com qualquer tema da área de economia. Aliás, ele até prefere, quando tem que trabalhar com números, siglas, índices. No entanto, quando está entrevistando alguém e não entende o que está sendo explicado, ele pergunta, principalmente numa editoria de economia, que trabalha com siglas e termos difíceis. O entrevistado B comenta ainda que a primeira vez ouviu a palavra “spread”, teve que interromper e questionar o que significava aquele termo.

O entrevistado B também é claro ao afirmar que é fundamental entender o que se está fazendo ou sobre o que se está escrevendo para poder explicar para o leitor, e que não vai ficar simplesmente “repetindo como papagaio”. Ele acrescenta que, quando os economistas falam economês, ele pergunta o que significa, para poder entender e passar para o leitor.

Já o entrevistado C afirma que as matérias sobre macroeconomia é que poderiam apresentar alguma dificuldade por não serem assuntos comuns ao cotidiano do Estado, e que esse tipo de economia não acontece com freqüência em matérias do Estado.

---

<sup>12</sup> Microeconomia é o ramo da ciência econômica voltado ao estudo do comportamento das unidades de consumo ( indivíduos e famílias ); ao estudo das empresas e ao estudo da produção de preços dos diversos bens, serviços e fatores produtivos.

Extraído do site < [http://www.economiabr.net/economia/1\\_microeconomia.html](http://www.economiabr.net/economia/1_microeconomia.html)>

Quanto a eventuais dúvidas que aparecem durante entrevistas, o entrevistado C afirma que sempre procura solucioná-las, por que se ele tem que escrever sobre determinado tema e tem dúvidas sobre aquilo, o texto não vai atingir o objetivo, que é informar da melhor forma possível o leitor e pode deixar o leitor com mais dúvidas que o próprio jornalista.

### **E- Matérias locais**

Os temas das matérias de economia segundo A são em sua maioria locais e às vezes se repercute uma matéria de macroeconomia nacional no local. Por exemplo, a alta de juros da Selic, como isso pode afetar aqui.

Para o entrevistado B, também mais experiente, os temas das matérias de economia locais se resumem à agropecuária ou à microeconomia. O entrevistado B afirma não ter dificuldade para entender, mas a microeconomia facilita para o leitor.

Segundo o entrevistado C, como o Estado não tem empresas mais especializadas, ainda se pode escrever uma economia mais popular, e não existe a necessidade de entrar na “economia complicada”, de termos econômicos, do economês, que seria mais difícil.

Para o entrevistado C, assuntos como inflação e dólar têm seu espaço nos cadernos locais, porque são mais comuns. No caso de matérias sobre ações, por exemplo, segundo ele não se escreve a respeito porque não existe público leitor para esse assunto em Mato Grosso do Sul. Ele afirma que eles mesmos ficam distantes, não partem para buscar isso. A macroeconomia é um pouco mais difícil para qualquer jornalista do Estado, desde que ele seja só jornalista e não seja economista também. De acordo com C é complicado, não por ser um tema assustador, mas por não ser algo rotineiro, não praticado pelos jornalistas regionais. O entrevistado C acredita que, se passasse a lidar com a macroeconomia talvez pudesse começar a dominar ou pelo menos, em contato com as fontes, amadurecer o conteúdo.

Desta forma, as matérias de economia dos cadernos locais, segundo C, prezam pela economia mais simples, doméstica e relacionada a temas do Estado, como soja e pecuária.

#### **F- Cadernos de economia de jornais de circulação nacional**

Quando questionados sobre os cadernos de economia dos jornais de circulação nacional, em especial o caderno “Folha Dinheiro” do jornal Folha de São Paulo, o entrevistado A diz ter havido um grande avanço. Contudo a Folha ainda permanece com uma linguagem mais difícil, mais própria da área, por trabalhar mais com assuntos de macroeconomia, enquanto o Estado de S.Paulo apresenta matérias mais simples, trabalhando melhor o personagem.

Para o entrevistado B, as matérias de economia de jornais de circulação nacional, como o Folha Dinheiro, interessam a economistas, dirigentes de grandes empresas, para saber como está a economia, mas não têm interesse ao leitor simples, que passa direto por essas páginas.

De acordo com o jornalista, a linguagem de muitas matérias da Folha Dinheiro, chamada de economês, interessa aos economistas, a um administrador de empresas, porque faz parte do dia-a-dia dele e ele entende, porque é mais comum. Mas não faz parte do cotidiano do leitor comum.

O entrevistado B fez questão de explicar o que ele chamou de economês, como sendo o fato de usar termos, muitas vezes até inventados e que nem sempre constam nos dicionários, para caracterizar determinado produto e que as pessoas que vivem naquele meio ( especialistas) entendem do que se trata.

Afirma ainda que tudo que não se entende muito bem, não se tem interesse e que o próprio leitor deve pensar que o jornal é feito para outra camada da população.



O entrevistado A também enxerga essa falha nas matérias e afirma que o ideal seria explicar o que cada assunto econômico daquele mencionado na matéria pode interferir na vida desse leitor. No entanto, segundo A isso não ocorre porque senão teria que ser feito um texto muito grande. Acrescenta ainda que talvez isso seja um pecado na editoria de economia: explica-se pouco como os temas econômicos refletem na vida do leitor.

O entrevistado C disse que não pode responder sobre a linguagem da Folha de São Paulo ou de qualquer outro caderno, pois teria que fazer uma análise mais aprofundada a respeito.

### **G- Material de agências de notícias**

Quanto ao material proveniente das agências de notícias, o entrevistado A afirmou que é usado nos cadernos de economia. Não só das agências como de sites de economia nacional. Estes textos segundo A são alterados caso existam termos que possam ser complicados para o leitor. Em algumas situações, aproveita-se a pauta e tenta-se adquirir dados regionais à matéria, para dar um ar de local ao assunto.

O entrevistado B explicou que as matérias de agências de notícias – matérias em sua maioria de temas nacionais e da macroeconomia- só são usadas quando se tem espaço a ser preenchido na página do caderno, ou quando se trata de tema relevante, para o leitor local. “B” afirma que os textos não são alterados e são publicados da forma que foram produzidos pela agência nacional, com termos, índices e siglas mantidos.

Para o entrevistado C os textos das agências são utilizados sim, pois são textos nacionais cujas fontes o jornal não teria acesso ou contato. Então, utiliza-se o material na íntegra e os termos técnicos não são alterados. Mas C disse não se recordar de qualquer matéria que tivesse sido publicada no período analisado que tivesse termos que alguém não entendesse.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo verificar se o economês compromete o entendimento das matérias de economia, dificultando a disseminação da informação e comprometendo a função social do jornalismo.

Para tanto foi realizada a análise terminológica do jargão econômico que aparece nos cadernos de Economia dos jornais “Correio do Estado” e “O Estado”. Por meio da análise terminológica pôde-se perceber que os termos técnicos aparecem com frequência considerável nas matérias. Esses termos estabelecem, de acordo com Cabré (1993), relações de sinonímia, das quais se destacam a) a sinonímia, subdividida em três tipos: entre termos equivalentes de línguas diferentes; uma sigla e sua definição; uma abreviação ou uma forma abreviada e sua forma completa; b) a homonímia, mais precisamente a homografia ( grafias idênticas e significados diferentes); c) a polissemia.

A maior ocorrência foram as relações de homografia e sinonímia, esta última, em especial, nas relações de siglas e sua forma desenvolvida ou completa. Isto, na verdade, é um recurso do jornalismo, apresentar a definição entre parênteses para facilitar o entendimento por parte do leitor. O problema é que nem sempre a simples definição da sigla basta para elucidar o termo.

Com relação ao questionário pode-se perceber que os alunos dos cursos de Jornalismo e Letras, considerados por este estudo como leitores leigos, realmente apresentaram dificuldades na compreensão dos textos. Ainda, segundo as respostas dos mesmos, a linguagem e os termos muito técnicos foram os maiores obstáculos.

Já os resultados dos questionários aplicados ao curso de Economia, considerados pelo estudo como leitores em processo de iniciação - os do 1º ano do curso- e leitores iniciados- os do 4º e último ano do curso, demonstram que existe diferença no grau de entendimento das matérias de economia por parte de um leitor leigo, que encontra mais dificuldades, do que um iniciado. A maior

facilidade na compreensão dos textos, pode ser observada por meio dos percentuais das respostas, em especial as que tratavam do grau de dificuldade de compreensão dos textos – em que o índice de “fácil e muito fácil” foi maior para os alunos do último ano de Economia comparado às demais turmas.

Outra fonte que comprova esse raciocínio foi o índice de palavras assinaladas pelos alunos do 4º ano como sendo desconhecidas- apenas o termo “treasuries”- e se houve dificuldade para entendimento dos textos. Além disso, a capacidade de repasse da informação desses textos foi assinalada por um percentual maior de alunos nessa turma como “perfeitamente e com detalhes” ou “sem muitos detalhes” que nas turmas dos demais respondentes.

Os termos técnicos foram observados com maior frequência principalmente em matérias que dizem respeito ao mercado financeiro, que envolve temas como o movimento das bolsas de valores, câmbio, variações do dólar e também nas matérias que envolvem tributos e inflação.

Essas matérias, em sua maioria, originam-se nas agências de notícias como a Folha Press e a Agência Estado com as quais os jornais têm convênio. Mediante o pagamento de um determinado valor mensal, os jornais têm o direito de usufruir de textos e fotos produzidos pelas agências e vendidos para os jornais de todo o País.

Sendo assim, o material de economia utilizado nos jornais analisados proveniente das agências tem, em sua maioria, um enfoque nacional, como temas como movimento do mercado financeiro, variação de índices tributários e de moedas.

As matérias regionais também apresentam muitas siglas e termos, um número menor que os tipos de matérias mencionadas acima, em temas relacionados à economia local, como a comercialização de soja, gado, a questão do gás natural, os tributos da economia doméstica, entre outros.

Mais um ponto que deve ser ressaltado é que as matérias produzidas pelos jornalistas de economia dos jornais analisados tendem a atender temas regionais, como agropecuária, economia doméstica e outros temas voltados a realidade da economia sul-mato-grossense. No entanto, mesmo enfatizando temas regionais, a temática “tributos” aparece e leva ao emprego de termos, em especial das siglas - IPC, IPCA, IGP-M entre outras.

Pôde-se perceber, durante as entrevistas que existe um cuidado declarado por parte dos jornalistas ao redigirem suas matérias, de modo a torná-las o mais acessível possível ao leitor. Contudo, nessas matérias de temas específicos, existe uma dificuldade em fazê-las claras ou o mais didática possível. Ressalta-se ainda, que os jornalistas têm a liberdade para alterar o texto proveniente das agências de notícias e deixá-los mais simples para entendimento do leitor. A decisão de torná-los mais simples ou não, cabe ao julgamento subjetivo.

Quanto ao leitor, pode-se perceber que ele tem dificuldade em compreender matérias que apresentam muitos termos desconhecidos ou ao menos, que não são comuns ao cotidiano.

Pelas informações obtidas pelos questionários percebe-se que nem sempre o contexto basta para que a matéria seja bem entendida. Alguns termos são chave e fundamentais em uma matéria.

Outro aspecto importante a ser salientado é que muitos termos continham a definição de seu significado, nos textos dos questionários, ainda assim foram assinalados pelos leitores como termos que “não entenderam” ou que deveria ser melhor explicado.

Além disso, a grande quantidade de siglas presentes nas matérias economia compromete o entendimento das mesmas, assim como a presença de muitos termos estrangeiros, em sua maioria em inglês.

## **Estudos Futuros**

Uma dificuldade encontrada durante esta pesquisa foi justamente a falta de definições para muitos termos de economia. Além dos dois glossários oficialmente consultados, vários outros glossários de economia online e dicionários de economia foram consultados, a fim de encontrar as definições para os termos que não haviam sido encontrados.

Mesmo após extensa pesquisa realizada em glossários, livros e dicionários, alguns termos que são usados no dia-a-dia de pessoas ligadas ao mundo econômico e a especialistas da área permaneceram sem definição.

Esses termos têm significado comum entre os especialistas, mas não são encontrados em glossários ou dicionários.

Estudos futuros podem aprofundar melhor na terminologia da área econômica e construir um glossário mais completo e atualizado.

Além disso, percebe-se a necessidade, também, de um estudo mais amplo sobre as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas, identificando as causas e possíveis necessidades de formação complementar que os leva a prática do economês.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. 259 p.
- ARAUJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. O campo do pós-moderno: o saber científico das sociedades informatizadas. *Ciência da Informação*, Brasília, v.18, n.1, p.21-27, 1989.
- ARNTZ, Reiner/PICHT, Heribert. *Introducción a la terminología*. Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1995.
- AUBENAS, Florence/Benasayag, Miguel. *La fabrication de l'Information. Les journalistes et idéologie de la communication*. Paris, La Découverte, 1999.
- BASILE, Sidnei. *Elementos jornalismo econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BELKIN, N.J. *Information concepts for information science*. Journal of Documentation, v.34, n.1, p.55-85, 1978.
- BETING, Joelmir. *Na prática a teoria é outra - os fatos e as versões da economia*. São Paulo: IMPRES, 1973.
- BIONDI, Aloysio. A linguagem na reportagem econômica. In: Seminário de Técnica de Jornalismo, 1. Rio de Janeiro: ABI, 1974 (Coleção Comunicação Hoje).
- BORKO, H. *Information Science: What is it?* American Documentation, p.3-5, Jan, 1968.
- BOULANGER, Jean-Claude. *Alguns componentes lingüísticos no ensino da terminologia*. *Ciência da Informação*. Brasília, v.24, n.3, p.313-318, set/dez. 1995.
- CABRÉ, M.Teresa. *La terminología*. Barcelona: Editorial Antártida, 1993.

\_\_\_\_\_. *La terminologia hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones*. Ci.Inf., v.24, n.3, p.289-298, 1995.

CALDAS, Suely. *Jornalismo Econômico*. São Paulo: Contexto, 2003.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. *Metodologia Científica*. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996. 209p.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DESMET, I. Questões de semântica em terminologia: a problemática da definição terminológica. *Terminologias*, n. 2, p. 4-21, dez. 1990. DUBUC, R. Qu'est-ce que la terminologie? *Le banque des mots*, Paris, n. 13, p. 3-14, 1977.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

Dicionário de Finanças do Investidor da Bolsa de Valores de São Paulo.[online]. Disponível em <<http://www.bovespa.com.br/Investidor/DicionarioFinan/dicionario.htm>> .Acesso em 20 de abril de 2006.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. 5. ed.. São Paulo: Ática, 1991. 256 p.

FAULSTICH, Enilde L de J. *Como ler, entender e redigir um texto*.Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

Glossário de termos do Banco Central do Brasil. [online]. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br/?GLOSSARIO>>. Alterado em 04/11/2004. Acesso em 20/01/2006.

GÓMEZ, Maria Nélide Gonzalez de. Comentários ao artigo “Hacia um nuevo paradigma em Bibliotecologia”. *Transinformação*, v.8, n.3, p.44-56, set/dez, 1996.p.50-51.

GOMIS, Lorenzo. *Teoría del periodismo; cómo se forma el presente*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991. 212p.

HUTCHINS,W.J. *Languages of indexing and classification: a linguistic study of structures and functions*. Stevenage: Herts: Peter Peregrinus, 1975. 148p. (Librarianship and information studies, 3)

ISO WD 704.1. *Terminology work- principles and methods*, 1996.

ISO *Information Transfer* ( ISO Standard Handbook).2.ed.1982.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: F.Alves, 1977.202p.

KIENTZ, Albert. *Comunicação de massa – Análise de Conteúdo*. Livraria Eldorado Tijuca, Rio de Janeiro, 1973.

KOCH, Ingedore G. V. & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e Coerência*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KOCOUREK, Rostislav. *La langue française de la technique et de la science*. 2è éd. Wiesbaden, Verlag and Co. KG, 1991.

KOTSCHO, Ricardo. *Prática da reportagem*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. 80 p.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. São Paulo: EDUSP, 1996.

LAGE, Nilson. *A reportagem: Teoria e Técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LARA, Marilda. *Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária*. Ciência da Informação, Brasília, DF, 33.2, 10 12 2004. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=304>. Acesso em: 22/07/ 2005.

LAVOINNE, Yves. "Le journaliste saisi par la communication". In: Martin, 1991, op.cit.

LE COADIC, Yves-François. *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 1996.



LETRIA, José J. & GOULÃO, José. *Noções de Jornalismo*. 2 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Editora UnB. Brasília: 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. Série Comunicação e Jornalismo. 2ª edição. Hacker Editores, 2002 São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo fin-de-siècle*. 1ª ed. São Paulo, Scritta, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.260 p.

MARSHALL, Leandro. *Jornalismo transgênico*. Congresso Intercom. Campo Grande, (MS), 2001.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1998. 400 p.

MAURICIO, Patrícia. *O personagem econômico: um contraponto emocional à linguagem racional do jornalismo*. ALCEU- vol.4- n.7- p.99-114-jul./dez.2003

MEDEIROS, M. B. B. *Levantamento e análise da terminologia brasileira em Ciência da Informação*. Brasília, UnB, 1984. Dissertação de Mestrado.

MEDINA, Cremilda. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

MIKHAILOV, I., CHERNYL, I., GILYAREVSKII, R.S. *Informatics: its scope and methods*. In *FID/RI, International Federation for Documentation. Study Committee Research Theoretical Basics of Information. On Theoretical Problems of Information*. Moscou, ALL- Union for Scientific and Theoretical Information 1969(FID 435).

MINAYO, Maria Cecília de S.. *Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

NASSIF, Luís. Crise Econômica ou crise no jornalismo econômico? In: Seminário de Comunicação Banco do Brasil.. Brasília. 2001.p.97-108.

NJAINE, K. *Comunicação e Transferência da Informação na Prática Interdisciplinar da Pesquisa — o Centro Latino-Americano de Estudos Sobre a Violência e Saúde (Claves/Ensp/Fiocruz)* (Profª Dr. Regina Maria Marteleto, orientadora). Tese de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.1994. 135p.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. In: *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol.3, nº2, julho-dezembro de 1998,p.137-146. Belo Horizonte.

ORRICO, E. G. D. *Interdisciplinaridade: Ciência da Informação- Lingüística. Ciência da Informação Ciências Sociais e Interdisciplinaridade*, Brasília / Rio de Janeiro, p. 143-154, 1999.

PEDROSO, Rosa Nívea. Considerações sobre produção, discurso e análise em jornalismo. [online]. Disponível na Internet via WWW. URL:

<<http://www.saladeprensa.org/art601.htm>>. Abril 2005, Año VI, Vol. 3. Acesso em 16/07/2005.

PIMENTEL, Fernanda. "Jornalismo Econômico". In: *1000 Perguntas-Jornalismo*, Rio de Janeiro, Editora Rio, 2005.

PINHEIRO, L.V.R., LOUREIRO, J.M.M. 1995. Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p.42-53, 1995.

QUINTÃO, Ayle-Salassie Filgueiras. *O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1974. 213 p.

REY, Alain. *La terminologie: noms et notions*. Deuxième édition. Paris: Presse Universitaire de France, 1979.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985. 285 p.

RONDEAU, Guy. *Introduction à la Terminologie*. Deuxième édition. Paris: Gaetan Morin, 1984.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 119 p.

SAGER, Juan. *A practical course in Terminology Processing*. Amsterdam/Philadelphia, 1990.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. 1 ed. São Paulo: Editora Record, 2005.

SARACEVIC, T. Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*.v.50, 1999, p.1051-1063 (*Apud* HAWKINS, Donald T. *Op.cit*).

SARCINELLI, José Antonio. *Jornalismo Econômico. A sedução do poder. Mirandum - Estudos e Seminários*. ANO I No. 3 Set-Dez 97.

SETTI, Ricardo A. *O jornalismo político exclui o grande público*. [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.unb.br/ceam/nemp/artigo6.htm>. Acesso em 17/07/2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade, In: Sá, Jeanete L. Martins de (org) . *Serviço Social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão*. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SCHMIDT, B.B. “Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. In: *Estudos históricos*, vol. 10, n. 19, Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, Jaqueline de Paiva e. *A Broadcast, o mercado financeiro e a cobertura de economia da grande imprensa*. Brasília: UnB, 2002. Dissertação (Mestrado em

Comunicação), Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2002.

SPARCK JONES, Karen; KAY, Martin. *Linguistics and information science*. New York: Academic Press, 1973. 244 p.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987. 243p.

VERÓN, E. "Le hibou". In: *Communications*, 28, Paris: Seuil, 1978. "Quand lire c'est faire". In: *Semiotique II*, Paris: IREP, 1983.

## **ANEXOS**

### **Anexo 1-**

#### **Palavras coletadas CORREIO DO ESTADO**

##### **JANEIRO**

24/01/2005

superávit

20/01/2005

IPCA

Copom

18/01/2005

IPCA

11/01/2005

papel

IPC

03/01/2005

IPC

déficit

##### **FEVEREIRO**

26/02/2005

déficit

18/02/2005

IPC

IPCA

Selic

15/02/2005

câmbio

papel

superávit

10/02/2005

superávit

IGP-DI

05/02/2005

câmbio

IGP-DI

IPC

Papel

03/02/2005

Copom

Selic

papel

01/02/2005

câmbio

risco Brasil

commodities

##### **MARÇO**

31/03/2005

liquidez

IPCA

30/03/2005

déficit

superavitários

IPCA

CMNI

Copom

Selic

29/03/2005

superávit

PIB

e-commerce

crescimento nominal

e-bit

déficit

26/03/2005

Copom

Selic

risco para a inflação

autoridade monetária

papel

IPC

FCO

Taxa projetada

Inflação projetada

21/03/2005

superávit

17/03/2005

cartel

Copom

Selic

autoridade monetária

IPCA

15/03/2005

ICMS

Valor adicionado

Receita própria

ICMS

Copom

Projeções de inflação

IPCA

Selic	26/04/2005
PIB	papel
11/03/2005	queda
déficit	cotação
Copom	acumula baixa
08/03/2005	ingresso de divisas
déficit	risco Brasil
Selic	superávit
07/03/2005	ativos
déficit	taxa básica de juros
cartelização	Copom
câmbio	Spreads
03/03/2005	câmbio
contratos swap cambial	incentivos fiscais
swaps de câmbio	23/04/2005
Refis Municipal	déficit
Taxa de juros de longo prazo	papel
FED	21/04/2005
02/03/2005	focus
IGP-DI	inflação acumulada
PIB	mercado em alta
Commodities	Copom
Compra de divisas	Taxa básica de juros
Divisas	Taxa Selic
<b>ABRIL</b>	Viés
30/04/2005	Acumulado
alíquotas	PIB
volatilidade	Preços administrados
queda	Preços livres
alta	IGPM
liquidez	Indexador dos preços administrados
subsídios	Controle inflacionário
27/04/2005	Bens de consumo duráveis
liminares	Potencial de mercado
requerimento	Demanda de investimento
superávit	Câmbio
acumulado	IPCA
desempenho positivo	Papel
imunidade fiscal plana	18/04/2005
bens	câmbio
ativo fixo	17/04/2005
desoneração	papel
valor agregado	Superávit
expectativas de juros	Balança
papel	Risco país
IPCA	Política monetária
Copom	Selic

16/04/2005  
 Bovespa  
 Papel  
 liquidez  
 13/04/2005  
 Cosip  
 liquidez  
**MAIO**  
 28/05/2005  
 déficit  
 COPOM  
 Selic  
 IGP-M  
 IPCA  
 índice Dow Jones  
 Nasdaq  
 Papel  
 27/05/2005  
 papel  
 21/05/2005  
 lucro líquido  
 ativos  
 front interno  
 IED - Investimentos de Estrangeiros  
 Diretos  
 PIB  
 Alíquotas  
 Dividendos  
 20/05/2005  
 Cofins  
 CSLL  
 Liquidez  
 19/05/2005  
 liquidez  
 Selic  
 Copom  
 18/05/2005  
 câmbio  
 17/05/2005  
 Copom  
 13/05/2005  
 superávit primário  
 superávit nominal  
 déficit  
 sazonal  
 royalties  
 commodities

11/05/2005  
 Selic  
 papel  
 câmbio  
 Copom  
 10/05/2005  
 câmbio  
 Selic  
 superávit  
 03/05/2005  
 papel  
**JUNHO**  
 30/06/2005  
 PIB  
 papel  
 Déficit  
 Crescimento acumulado  
 Recuo  
 Traveller check  
 Risco país  
 Embi +  
 C-bond  
 Valor de face  
 PIS  
 ICMS  
 Royalties  
 29/06/2005  
 papel  
 títulos da dívida  
 bônus  
 papéis de taxa fixa  
 fundos de pensão estrangeiros  
 royalties  
 câmbio  
 28/06/2005  
 saque  
 câmbio  
 juros fixos  
 abonos  
 tomador  
 divisa norte-americana  
 superávit  
 saldo de balança  
 blue chips  
 aumento linear  
 IGP-DI

27/06/2005  
alíquotas  
Selic  
Pregão  
Crescimento nominal  
Índices inflacionários  
Cofins  
CSLL  
26/06/2005  
lucro líquido  
incentivo fiscal  
25/06/2006  
decrécimo  
24/06/2006  
cartel  
ICMS  
PIS  
Cofins  
23/06/2005  
índice Dow Jones  
Nasdaq  
Ibovespa  
Papéis ordinários  
22/06/2005  
tarifaço  
PIS  
Cofins  
Fisco  
Isenção fiscal  
ICMS  
Alíquota  
Massa falida  
21/06/2005  
superávit  
saldo acumulado  
desembolsos do BNDES  
enquadramentos (BNDES)  
ICMS  
Alíquota  
19/06/2005  
FGTS  
títulos da dívida pública  
colchão de liquidez  
superávit primário  
papel  
16/06/2005  
reservas de títulos

IGP-DI  
Alíquota  
Saídas  
Volatilidade  
Copom  
IPCA  
PIB  
Ipea  
câmbio  
14/06/2005  
PIB  
Cofins  
IRF  
Selic  
07/06/2005  
focus  
receita bruta  
alíquotas  
IPCA  
Selic  
IGP-DI  
IGP-M  
Superávit comercial  
Índice dessazonalizado  
Copom  
04/06/2005  
Treasuries  
Front interno  
Traveller check  
Deflação  
IPA  
Suplementação orçamentária  
Taxação  
IDPH  
Royalties  
Papel  
liquidez  
02/06/2005  
superávit  
**O ESTADO MS**  
**JANEIRO**  
25/01/2005  
Selic  
Copom  
IPCA  
PIB  
Superávit



Balança comercial  
Queda acumulada  
24/01/2005  
Copom  
22/01/2005  
IGPM  
IPC  
IPC-S  
IPA  
Copom  
INCC  
Fundos de renda fixa  
Procon  
Dieese  
20/01/2005  
Cofins  
IPI  
Selic  
IPCA  
FED  
PIB  
IPCA  
18/01/2005  
PIB  
Superávit  
Selic  
Copom  
Papel  
IPCA  
14/01/2005  
título  
acumulação de reservas  
superávit primário  
IGP-M  
Selic  
CMN  
IPCA  
11/01/2005  
superávit  
06/01/2005  
fluxo cambial positivo  
fundos de renda fixa  
FED  
CMN  
Variações cambiais  
IPC  
03/01/2005

PIB  
Superávit  
Liquidez internacional  
CNI  
Dieese  
**FEVEREIRO**  
26/02/2005  
captação líquida dos fundos de renda  
fixa  
IPCA-15  
24/02/2005  
risco país  
CSLL  
18/02/2005  
Selic  
Captação líquida  
C-Bond  
FED  
Risco Brasil  
Copom  
Títulos da dívida externa  
15/02/2005  
Copom  
Focus  
IPCA  
IPCA-15  
Superávit acumulado  
Juros médios  
Captação líquida  
Selic  
10/02/2005  
IPCA  
IPC-Fipe  
IGP-M  
PIB  
IGP-DI  
Selic  
Copom  
Balança comercial  
Risco país  
Mercado de fundos  
05/02/2005  
SELIC  
IGP-DI  
Recuou  
FGTS  
03/02/2005

Superávit	Copom
Bens duráveis	IPCA
Fundos de renda fixa	Acumulado
Captação líquida	15/03/2005
Dessazonalizados	superávit comercial
01/02/2005	superávit acumulado
Copom	Leilões de swap cambial
Selic	Subir a Ptax
Superávit	FED
IPCA	CSLL
Secex	focus
<b>MARÇO</b>	11/03/2005
31/03/2005	PIB
PIB	IPA
CMN	IGP-M
Liquidez internacional	Custo Brasil
CSLL	08/03/2005
30/03/2005	joint venture
IPCA	risco Brasil
Copom	título da dívida externa
29/03/2005	07/03/2005
Selic	PIS
Copom	Cofins
IPCA	indexador
IGP-DI	IGP-DI
Superávit primário	03/03/2005
PIB	IPCA
CSLL	fundo de pensão
26/03/2005	preços médios
exportações intrazona	commodities
cambio flutuante	02/03/2005
risco Brasil	PIB
patamar	Taxa básica da economia brasileira
FED	01/03/2005
Pregões	IPC-S
Emissão de bônus	Spread
C-Bond	Capital de juro
Papéis brasileiros	Fundos de renda fixa
Fuga de capitais	Tag along
IPCA	<b>ABRIL</b>
17/03/2005	30/04/2005
risco Brasil	PIB
ICMS	Fluidos de pensão
SDE	COPOM
Front externo	27/04/2005
Patamares	microcredito
Selic	Selic

Copom	28/05/2005
Déficit	Copom
26/04/2005	Selic
desaceleração	Autoridade monetária
superávit	IPCA
commodities	Bônus global 2034
patamares	Títulos da dívida externa
recuo no saldo	Dumping
23/04/2005	Antidumping
superávit	27/05/2005
OPEP	acumulado
Copom	déficit
Selic	Copom
Renda fixa	21/05/2005
Déficit	Fed
21/04/2005	Índice Dow Jones
spreads	Wall Street
Bird	20/05/2005
Copom	CSLL
Selic	Copom
Viés	Selic
Autoridade monetária	IGP-M
18/04/2005	INCC
market share	Superávit
superavit	19/05/2005
IPCA	Copom
CMN	Selic
Crédito	IPCA
Selic	PIB
Copom	Royalties
PIB	YPBF
17/04/2005	18/05/2005
PGBL	IGP-10
VGBL	IGPM
16/04/2005	IPA
Cofins	Copom
CSLL	Selic
Alíquota	“hedge funds”
Perda acumulada	17/05/2005
Queda acumulada	fuga de fundos
Déficit	high yield
Antidumping	fluxo negativo
13/04/2005	13/05/2005
PIB	déficit
Cambio	IPA
Demanda reprimida	IPC
<b>MAIO</b>	IGP-M

INCC	25/06/2005
PIS	Selic
Cofins	PIB
11/05/2005	VBP
Selic	Copom
Delivery	Concordata
Bônus global 2019	24/06/2005
Papéis	Selic
Titulos da dívida externa	IPCA
Spreads	Copom
Pontos-base	Cambio fixo
10/05/2005	Cambio controlado
lobby	23/06/2005
déficit	alíquota
Selic	pauta fiscal
Deficitária	salvaguardas
Superávit comercial	emissão de títulos
03/05/2005	acumulados
alíquota	Cofins
déficit nominal	IPI
superávit primário	22/06/2005
superávit comercial	alíquota
aliança estratégica bilateral	IPA
FMI	Deflação
Default	21/06/2005
Dessazonalizado	ativos
Anotações negativas	19/06/2005
Transações correntes	Copom
Superavitário	Selic
<b>JUNHO</b>	Superávit
30/06/2005	16/06/2005
Pis/ Pasep	papel
FAT	superávit
Rais	14/06/2005
29/06/2005	FCO
IGP-M	Superávit primário
Front externo	Selic
28/06/2005	Copom
superávit commercial	IOF
IPCA	07/06/2005
PIB	superávit comercial
27/06/2005	04/06/2005
IPCA	IPV
Selic	02/06/2005
26/06/2005	superávit comercial
Selic	Serasa
Copom	Fatores sazonais

## **Anexo 2**

Análise de denominação de conceitos de acordo com Sager (1990):

### **Termos**

ACUMULADO- derivação  
ALÍQUOTA- derivação  
ALTA- polissemia  
ANTIDUMPING- derivação ( anti), empréstimo  
ATIVO- polissemia  
AUMENTO LINEAR- composição  
AUTORIDADE MONETÁRIA-composição  
BALANÇA COMERCIAL- composição  
BIRD- compressão  
BLUE CHIPS- empréstimo, neologismo  
BÔNUS- polissemia,  
BOVESPA- compressão  
CAMBIAL- derivação  
CAMBIO- polissemia  
CAMBIO CONTROLADO- composição  
CAMBIO FIXO- composição  
CAMBIO FLUTUANTE- composição  
CAPTAÇÃO LÍQUIDA- composição  
C-BOND- compressão, empréstimo  
CMN- compressão  
CMNI- compressão  
CNI- compressão  
COFINS- Compressão  
COLCHÃO DE LIQUIDEZ- composição  
COMMODITIES- empréstimo  
CONCORDATA- derivação  
COPOM- compressão  
COSIP- compressão  
COTAÇÃO- derivação  
CSLL- compressão  
CUSTO BRASIL- neologismo  
DECRÉSCIMO- derivação  
DEFAULT- empréstimo, polissemia  
DÉFICIT - empréstimo  
DEFICITÁRIA- derivação  
DEFLAÇÃO- derivação  
DELIVERY- empréstimo  
DEMANDA DE INVESTIMENTO- composição  
DEMANDA REPRIMIDA-composição  
DESACELERAÇÃO- derivação  
DESONERAÇÃO- derivação  
DESSAZONALIZADO- derivação

DIEESE- compressão  
DIVIDENDO- derivação  
DIVISA- polissemia  
DUMPING- empréstimo  
E-BIT- empréstimo, compressão  
EMBI - empréstimo  
EMISSÃO DE BÔNUS- neologismo  
EMISSÃO DE TÍTULOS- neologismo  
ENQUADRAMENTO- derivação  
EXPORTAÇÕES INTRAZONA- composição  
FCO- compressão  
FED- compressão  
FGTS- compressão  
FISCO- compressão  
FLUIDOS DE PENSÃO- neologismo, polissemia  
FLUXO CAMBIAL- composição  
FLUXO NEGATIVO- composição  
FMI- compressão  
FOCUS- compressão, polissemia  
FRONT EXTERNO- empréstimo, neologismo  
FUGA DE CAPITAIS- composição, polissemia  
FUGA DE FUNDOS- composição, polissemia  
FUNDO DE PENSÃO- neologismo, polissemia  
FUNDOS DE RENDA FIXA - neologismo, polissemia  
HEDGE FUNDS- empréstimo  
HIGH YIELD- empréstimo  
IBOVESPA- derivação  
ICMS- compressão  
IGP-DI- compressão  
IGP-M- compressão  
INCC- compressão  
INCENTIVO FISCAL- composição  
INDEXADOR- derivação  
ÍNDICE DESSAZONILAZADO- composição  
ÍNDICE DOW JONES- neologismo  
ÍNDICES INFLACIONÁRIOS- composição  
INFLAÇÃO ACUMULADA - composição  
INFLAÇÃO PROJETADA- composição  
INGRESSO DE DIVIDENDOS- neologismo  
IOF- compressão  
IPA- compressão  
IPC- compressão  
IPCA- compressão  
IPC-FIPE- compressão  
IPCS- compressão  
IPEA- compressão  
IPI- compressão

IPV- compressão  
IRF- compressão  
JOINT VENTURE- empréstimo  
JUROS FIXOS- composição  
LEILÕES DE SWAP CAMBIAL- empréstimo, neologismo  
LIQUIDEZ INTERNACIONAL- derivação, neologismo  
LUCRO LÍQUIDO- composição, polissemia ( líquido)  
MARKET SHARE- empréstimo  
MASSA FALIDA- polissemia( massa) neologismo  
MERCADO EM ALTA- neologismo  
MICROCREDITO- derivação  
NASDAQ- compressão  
OPEP- compressão  
PAPÉIS- polissemia  
PAPÉIS BRASILEIROS- neologismo  
PAPÉIS DE TAXA FIXAS- neologismo  
PAPÉIS ORDINÁRIOS- neologismo  
PAUTA FISCAL- neologismo  
PERDA ACUMULADA- composição  
PGBL- compressão  
PIB- compressão  
PIS- compressão  
POLÍTICA MONETÁRIA - composição  
PREÇOS ADMINISTRADOS- composição  
PREÇOS LIVRES- composição  
PREÇOS MÉDIOS- composição  
PREGÃO- polissemia  
PROCON - compressão  
PROJEÇÃO DE INFLAÇÃO -composição  
PTAX- compressão , empréstimo  
QUEDA- polissemia  
QUEDA ACUMULADA- polissemia, composição  
RAIS- compressão  
RENDA FIXA- polissemia  
RISCO BRASIL- polissemia  
RISCO PAÍS- polissemia, neologismo  
ROYALTIES- empréstimo  
SAÍDAS -polissemia  
SALDO ACUMULADO- composição  
SALDO DE BALANÇA- neologismo  
SAZONAL- derivação  
SDE- compressão  
SELIC- compressão  
SPREAD- empréstimo  
SUBSÍDIO- derivação  
SUPERÁVIT- empréstimo  
SUPERÁVIT ACUMULADO- empréstimo, composição

SUPERÁVIT COMERCIAL- empréstimo, composição  
SUPERÁVIT NOMINAL- empréstimo, composição  
SUPERÁVIT PRIMÁRIO- empréstimo, composição  
SUPERAVITÁRIO- derivação – empréstimo, composição  
SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIO- derivação, composição  
SWAPS DE CAMBIO- empréstimo, neologismo  
TAG ALONG- empréstimo  
TARIFAÇO- derivação  
TAXA BÁSICA- composição  
TAXA BÁSICA DE JUROS- composição  
TAXA PROJETADA- composição  
TAXA SELIC- composição  
TAXAÇÃO- derivação  
TÍTULO- polissemia  
TÍTULO DA DÍVIDA- polissemia  
TRAVELLER CHECK- empréstimo  
TREASURIES- empréstimo  
VALOR ADICIONADO- composição  
VALOR AGREGADO- composição  
VALOR DE FACE- composição  
VBP- compressão  
VGBL- compressão  
VIÉS- polissemia  
VOLATILIDADE- derivação  
WALL STREET- empréstimo



### Anexo 3

Tabela da relação conceito- denominação proposta por Cabré (1993):

	Termo	Polissemia	Homografia	Sinonímia			Den/Definicao
				Sigla	Abreviação	Outras Línguas	
001	ACUMULADO	-	-	-	-	-	-
002	ALÍQUOTA	-	-	-	-	-	-
003	ALTA	X	X	-	-	-	-
004	ANTIDUMPING	-	-	-	-	X	-
005	ATIVOS	X	X	-	-	-	-
006	AUMENTO LINEAR	-	-	-	-	-	-
007	AUTORIDADE MONETÁRIA	-	-	-	-	-	-
008	BENS	-	-	-	-	-	-
009	BALANÇA Comercial	-	X	-	-	-	-
010	BIRD	-	X	X	-	-	-
011	BLUE CHIPS	-	-	-	-	X	-
012	BÔNUS	-	X	-	-	-	-
013	BOVESPA	-	-	X	-	-	-
014	CAMBIAL	-	-	-	-	-	-
015	CAMBIO	-	X	-	-	-	-
016	CAMBIO CONTROLADO	-	X	-	-	-	-
017	CAMBIO FIXO	-	X	-	-	-	-
018	CAMBIO FLUTUANTE	-	X	-	-	-	-
019	CAPTAÇÃO LÍQUIDO	-	X	-	-	-	-
020	CARTEL	-	-	-	-	-	-
021	C-BOND	-	-	-	X	X	-
022	CMN	-	-	X	-	-	-
023	CMNI	-	X	X	-	-	-
024	CNI	-	X	X	-	-	-
025	COFINS	-	-	X	-	-	-
026	COLCHÃO DE LIQUIDEZ	-	X	-	-	-	-
027	COMMODITIES	-	-	-	-	X	-
028	CONCORDATA	-	-	-	-	-	-
029	COPOM	-	-	X	-	-	-
030	COSIP	-	-	X	-	-	-
031	COTAÇÃO	-	-	-	-	-	-
032	CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
033	CSSL	-	-	X	-	-	-
034	CUSTO BRASIL	-	-	-	-	-	-
035	DECRÉSCIMO	-	-	-	-	-	-
036	DEFAULT	-	-	-	-	X	-
037	DÉFICIT	-	-	-	-	X	-
038	DEFICITÁRIA	-	-	-	-	-	-
039	DEFLAÇÃO	-	-	-	-	-	-
040	DELIVERY	-	-	-	-	X	-

	Termo	Polissemia	Homografia	Sinonímia			Den/Definicao
				Sigla	Abreviação	Outras Línguas	
041	DEMANDA DE INVESTIMENTO	-	X	-	-	-	-
042	DEMANDA REPRIMIDA	-	X	-	-	-	-
043	DESACELERAÇÃO	-	X	-	-	-	-
044	DESONERAÇÃO	-	-	-	-	-	-
045	DESSAZONALIZADO	-	-	-	-	-	-
046	DIEESE	-	-	X	-	-	-
047	DIVIDENDO	-	-	-	-	-	-
048	DIVISA	-	X	-	-	-	-
049	DUMPING	-	-	-	-	X	-
050	E-BIT	-	-	-	-	X	-
051	EMBI	-	-	X	-	X	-
052	EMIÇÃO DE BÔNUS	-	X	-	-	-	-
053	EMIÇÃO DE TÍTULOS	-	X	-	-	-	-
054	ENQUADRAMENTO	-	X	-	-	-	-
055	EXPORTAÇÕES INTRAZONA	-	-	-	-	-	-
056	FCO	-	-	X	-	-	-
057	FED	-	-	X	-	-	-
058	FGTS	-	-	X	-	-	-
059	FISCO	-	-	-	X	-	-
060	FLUIDOS DE PENSÃO	-	-	-	-	-	-
061	FLUXO CAMBIAL	-	X	-	-	-	-
062	FLUXO NEGATIVO	-	X	-	-	-	-
063	FMI	-	-	X	-	-	-
064	FOCUS	-	-	-	-	-	-
065	FRONT EXTERNO	-	-	-	-	-	-
066	FUGA DE CAPITAIS	-	X	-	-	-	-
067	FUGA DE FUNDOS	-	X	-	-	-	-
068	FUNDO DE PENSÃO	-	X	-	-	-	-
069	FUNDO DE RENDA FIXA	-	X	-	-	-	-
070	HEDGE FUNDS	-	-	-	-	X	-
071	HIGH YIELD	-	-	-	-	X	-
072	IBOVESPA	-	-	-	-	-	-
073	ICMS	-	-	X	-	-	-
074	IGP-DI	-	-	X	-	-	-
075	IGP-M	-	-	X	-	-	-
076	INCC	-	-	X	-	-	-
077	INCENTIVO FISCAL	-	-	-	-	-	-
078	INDEXADOR	-	-	-	-	-	-
079	ÍNDICE DESSAZONALIZADO	-	X	-	-	-	-
080	ÍNDICE DOW JONES	-	X	-	-	-	-
081	ÍNDICES INFLACIONÁRIOS	-	X	-	-	-	-
082	INFLAÇÃO ACUMULADA	-	X	-	-	-	-
083	INFLAÇÃO PROJETADA	-	X	-	-	-	-

	Termo	Polissemia	Homografia	Sinonímia			Den/Definicao
				Sigla	Abreviação	Outras Línguas	
084	INGRESSO DE DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	-
085	IOF	-	-	X	-	-	-
086	IPA	-	-	X	-	-	-
087	IPC	-	-	X	-	-	-
088	IPCA	-	-	X	-	-	-
089	IPC-FIPE	-	-	X	-	-	-
090	IPCS	-	-	X	-	-	-
091	IPEA	-	-	X	-	-	-
092	IPI	-	-	X	-	-	-
093	IPV	-	-	X	-	-	-
094	IRF	-	-	X	-	-	-
095	JOINT VENTURE	-	-	-	-	X	-
096	JUROS FIXOS	-	-	-	-	-	-
097	LEILÕES DE SWAP CAMBIAL	-	-	-	-	-	-
098	LIQUIDEZ INTERNACIONAL	-	-	-	-	-	-
099	LUCRO LÍQUIDO	-	-	-	-	-	-
100	MARKET SHARE	-	-	-	-	X	-
101	MASSA FALIDA	-	-	-	-	-	-
102	MERCADO EM ALTA	-	-	-	-	-	-
103	MICROCRÉDITO	-	-	-	-	-	-
104	NASDAQ	-	-	-	-	-	-
105	OPEP	-	-	X	-	-	-
106	PAPÉIS BRASILEIROS	-	X	-	-	-	-
107	PAPÉIS DE TAXA FIXAS	-	X	-	-	-	-
108	PAPÉIS ORDINÁRIOS	-	X	-	-	-	-
109	PAPEL	X	X	-	-	-	-
110	PATAMARES	-	-	-	-	-	-
111	PAUTA FISCAL	X	X	-	-	-	-
112	PERDA ACUMULADA	-	-	-	-	-	-
113	PGBL	-	-	X	-	-	-
114	PIB	-	-	X	-	-	-
115	PIS	-	-	-	-	-	-
116	POLÍTICA MONETÁRIA	-	-	-	-	-	-
117	PREÇOS ADMINISTRADOS	-	X	-	-	-	-
118	PREÇOS LIVRES	-	X	-	-	-	-
119	PREÇOS MÉDIOS	-	X	-	-	-	-
120	PREGÃO	-	-	-	-	-	-
121	PROCON	-	-	-	X	-	-
122	PROJEÇÃO DE INFLAÇÃO	-	-	-	-	-	-
123	PTAX	-	-	-	X	X	-
124	QUEDA	-	-	-	-	-	-
125	QUEDA ACUMULADA	-	-	-	-	-	-
126	RAIS	-	-	-	X	-	-
127	RENDA FIXA	-	-	-	-	-	-

128	RISCO BRASIL	-	-	-	-	-	X
129	RISCO PAÍS	-	-	-	-	-	X
130	ROYALTIES	-	-	-	-	X	-
	<b>Termo</b>	<b>Polissemia</b>	<b>Homografia</b>	<b>Sinonímia</b>			
				<b>Sigla</b>	<b>Abreviação</b>	<b>Outras Línguas</b>	<b>Den/Definicao</b>
131	SAÍDAS	-	-	-	-	-	-
132	SALDO ACUMULADO	-	X	-	-	-	-
133	SALDO DE BALANÇA	-	X	-	-	-	-
134	SAZONAL	-	-	-	-	-	-
135	SDE	-	-	X	-	-	-
136	SECEX	-	-	X	-	-	-
137	SELIC	-	-	X	-	-	-
138	SPREAD	-	-	-	-	X	-
139	SUBSÍDIOS	-	-	-	-	-	-
140	SUPERÁVIT	-	X	-	-	-	-
141	SUPERÁVIT ACUMULADO	-	X	-	-	-	-
142	SUPERÁVIT COMERCIAL	-	X	-	-	-	-
143	SUPERÁVIT NOMINAL	-	X	-	-	-	-
144	SUPERÁVIT PRIMÁRIO	-	-	-	-	-	-
145	SUPERAVITÁRIO	-	-	-	-	-	-
146	SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIO	-	-	-	-	-	-
147	SWAPS DE CAMBIO	-	-	-	-	X	-
148	TAG ALONG	-	-	-	-	X	-
149	TARIFAÇO	-	-	-	-	-	-
150	TAXA BÁSICA	-	X	-	-	-	X
151	TAXA BÁSICA DE JUROS	-	X	-	-	-	X
152	TAXA PROJETADA	-	X	-	-	-	-
153	TAXA SELIC	-	-	-	-	-	X
154	TAXAÇÃO	-	-	-	-	-	-
155	TÍTULO	-	X	-	-	-	-
156	TÍTULO DA DÍVIDA	-	X	-	-	-	-
157	TRAVELLER CHECK	-	-	-	-	X	-
158	TREASURIES	-	X	-	-	X	X
159	VALOR ADICIONADO	-	X	-	-	-	-
160	VALOR AGREGADO	-	X	-	-	-	-
161	VALOR DE FACE	-	X	-	-	-	-
162	VBP	-	-	X	-	-	-
163	VGBL	-	-	X	-	-	-
164	VIÉS	-	-	-	-	-	-
165	VOLATILIDADE	-	-	-	-	-	-
166	WALL STREET	-	-	-	-	X	-

## **Anexo 4- Glossário dos termos econômicos**

ACUMULADO- Definição não encontrada

ALÍQUOTA- Porcentual de incidência de tributo sobre a base de cálculo de coisa a tributar.

ALTA- Tendência de mercado em que os preços atuais de ativos, títulos e valores mobiliários são mais altos que os anteriores.

Mercados em alta podem ocasionar situação de baixa em outros mercados.

Exemplo: alta no mercado de ações pode ocasionar baixa no mercado de câmbio

ANTIDUMPING- Definição não encontrada

ATIVO -1) Bens, direitos, créditos e valores pertencentes a uma empresa ou pessoa;

2) títulos, valores mobiliários e outros instrumentos financeiros de emissor público ou privado

AUTORIDADE MONETÁRIA- Conjunto de autarquias e instituições que normatiza, fiscaliza e executa a administração financeira e monetária do país, Estado ou município. Arrecada tributos, fiscaliza e distribui bens públicos, contabiliza as finanças estatais

BALANÇA COMERCIAL -Relação entre importações e exportações de bens de um país num prazo determinado. Pode ser deficitária (importações maiores que exportações) ou superavitária, no caso contrário.

BEM DE CONSUMO DURÁVEL- Bem de consumo com prazo longo de utilização (automóvel, TV etc.

BIRD- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -Instituição pública internacional, concede recursos a governos e a grandes empresas, mediante garantias oficiais, para projetos de desenvolvimento econômico e assistência técnica.

BLUE CHIP- 1) Ação de companhia de grande porte, com grande liquidez no mercado de ações.

2) conjunto das ações mais negociadas numa Bolsa de Valores

3) ação de companhia reconhecida nacionalmente, com administradores e produtos reputados no mercado, com larga tradição de lucratividade e distribuição de resultados compensadores aos acionistas.

BÔNUS- Obrigações de renda fixa, similares às notas promissórias, que são emitidas por empresas, bancos ou governos . Um bônus é um certificado de dívida no qual o emissor se compromete a pagar um montante específico de juros em intervalos pré-determinados durante um período de tempo, além de pagar também o montante da emissão na data de vencimento. Como o bônus é um instrumento de dívida (renda fixa), o comprador é um credor da empresa, e não um acionista como no caso do comprador de ações.

BOVESPA- Bolsa de Valores de São Paulo

CAMBIAL- 1) Relativo a câmbio; 2) relativo a títulos cambiais, como a letra de câmbio e a nota promissória. Alguns autores incluem a duplicata e o cheque nesta classificação.

CAMBIO- 1) Operação financeira em que há compra ou venda de moeda estrangeira; 2) relação entre valores de duas ou mais moedas nacionais

CAMBIO CONTROLADO-câmbio controlado (onde poderia haver "escassez de divisas", um conceito absolutamente inútil nos dias de hoje) .

CAMBIO FIXO- Política cambial em que se atrela a moeda nacional a uma moeda forte como o dólar. Banco central assume o papel de caixa de conversão, trocando moeda local por dólar a uma taxa fixa.

CAMBIO FLUTUANTE- Política cambial em que a moeda varia de acordo com oferta e procura de moeda conversível (normalmente dólar), que pode ser consequência de fundamentos da economia ou de tensões internacionais.

CAPTAÇÃO- Operação que tem por objetivo captar recursos, através de:

a) venda de investimentos; b) realização de operação de crédito, como tomador

CARTEL- Acordo empresarial entre empresas com interesses comuns para a) controlar o mercado, impor preços ao mercado consumidor ou fixar quotas de produção, visando interesses comuns; b) administrar a atividade da concorrência

CARTELIZAÇÃO- Definição não encontrada

C-BOND- Atualmente é o mais líquido instrumento de dívida externa dentre todos os mercados emergentes. Foi emitido como parte da renegociação da dívida brasileira em 1994 (Plano Brady) e tem vencimento em 2014. Tem prazo de carência (não pagamento de parcelas de principal) até 2004, quando passa a pagar amortizações semestrais, e uma escala crescente de taxa de juros até 2001, quando são fixados em 8%. O nome 'Capitalization Bond' - Bônus de Capitalização, vem do fato de que parte dos juros nos primeiros seis anos são capitalizados. O C-Bond não tem garantia de principal ou juros.

CMN- - Conselho Monetário Nacional

CMNI- Acordo de transporte de mercadorias por navegação fluvial (CMNI

CNI- Confederação Nacional das Indústrias

COFINS- Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social

COLCHÃO DE LIQUIDEZ - Montante de recursos existentes, necessários para satisfazer obrigações financeiras

COMMODITIES ( plural de commodity)- Mercadoria

CONCORDATA - Meio legal para suspensão de declaração de falência, utilizado por empresas insolventes e de boa-fé. A empresa concordatária se obriga a liquidar suas dívidas, segundo o que for estipulado em sentença que concede o benefício.

COPOM - O Comitê de Política Monetária foi instituído em 20 de junho de 1996 com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa básica de juros. O Copom decide a meta da taxa Selic que deve vigorar no período entre suas reuniões e, em alguns casos, o seu viés. A taxa Selic é a média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação de Custódia (Selic) para títulos federais.

COSIP- Contribuição de Iluminação Pública.

COTAÇÃO - Preço de qualquer ativo submetido à oferta e procura, em negociações no mercado financeiro.

CRÉDITO- 1) Em finanças públicas, autorização de despesa;

2) contrato pelo qual uma instituição financeira empresta recursos mediante garantias formais;

- 3) o que uma instituição tem a haver de um devedor;
- 4) comutação de um bem presente por um bem futuro;
- 5) boa reputação;
- 6) lançamento contábil que representa a origem de um valor;
- 7) cessão de bem, serviço ou dinheiro, para pagamento futuro

CRESCIMENTO NOMINAL - Definição não encontrada

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

CUSTO BRASIL - Custo adicional das operações praticadas com contrapartes brasileiras se comparadas a operações equivalentes realizadas com contrapartes onde não se considera o risco país. EnFin. Decorre do conjunto dos fatores que agravam as relações de troca entre o Brasil e parceiros internacionais, desestimulam a atratividade de investimentos estrangeiros, encarecem o crédito e comprometem a confiabilidade que o país busca ter no mercado internacional.

Carga tributária, juros superdimensionados, logística deficiente, má administração monetária e desvalorização cambial estão entre os fatores que influenciam o custo Brasil.

DEFAULT- Atraso ou não pagamento de título ou cupom na data de vencimento do mesmo. Declaração de insolvência do devedor, decretada pelos credores quando as dívidas não são pagas nos prazos estabelecidos.

DÉFICIT- 1) Resultado negativo em conta de receita menos despesa.

2) resultado negativo em conta de exportações menos importações, ou entradas e saídas de capitais estrangeiros.

DEFLAÇÃO- Queda nos níveis de preços. O contrário de inflação, compromete a oferta de crédito

DELIVERY- Entrega de recursos ou ativos, por ocasião da liquidação.

EnFin. Alguns mercados têm exigências especiais para essa entrega.

DEMANDA - 1) Soma de ativos, títulos ou valores mobiliários que um conjunto de investidores está disposto a comprar, a determinado preço ou cotação; 2) procura por bens e serviços .

DEMANDA REPRIMIDA - Definição não encontrada

DESACELERAÇÃO- Definição não encontrada

DESONERAÇÃO- Definição não encontrada

DESSAZONALIZAÇÃO – Operação de retirada da sazonalidade, sito é, variações estacionais de uma série estatística.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIVIDENDO- Valor distribuído ao acionista como participação nos resultados da companhia. EnFin.O acionista tem direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, ou, se este for omissivo, metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) quota destinada à constituição da reserva legal;
- b) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores;
- c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

É distribuído aos acionistas, em dinheiro, na proporção da quantidade de ações possuídas.

O estatuto da companhia pode estabelecer o pagamento de dividendo de duas formas: a) dividendo fixo: corresponde a determinado percentual sobre o capital social ou sobre o lucro; b) dividendo mínimo: as ações preferenciais participam do lucro distribuído em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas últimas ter sido pago o mínimo.

DIVISAS- Valores em moedas estrangeiras. As reservas internacionais de um país (cheques, ordens de pagamento, ouro, letras e outros valores mobiliários em moeda forte) são suas divisas

DUMPING- Venda de produtos a preços mais baixos que os custos, para reduzir a concorrência e conquistar mais mercado.

E-BIT- Consultoria para compras online

EMBI+ - Emerging Markets Bond Index Plus. Índice para títulos públicos de países considerados como mercados emergentes. Indicador concebido e regularmente divulgado pelo banco JP Morgan. O sub-índice EMBI/Brazil é usado no cálculo do risco Brasil.

EMISSÃO DE BÔNUS- Definição não encontrada

EMISSÃO DE TÍTULOS- Colocação de títulos em circulação.

ENQUADRAMENTOS- Definição não encontrada

EXPORTAÇÕES INTRAZONA- Definição não encontrada

FCO-Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FED- Banco Central norte-americano. Uma de suas funções é realizar a custódia e liquidação financeira de operações com títulos em moeda estrangeira, em especial os "treasuries" e "agencies" americanos.

FGTS- Fundo, mantido junto à Caixa Econômica Federal, que contém os recursos dos depósitos efetuados por empregadores em favor de seus empregados, mensalmente, conforme direito assegurado na Constituição. Informações detalhadas devem ser obtidas junto à CEF.

FISCO- Designação genérica dos órgãos da administração pública encarregados da arrecadação de tributos

FLUIDOS DE PENSÃO- Definição não encontrada

FLUXO CAMBIAL- Definição não encontrada

FLUXO NEGATIVO- Definição não encontrada

FMI- Fundo Monetário Internacional

FOCUS- Nome do boletim- Boletim Focus- divulgado pelo Banco Central sobre análise de mercado e instituições financeiras.

FRONT EXTERNO- Definição não encontrada

FUGA DE CAPITAIS- Definição não encontrada

FUGA DE FUNDOS- Definição não encontrada

FUNDO DE PENSÃO- Entidade constituída por empresa ou grupo empresarial com objetivo de administrar planos de previdência complementar para seus funcionários. A entidade é responsável pela administração da carteira de investimentos dos benefícios oferecidos aos participantes.

O mesmo que EFPC - Entidade Fechada de Previdência Complementar.

FUNDOS DE RENDA FIXA - Fundo de investimento que busca retorno por meio de investimentos em ativos de renda fixa (sendo aceitos títulos sintetizados através do uso de derivativos). Excluem-se estratégias que impliquem em risco de índices de preço, de moeda estrangeira ou de renda variável (ações, etc.).



Devem manter, no mínimo, 80% de sua carteira em títulos públicos federais ou ativos com baixo risco de crédito. Não admite alavancagem.

HEDGE FUNDS- fundo hedge. Fundo de investimento de administração ativa, geralmente operado com agressividade, em busca de prêmio de risco elevado.

O termo hedge fund é fruto de uma classificação informal.

Nos Estados Unidos, os hedge funds não têm qualquer limitação na seleção do portfólio.

HIGH YIELD- alta taxa de retorno .Empréstimos realizados para empresas com rating abaixo de investment grade, com taxas de juros mais elevadas.

HOLDING - 1) Empresa que possui, como atividade principal, participação acionária majoritária em uma ou mais empresas; 2) empresa que possui a maioria das ações de outras empresas e que detém o controle de sua administração e políticas empresariais.

IBOVESPA- Índice de Lucratividade da Bolsa de Valores de São Paulo- Índice que mostra a variação das ações mais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. É o mais usado porque reflete o resultado do pregão.

ICMS- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações.

IGP-10- Índice Geral de Preços - 10

IGP-C- Índice Geral de Preços - Centrado

IGP-DI- Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

IGP-M- Índice Geral de Preços - Mercado

INCC- Índice Nacional de Custo da Construção

INCENTIVO FISCAL- Renúncia de parcela de tributos que incidem sobre universo de contribuintes, em troca de investimentos ou atividades que o governo pretende estimular. Pode beneficiar diretamente o contribuinte, pela isenção total ou parcial de um tributo, ou indiretamente, barateando os bens incentivados para consumo pela população.

INDEXADOR- Índice fixado para correção.

ÍNDICE DESSAZONILAZADO- Definição não encontrada

INDICE DOW JONES- Índice que mostra a variação das 30 ações mais negociadas na Bolsa de Nova York.

ÍNDICES INFLACIONÁRIOS- Definição não encontrada

Inflação - A inflação é usualmente conceituada como um aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços, que resulta em perda ininterrupta do poder aquisitivo da moeda. Altas esporádicas e localizadas em alguns preços, portanto, não podem ser qualificadas como um processo inflacionário. A inflação é medida por meio de índices calculados por entidades governamentais ou privadas.

INFLAÇÃO ACUMULADA - Definição não encontrada

INFLAÇÃO PROJETADA- Definição não encontrada

IOF- É tributo que compete à União, nos termos da Constituição. A Secretaria da Receita Federal é o órgão com atribuições para prestar esclarecimentos sobre os tributos federais

IPA- Índice de Preços por Atacado

IPC- Índice de Preços ao Consumidor

IPCA -Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI- (Imposto sobre Produtos Industrializados) - Criado em 1966, incide na produção de mercadorias no País. Este imposto é então embutido no preço do produto e pago pelo consumidor na hora da compra. A alíquota é variável. Artigos considerados supérfluos (como cigarros e bebidas) têm imposto mais alto. Para gêneros de primeira necessidade, o IPI é menor. Produtos de exportação estão isentos.

JOINT VENTURE- união de risco. Contrato entre partes para, em associação, desenvolver um projeto. Não configura uma fusão ou incorporação

JUROS FIXOS- São aqueles preestabelecidos para todo o prazo de financiamento, não podendo ser inferior à LIBOR correspondente ao prazo do financiamento, vigente na data do embarque dos bens ou do faturamento dos serviços.

LIQUIDEZ INTERNACIONAL- capacidade que um país tem de pagar seus débitos nos prazos estabelecidos em nível internacional.

LUCRO LÍQUIDO- Lucro bruto menos depreciação, despesas não operacionais, imposto de renda e participações diversas. A partir do lucro líquido calcula-se o dividendo a pagar.

MARKET SHARE- fatia de mercado. Índice de participação num mercado.

MASSA FALIDA- totalidade de direitos e obrigações de uma empresa que faliu. Os haveres de incorporam à falência para posterior distribuição entre os credores.

MERCADO EM ALTA- Definição não encontrada

MICROCREDITO- Programa de concessão de crédito que visa ao aumento da renda familiar de microempreendedores com baixos ganhos e com dificuldades de acesso ao crédito bancário, tanto para capital de giro como para capital fixo.

NASDAQ - Bolsa eletrônica com sistema computadorizado de negociação e divulgação de cotações de ações de mais de 5.000 empresas, com sede em Nova Iorque. Está em atividade desde os anos 1970, e concentra suas operações em ações de empresas de alta tecnologia

OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAPEL - Dólar negociado no mercado paralelo, para entrega física.

PAPÉIS BRASILEIROS- Definição não encontrada

PAPÉIS DE TAXA FIXAS- Definição não encontrada

PAPÉIS ORDINÁRIOS- Definição não encontrada

PAUTA FISCAL- Definição não encontrada

PERDA ACUMULADA- Definição não encontrada

PGBL- Plano Gerador de Benefício Livre. Fundo de previdência privada que não garante rendimento mínimo ao participante.

EnFin. Repasse dos rendimentos é integral, depois de deduzidos todos os custos.

Contribuições, até o limite de 12% da renda bruta, podem ser deduzidas do imposto de renda a pagar.

No momento do saque incide imposto de renda sobre o valor total do resgate.

Principais tipos de PGBL: a) composto: que aplica em títulos públicos federais e outros de renda fixa, e até 49% em renda variável; b) renda fixa: que aplica em títulos públicos federais e outros de renda fixa; c) soberano: que aplica em títulos públicos federais.

PIB- Produto Interno Bruto.

PIS- Programa de Integração Social.

POLÍTICA MONETÁRIA- Política governamental que define o controle da oferta de moeda e do crédito.

PREÇOS ADMINISTRADOS- Preço fixado ou controlado pelo governo.

Principais fatores levados em conta para fixação desses preços:

a) variação cambial

b) estímulos à produção

c) contenção do processo inflacionário

Exemplos: derivados de petróleo, ligações de energia elétrica, serviços de telecomunicações

PREÇOS LIVRES- Definição não encontrada

PREÇOS MÉDIOS- Média ponderada das cotações do ativo durante o dia.

Relaciona preços e volumes negociados

PREGÃO- 1) Variação de leilão, em que se negociam, verbalmente ou por meios eletrônicos, preços e quantidades dos ativos negociados. 2) sessão em que se efetuam negócios com ativos registrados em uma bolsa, diretamente na sala de negociações e/ou por sistemas de negociação eletrônica. 3) modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, promovida exclusivamente no âmbito da União, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública.

PROCON- Procuradoria do Consumidor

PROJEÇÃO DE INFLAÇÃO - Definição não encontrada

PTAX- Taxa de câmbio calculada ao final de cada dia; é a taxa média de todos os negócios com dólares realizados naquela data no mercado interbancário de câmbio, com liquidação em D2.

QUEDA ACUMULADA- Definição não encontrada

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais

RECEITA PRÓPRIA- Definição não encontrada

RECUO- Definição não encontrada

RENDA FIXA - Renda fixa são ativos aqueles cuja remuneração ou retorno de capital pode ser dimensionado no momento da aplicação. Os títulos de renda fixa são públicos ou privados, conforme a condição da entidade ou empresa que os emite. Como títulos de renda fixa públicos citam-se as Notas do Tesouro Nacional (NTN), os Bônus do Banco Central (BBC), os Títulos da Dívida Agrária (TDA), bem como os títulos estaduais e municipais. Como títulos de renda fixa privados, aqueles emitidos por instituições ou empresas de direito privado, citam-se as Letras de Câmbio (LC), os Certificados de Depósito Bancário (CDB), os Recibos de Depósito Bancário (RDB) e as Debêntures.

Equiparam-se a operações de renda fixa, para fins de incidência do imposto de renda na fonte, as operações de mútuo e de compra vinculada à revenda, no mercado secundário, tendo por objeto ouro, ativo financeiro, as operações de financiamento, inclusive box, realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros e as operações de transferência de dívidas, bem como qualquer rendimento auferido pela entrega de recursos a pessoa jurídica

**RISCO BRASIL-** 1) Diferença entre a taxa interna de retorno do Brasil e a taxa de juros do bônus do Tesouro norte-americano de mesmo prazo. 2) prêmio pelo risco país. Normalmente citado em ponto-base.

EnFin.O risco Brasil acumula dois procedimentos de avaliação, em função do prazo e dos critérios de análise dessa avaliação.

a) risco de cumprir compromissos: no longo prazo, a mensuração do risco é produzida por agências de classificação de riscos (rating agencies), divulgada em relatórios periódicos, circunstanciados, com base nos fundamentos da economia de um país (ou de uma empresa), para medir o risco de aquele país ou empresa cumprir com seus compromissos financeiros contratados com seus credores.

Nos relatórios, as agências de rating concluem suas análises quando conferem notas ao país ou empresa avaliados.

As notas são quase sempre expressas em códigos alfabéticos ou alfanuméricos (Aa1, B+ etc).

b) risco de negociar: no curto prazo, medir o risco é consequência das atividades de um mercado secundário não regulamentado de negócios com títulos dos governos, com foco nos títulos públicos de cerca de vinte países emergentes, onde a presença de títulos brasileiros, mexicanos e russos responde por mais da metade do total negociado.

**RISCO PAÍS-**O risco país é um índice denominado Emerging Markets Bond Index Plus (EMBI+) e mede o grau de "perigo" que um país representa para o investidor estrangeiro. Este indicador se concentra nos países emergentes. Na América Latina, os índices mais significativos são aqueles relativos às três maiores economias da região: Brasil, México e Argentina.

Dados comparativos de outros países - como Rússia, Bulgária, Marrocos, Nigéria, Filipinas, Polônia, África do Sul, Malásia e outros - também são considerados no cálculo dos índices.

**ROYALTY-** Pagamento ao proprietário de um bem (marca, patente, produto ou obra original) pelo direito de uso desse bem .

**SAÍDAS-** Resgate de quotas em condições que prejudicam a performance ou a liquidez da carteira do fundo. Deve ser prevista no regulamento do fundo.

**SALDO ACUMULADO -** Definição não encontrada

**SALDO DE BALANÇA-** Definição não encontrada

**SDE-** Secretaria de Direito Econômico

**SECEX-** Secretaria de Comércio Exterior

**SELIC-** 1) Criado em 1979, o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic destina-se ao registro de títulos e de depósitos interfinanceiros por meio de equipamento eletrônico de teleprocessamento, em contas gráficas abertas em nome de seus participantes, bem como ao processamento, utilizando-se o mesmo mecanismo, de operações de movimentação, resgate, ofertas públicas e respectivas liquidações financeiras.

2) É um sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos. A administração do Selic e de seus módulos complementares é de competência exclusiva do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do Banco Central do Brasil.

**SPREAD-** 1) Diferença entre o preço de compra e o preço de venda de um ativo

2) diferença de preço entre os meses de vencimento de um contrato  
3) diferença entre a taxa de empréstimo cobrada pelos bancos dos tomadores de crédito e a taxa de captação paga aos clientes  
4) taxa cobrada em empréstimos ou financiamentos internacionais.  
Varia de acordo com a avaliação de risco da operação.

SUBSÍDIOS- Definição não encontrada  
SUPERÁVIT- Resultado positivo em conta de receita menos despesa  
SUPERÁVIT ACUMULADO- Definição não encontrada  
SUPERÁVIT COMERCIAL- Definição não encontrada  
SUPERÁVIT NOMINAL- Definição não encontrada  
SUPERÁVIT PRIMÁRIO- 1) Resultado positivo do caixa dos governos federal, estaduais e municipais, mais o resultado das empresas estatais. Considera as receitas públicas menos as despesas, excluídos os gastos com pagamento de juros; 2) meta, em relação ao PIB; 3) se negativo, chama-se déficit primário  
SWAPS DE CAMBIO- Acordo de troca de moedas a uma taxa a vista ou a termo, ou uma seqüência de taxas a termo. Ao contrário do contrato futuro, não permite intercambialidade das posições assumidas pelas partes contratantes. Assim, não há liquidação antecipada, exceto a partir do "de acordo" dos usuários.  
TAG ALONG- extensão do prêmio de controle- Direito de alienação de ações conferido a acionistas minoritários, em caso de alienação de ações realizada pelos controladores da companhia.  
EnFin. A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente pode ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutive, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.  
O adquirente do controle acionário de companhia aberta poderá oferecer aos acionistas minoritários a opção de permanecer na companhia, mediante o pagamento de um prêmio equivalente à diferença entre o valor de mercado das ações e o valor pago por ação integrante do bloco de controle.  
TAXA BÁSICA- Taxa de juro anual fixada por um banco, que serve de referência para o cálculo das diferentes condições oferecidas por esse banco.  
TAXA BÁSICA DE JUROS- TBC: Taxa Básica de Juros do BACEN.  
É o piso das taxas de juros no mercado. O percentual é fixado pelo COPOM.  
TAXA DE JUROS- 1) Taxa porcentual cobrada para empréstimos, crédito ou financiamentos de dinheiro; 2) taxa porcentual paga em títulos de crédito  
TAXA PROJETADA- Definição não encontrada  
TAXA DE SAÍDA (EM FUNDO DE INVESTIMENTO- Taxa fixada pelo administrador de determinados fundos, cobrada do cotista que pedir resgate de quotas em condições que prejudicam a performance ou a liquidez da carteira do fundo. Deve ser prevista no regulamento do fundo.  
TAXA SELIC- É a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic para títulos federais.  
TÍTULO- 1) Qualquer papel ou certificado representativo de valor mobiliário (ação, letra de câmbio etc.)  
2) relação entre o ouro fino contido em moeda ou barra, e o total da liga; toque

**TÍTULOS PÚBLICOS-** São papéis lançados pelo Governo, podendo ser do Tesouro Nacional ou do BACEN.

**TÍTULOS DO BACEN** Emitidos com o objetivo de fazer política monetária, ou seja, controlar o volume de dinheiro em circulação no sistema financeiro.

**TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL-** São papéis emitidos principalmente para cobrir rombos no OGU.

**TÍTULO DA DÍVIDA AGRÁRIA-** Título criado pelo Governo Federal, objetivando a captação de recursos destinados à execução de medidas, previstas em lei, para promoção da reforma agrária e política agrícola.

**TÍTULO DA DÍVIDA EXTERNA-** Título emitido pelo governo federal para levantar recursos no Exterior para financiar sua operação.

**TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO-** Título nominativo, transferível, que tem por objetivo promover a capitalização de uma série de mensalidades ou de aplicação única, com valor de resgate acrescido dos rendimentos líquidos contratados.

O produto se completa com sorteio de prêmios em dinheiro ou em bens aos titulares, durante o prazo de provisão da capitalização.

**TÍTULO PRIVADO-** Título emitido que deve ser resgatado por uma ou mais pessoas ou empresas privadas.

**TOMADOR-** 1) Pessoa que realiza um empréstimo, ou toma por empréstimo certa quantia ou coisa; 2) o mesmo que sacador, nos títulos de crédito

**TRAVELLER'S CHECK** - cheque de viagem. Cheque de quantia pré-fixada, denominado em moeda conversível, sacado contra instituição financeira internacional e pagável em qualquer país. Requer duas assinaturas do emitente: uma no ato da compra do cheque e outra quando da sua utilização

**US TREASURY-** Títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro do EUA (US Treasury) representando uma obrigação do Governo Americano. Conforme o seu vencimento são chamadas de Bills, Notes ou Bonds, todas fazendo parte de carteiras de investimento de investidores no mundo todo inclusive bancos centrais

**VALOR ADICIONADO** -1) Demonstração de como uma empresa gerou riqueza e a distribuiu entre sócios, fornecedores, financiadores, empregados e governo.

2) em termos macroeconômicos, participação da empresa na formação do Produto Interno Bruto.

3) tipo de imposto sobre vendas e circulação de mercadorias existente em diversos países

**VALOR AGREGADO** -Diferença de valor que se adicionou a um produto, em nova etapa de produção.

**VALOR DE MERCADO-** O custo em que se incorreria, ou o lucro que se obteria, se um contrato vigente fosse substituído aos preços vigentes no mercado. Também se denomina valor de reposição.

**VALOR NOMINAL-** Valor unitário da quota ou ação, explicitamente informado no estatuto ou contrato social.

**VALOR DE FACE-** Valor de uma obrigação, nota ou outro título como expresso no certificado ou instrumento. Apesar do preço das obrigações flutuar a partir do momento de emissão até o seu resgate, eles são resgatados no prazo de vencimento pelo seu valor de face, a menos que tenha ocorrido default. O valor de face é o montante sobre o qual o pagamento de juros é calculado. Por exemplo, uma obrigação com valor de face de \$1.000 e juros de 10% paga \$100 ao ano.

VÍÉS -Tendência geral ou determinada por forças externas.

Utilizado para avaliar o que pode ocorrer no futuro próximo, especialmente com a taxa de juros e a variação cambial.

Pode ser de alta ou de baixa.

EnFin. Nas reuniões do COPOM - Comitê de Política Monetária do Banco Central, a divulgação periódica da taxa SELIC pode conter decisões sobre um eventual viés de alta ou de baixa.

Nesse caso, o COPOM poderá alterar a taxa SELIC antes da próxima reunião, para mais ou para menos.

VOLATILIDADE -1) Intensidade e freqüência de variações bruscas da cotação de um ativo, índice, título ou valor mobiliário.

2) medida de risco que um fundo apresenta com relação às cotas diárias.

VGBL- Vida Gerador de Benefício Livre. Plano de previdência complementar, com diferentes alternativas de objetivos de investimento, além de um seguro de vida em grupo. Tributação do Imposto de Renda incide apenas sobre os rendimentos obtidos com as aplicações, e apenas quando do recebimento dos benefícios. Não há tributação durante o período de acumulação de recursos

WALL STREET- Nome da rua de Nova York onde se concentram a Bolsa de Valores, várias Bolsas de Mercadorias e a sede das mais importantes instituições financeiras dos Estados Unidos.

## **Anexo 5- Questionário**

### **Texto 1**

Um relatório mostrou que a economia norte-americana criou apenas 78 mil postos de trabalho em maio, frente à expectativa de 185 mil novas vagas.

Os dados chegaram a enfraquecer o dólar frente a outras moedas e derrubaram o rendimento dos Treasuries de 10 anos, mas o movimento foi revertido logo em seguida.

“Saíram os postos de trabalho (nos EUA), que teoricamente eram motivo de alta para as bolsas e de baixa para os Treasuries. Mas o mercado depois passou a analisar de outra forma”, comentou o gerente de câmbio de um banco nacional. “E aí viraram todos os mercados, inclusive aqui.”

Ontem, o rendimento dos Treasuries de 10 anos subia para cerca de 3,98%, após recuar 3,84% pela manhã. As bolsas de valores norte-americanas cediam e o dólar ganhava força sobre o euro.

### **Texto 2**

Os analistas financeiros consultados pelo Banco Central promoveram um pequeno aumento nas previsões dos índices de inflação. O aumento ocorreu após a última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), que elevou a taxa básica de juros da economia, a Selic, de 18,75% para 19,25% ao ano.

Embora pequena, a expectativa em relação ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 5,77% para 5,8%. O IPCA é apurado pelo IBGE e é o indicador usado pelo governo para a meta da inflação. Neste ano, o objetivo do BC é 5,1%.

As previsões dos indicadores da Fundação Getúlio Vargas também subiram. Para o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) os analistas aumentaram de 6,11% para 6,20% a expectativa de inflação desse índice em 2005. Para o Índice Geral de Preços (IGP-DI), a previsão passou de 6,09 % para 6,12%.

### **Texto 3**

A expectativas em relação à taxa básica de juros da economia, a Selic, sofreu um aumento por parte dos analistas de mercado consultados pelo Banco Central. Eles elevaram de 17,13% ao ano a previsão da taxa Selic para o final do ano. Para o próximo mês, eles acreditam que o Comitê de Política Monetária do BC (Copom) irá manter a taxa no patamar atual, de 19,25% ao ano.

Ainda de acordo com o boletim Focus, divulgado semanalmente pelo BC, os analistas financeiros promoveram novamente um pequeno aumento nas previsões dos índices de inflação. Embora pequeno, a expectativa em relação ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 5,8% para 5,83%, ou seja, ainda acima do objetivo do BC que é uma inflação medida pelo IPCA de 5,1% em 2005.

As previsões dos indicadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) também subiram. Para o Índice Geral dos Preços do Mercado (IGP-M) os analistas



aumentaram de 6,20% para 6,24% a expectativa de inflação desse índice de 2005. Para o Índice Geral de Preços (IGP-DI), a previsão passou de 6,12% para 6,38%.

1- Você teve dificuldade em compreender as matérias?

( ) sim

( ) não -> Vá para questão 3

2- Porque você teve dificuldade de entender?

3- Como você classificaria os textos lidos?

	☹		☺		☺
	Muito difícil	Difícil	Mais ou menos	Fácil	Muito fácil
Texto 1					
Texto 2					
Texto 3					

4- Você considera importante entender todas as palavras contidas numa matéria?

( ) sim

( ) não

5- Existe alguma palavra nos textos de que você desconheça o significado?

( ) sim

( ) não – Vá para questão 9

Sublinhe no texto as palavras de que você desconhece o significado.

6- Você diria que essas palavras sublinhadas dificultam o entendimento do texto?

( ) dificulta muito

( ) dificulta um pouco

( ) não dificulta nada

7- Você considera importante que as palavras sublinhadas sejam explicadas na matéria?

( ) sim

( ) não

8- Mesmo não conhecendo o significado de algumas palavras, você acredita que:

( ) Todas são palavras comuns ao nosso dia-a-dia

( ) Apenas algumas são comuns no nosso dia-a-dia

( ) Não são comuns ao nosso dia-a-dia

9- Como você conseguiria explicar esses textos com suas próprias palavras para outra pessoa:

	Apenas a idéia central do texto	sem muitos detalhes	Perfeitamente e com detalhes	Não conseguiria, pois não entendi o texto
Texto 1				
Texto 2				
Texto 3				

10-Você acredita que para se entender perfeitamente uma matéria de economia existe a necessidade de saber um pouco sobre economia?

( ) sim

( ) não

11-Na sua opinião, qual o nível de conhecimento sobre economia necessário para entender perfeitamente uma matéria sobre economia?

☹			☹			☺
1%	15%	30%	50%	65%	80%	100%

CURSO: \_\_\_\_\_

SEMESTRE: \_\_\_\_\_

## **Anexo 6- Roteiro de Entrevista**

1. Nome
2. Formação
3. Há quanto tempo trabalha como jornalista?
4. Há quanto tempo trabalha no caderno de economia?
5. Já trabalhou em outras editorias antes?
6. Teve aulas de economia na faculdade?
7. Como lida com as matérias de difícil entendimento?
8. Tem em algum momento dificuldade ao lidar com material de economia ( linguagem, números, siglas e percentuais)?
9. Quando tem dificuldades , o que faz para lidar com essas dificuldades?
10. O que considera mais difícil ao preparar uma matéria de economia?
11. Ao realizar entrevistas, você se depara com termos ou siglas que nunca ouviu antes, ou que não sabe o que significa? Como você soluciona essa questão?
12. Já fez algum tipo de curso relacionado a economia?
13. Dos assuntos econômicos, qual considera mais delicado escrever sobre ou que requer mais cuidados? Que tipos de cuidados? ( mercado financeiro, inflação, economia doméstica.
14. O que você acha da linguagem dos cadernos de economia da Folha de São Paulo, por exemplo?
15. Quanto ao material proveniente das agências de notícias, como você considera esse conteúdo: fácil, mais ou menos, ou de difícil linguagem e entendimento?
16. Vocês alteram o texto das agências de notícias ao perceber que algo no texto pode dificultar a vida do leitor?